

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

DIOGO MATTIELLO

**A TESTEMUNHA COMO “FAZEDOR DE HISTÓRIA”: UMA ANÁLISE DA
OBRA IMPRESSA DE NORBERTO TOEDTER (2000-2010)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

DIOGO MATTIELLO

**A TESTEMUNHA COMO “FAZEDOR DE HISTÓRIA”: UMA ANÁLISE DA
OBRA IMPRESSA DE NORBERTO TOEDTER (2000-2010)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE como requisito para a obtenção do título de Mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Moisés Antiqueira.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Mattiello, Diogo
A TESTEMUNHA COMO "FAZEDOR DE HISTÓRIA": UMA ANÁLISE DA
OBRA IMPRESSA DE NORBERTO TOEDTER (2000-2010) / Diogo
Mattiello; orientador Moisés Antikeira. -- Marechal Cândido
Rondon, 2023.
146 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido
Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História,
2023.

1. Negacionismo do Holocausto. 2. Testemunha. 3. Segunda
Guerra Mundial. 4. "Fazedores de História"/ History Makers.
I. Antikeira, Moisés, orient. II. Título.

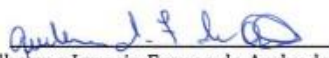
Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **DIOGO MATTIELLO**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 27 dias(s) do mês de julho de 2023 às 9h00min, no(a) Auditório das Pós-graduações, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Diogo Mattiello**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Guilherme Ignacio Franco de Andrade, Meri Frotscher Kramer (Webconferência), Moisés Antiqueira. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Moisés Antiqueira. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "**A testemunha como: "fazedor de história": uma análise da obra impressa de Norberto Toedter (2000-2010)**". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Guilherme Ignacio Franco de Andrade, Meri Frotscher Kramer. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


Orientador(a) - Moisés Antiqueira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)


Guilherme Ignacio Franco de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)




Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de **DIOGO MATTIELLO**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)
Meri Frotscher Kramer
Declaração em anexo


Diogo Mattiello
Aluno(a)


Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História
Prof. Dr. Marcos Nestor Stein
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 1633/2023-GRE



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) Méri Frotscher Kramer, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) DIOGO MATTIELLO, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 27 de julho de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O trabalho apresentado contempla os requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. A problemática de pesquisa desenvolvida ao longo da dissertação é de alta relevância social e historiográfica.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Méri Frotscher Kramer'. The signature is fluid and cursive, written in a professional style.

Profa. Dra. Méri Frotscher Kramer
Docente do PPGH/UNIOESTE

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais por lutarem tanto para que hoje eu pudesse estar aqui com a capacidade de redigir esta dissertação.

Gostaria também de agradecer a meu orientador, Prof. Dr. Moisés Antiqueira por, mesmo não sendo a sua área de estudo específica, sempre me orientar e me auxiliar com ótimas conversas, orientações e indicações as quais suscitaram excelentes questões para engradecer muito a qualidade desta dissertação.

Agradeço aos membros da banca, Prof. Dr. Guilherme Ignacio Franco de Andrade e Profa. Dra. Méri Frotscher Kramer, por terem também, com suas leituras e indicações, me fornecido ainda mais ferramentas e meios para realizar uma análise que pudesse contemplar de forma mais completa e pertinente meu objeto de pesquisa.

Também quero agradecer a todos os meus amigos, em especial Isabela e Eduardo, por me ajudarem também a conseguir aproveitar esta jornada com menos estresse e com mais momentos de alegria e amizade.

Gostaria também de agradecer a Noélla Cordeiro por ouvir as minhas inseguranças quanto a realização desta pesquisa e me apoiar sempre.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste e aos meus colegas de aulas pelas discussões pertinentes que engrandeceram meu repertório para a escrita em grande medida.

E, finalmente, agradeço a UTFPR pela disponibilidade em conceder-me as licenças e reduções de carga horária tão importantes para que eu pudesse realizar e concluir esta pesquisa com dedicação e tempo suficientes.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado procura analisar três obras escritas por Norberto Toedter, produzidas entre os anos de 2000 e 2010. Estas obras inicialmente apresentam-se como fruto do testemunho do que Toedter viveu na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, mas acabam por extrapolar este aspecto e procuram concorrer com a historiografia a partir de momentos em que ele passa a narrar e analisar questões que escapam de seu testemunho. Além disso, os escritos de Toedter tentam contestar as produções historiográficas através do que o autor testemunhou e alguns outros autores, alguns deles negacionistas do Holocausto, inclusive. Assim, procuramos primeiramente entender como o autor narra sua trajetória e a lógica de produção textual de Toedter como “fazedor de história”. Em um segundo momento, passamos a analisar as funções diferentes que Toedter exerce por meio de sua escrita; as relações entre testemunha e historiador, bem como as relações entre a testemunha histórica e a testemunha jurídica, entre outras. Procuramos ainda entender que cenários estes papéis constroem dentro da narrativa de Toedter, tendo em mente determinados usos que o autor visa promover mediante os seus textos. Sendo assim, podemos perceber que Toedter explora sua condição de testemunha da Segunda Guerra Mundial (nota-se também que a importância desta condição se transforma ao longo do tempo), um modo diferente da produção de novos acontecimentos históricos e explora também um determinado imaginário social para poder articular sua narrativa de modo a criar um discurso que se alinhe às narrativas negacionistas do Holocausto.

PALAVRAS-CHAVE: Norberto Toedter; Segunda Guerra Mundial; Testemunha; “Fazedor de História”, Negacionismo do Holocausto.

ABSTRACT

This master's thesis seeks to analyze three books written by Norberto Toedter, produced between the years 2000 and 2010. These books are initially presented as a result of the testimony of what Norberto Toedter lived in Germany during the Second World War, but they end up extrapolating this aspect and seek to compete with historiography from moments when he begins to narrate and analyze issues that escape his testimony. In addition, Toedter's writings try to contest the historiographical productions through what the author testified and some other authors, including some of them Holocaust deniers. Thus, we first try to understand how the author narrates his trajectory and Toedter's textual production logic as a "history maker". In a second moment, we started to analyze the different functions that Toedter plays in his writing; the relationship between witness and historian, as well as the relationship between historical witness and legal witness, and a few others. We also try to understand what scenarios these roles build within Toedter's narrative and what purpose through the uses that the author tries to make of history through his writing. Through these analyses, we can see that Toedter makes use of his condition as a witness of the Second World War (noting that the importance of that also changes over time) in a different way from the production and new historical events and from a respective social imaginary to be able to articulate his narrative to create a narrative that aligns with the Holocaust denialist narratives.

KEYWORDS: Norberto Toedter; Second World War; Witness; "History Maker", Holocaust denial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 NORBERTO TOEDTER: TRAJETÓRIA DE VIDA E PAPEL COMO “FAZEDOR DE HISTÓRIA”	15
1.1 A VIDA DE TOEDTER SEGUNDO ELE PRÓPRIO	15
1.2 AS ESCRITAS DE TOEDTER: NÃO ACREDITAR PARA “NÃO NEGAR”	47
1.3 AS ESCRITAS DE TOEDTER: DO LIVRO AO BLOG E DEPOIS AOS OUTROS LIVROS	53
1.3.1 Toedter analisado como autor	56
1.3.2 Toedter, a edição e o editor	60
1.3.3 Toedter, os blogs e os outros livros	64
2 NORBERTO TOEDTER E A AUTORIDADE DA TESTEMUNHA	68
2.1 A IMPORTÂNCIA DA TESTEMUNHA NA HISTORIOGRAFIA (E NA OBRA DE TOEDTER).	68
2.2 HÁ UMA “TESTEMUNHA JURÍDICA” NA OBRA DE TOEDTER?	78
2.3 HÁ UM “ESCRITOR DE HISTÓRIA” NA OBRA DE TOEDTER?	90
3 OS USOS DO PASSADO E A OBRA DE NORBERTO TOEDTER	107
3.1 A “VERDADE” DE ACORDO COM TOEDTER	107
3.2 O NEGACIONISMO E AS REFERÊNCIAS DE TOEDTER	114
3.3 TOEDTER E O PASSADO: MODOS DE USAR.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

Norberto Toedter é um teuto-brasileiro que teve sua vida marcada por ter morado na Alemanha durante os últimos anos da Segunda Guerra Mundial e o imediato pós-guerra¹. A partir do ano de 1942 Toedter viveu na cidade de Hamburgo, retornando ao Brasil somente em 1947, e presenciou alguns momentos do conflito; inclusive o bombardeio à cidade onde morava decorrente da “Operação Gomorra” - ocorrido no ano de 1943. No ano de 2000 Toedter publicou sua primeira obra, “*E a guerra continua...*”, uma obra com elementos de testemunho que tem como característica principal a narração de alguns episódios de suas memórias na Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial e uma defesa do que ele considera como “campanha de difamação dos alemães” (TOEDTER, 2000, p. 14). Após a publicação deste livro, seguiram-se uma segunda edição da mesma obra; publicada em 2001, seguido pelo início da escrita em blogs, no ano de 2006, o que deu origem a outros quatro livros (“*O que é verdade?*” (2009), “*A paz que não houve*” (2010), “*Outra face da notícia*” (2012) e “*Pobre mundo novo*” (2015). Ou seja, Toedter escreveu os textos em blogs (<http://2a.guerra.zip.net> e <https://www.toedter.com.br>) e depois alguns ensaios² foram publicados em livros.

Nesta dissertação, analisaremos os três primeiros livros de Toedter, *E a guerra continua...*, uma obra com elementos autobiográficos na qual o autor vem a nos apresentar, principalmente, uma denúncia do que ele considera como uma perseguição ao povo alemão, bem como uma espécie de defesa do que o autor chama de “povo alemão”. Toedter visa realizar esta defesa tendo por justificativa alguns relatos de experiências vividas por ele na Alemanha durante um período da guerra mas neste mesmo livro isso irá desembocar em uma espécie de negação do Holocausto; *O que é verdade* (2009), o segundo livro publicado por Toedter, que reúne uma coletânea de textos publicados em seu blog <http://2a.guerra.zip.net>, este livro possui textos sobre diferentes assuntos, mas principalmente varia entre acontecimentos da Segunda

¹ Tomamos conhecimento em obituário da imprensa curitibana que Norberto Toedter faleceu no dia 04 de agosto de 2023, aos 94 anos, em data posterior à defesa desta dissertação. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/falecimentos-curitiba-4-8-2023/>. Acessado pela última vez em: 21/08/2023.

² Os textos publicados em livros foram apagados dos blogs (TOEDTER, 2010, p. 14). No entanto, não temos meios para saber se os textos publicados no blog passaram por uma triagem; alguns poderiam ter sido, por exemplo, excluídos, uma vez que existem alguns intervalos de tempos maiores entre a publicação de alguns textos em comparação com outros ou se foram publicados todos os textos ou ainda com seu conteúdo integral. O autor não tinha uma dinâmica fixa de publicação e mesmo assim imprevistos poderiam acontecer e alguma data não coincidir o que nos torna impossível ter certeza sobre estas questões. Desta forma, não podemos garantir que nenhum texto produzido por Toedter em seus respectivos blogs tenha sido suprimido na edição dos livros.

Guerra Mundial que são discutidos por Toedter, acusações aos Aliados nas quais o autor tenta colocá-los como principais responsáveis pela guerra, discussões de notícias relativas à rememoração do Holocausto ou ainda exposições do autor sobre teorias da conspiração de domínio do mundo por uma nova ordem mundial. O último livro a ser analisado por nós é o terceiro publicado por Toedter: *A paz que não houve* (2010), o livro contém os últimos textos publicados pelo autor no blog <http://2a.guerra.zip.net>, antes do blog ser deletado pelo provedor UOL no ano de 2010 e aborda temáticas muito semelhantes às apresentadas no livro anterior.

Uma questão inicial envolvendo os textos de Toedter é que o autor poderia ser, a princípio, caracterizado como o que Sônia Maria de Meneses chama de “fazedor de história” (2007). Para ela, “fazedores de história” ou *history makers* seriam estes produtores de história não acadêmicos. Como aponta Meneses, a enorme profusão de obras que falam sobre história, os discursos e as disputas de memória são constantes principalmente por conta de uma alteração da ideia de futuro devido às guerras, tragédias e acontecimentos terríveis que ocorreram no século XX, o que acabou por gerar uma sensibilidade de pura melancolia nas pessoas (MENESES, 2007, p. 188). Desta forma, a intensa procura em lembrar-se do passado por estes diferentes “fazedores de história” se dá também como tentativa de atender uma demanda por uma espécie de identidade que possa ser domesticada (MENESES, 2007, p. 191-192).

Neste sentido, uma enorme variedade de depoimentos, testemunhos e diferentes versões, mesmo concorrentes, sobre os acontecimentos é apresentada como um encadeamento de causas, efeitos e consequências que busca chegar a uma verdade, em nenhum momento se apresentando como construção subjetiva. Isto é, em oposição à característica do trabalho historiográfico, a de elaborar uma narrativa através dos vestígios existentes e selecionados pelo pesquisador. Assim, os textos dos “fazedores de história” se situam como lugares de verdade, resgates do passado tal como teriam ocorrido, cabendo ao leitor descobrir por si só qual é verdade (MENESES, 2007, p. 196). Desta forma, o primeiro capítulo deste trabalho tentará dialogar com este conceito de “fazedor de história” para analisar os diversos aspectos da produção textual de Toedter, sua natureza, intenção e além de outras questões sobre o autor.

Toedter, assim, pôde se apresentar como este tipo de produtor de história, e ele o fez enquanto também deu seu testemunho. No entanto, Toedter em seus escritos por vezes extrapola o discurso de testemunha e narra sobre eventos que não foram experienciados por ele. Deste modo, é possível problematizar tal questão tendo em mente o que Jurandir Malerba discute sobre esta história “não profissional” produzida atualmente à luz das discussões da história pública. Como ressalta Malerba, a produção de grande parte destes “historiadores populares”

acaba por vezes sendo uma história anedótica que perde seu elemento reflexivo, analítico, e sua qualidade torna-se questionável (MALERBA, 2013, p. 32).

Ao considerarmos Toedter e alguns elementos de seus textos como algo semelhante a uma construção historiográfica sobre a Segunda Guerra Mundial, podemos identificar esta espécie de história anedótica. Mais ainda, como ressalta Malerba, por conta de a história possuir um papel importante como mobilizador da sociedade devido ao fato de tratar com questões como identidades, memória e outros pontos extremamente importantes para os indivíduos (MALERBA, 2013, p. 34) podemos avaliar que este movimento que Toedter realiza apresenta possibilidades muito problemáticas e até perigosas em certo sentido. Frente a este problema, no segundo capítulo analisaremos a dualidade entre a testemunha Toedter e uma espécie de emulação das convenções de escrita historiográfica por parte dele, além de um outro aspecto que vem a ser uma ambiguidade entre testemunha histórica e testemunha jurídica que se existe também na escrita de Toedter e corrobora para esta hipótese de que o autor estaria disputando o espaço com os historiadores através de sua produção textual.

Por fim, e o mais importante, analisaremos outro aspecto muito latente na obra de Toedter, que vem a ser os usos da história, uma vez que Toedter busca concorrer com a historiografia quando extrapola sua condição de testemunha e cria um discurso que tenta explicar a Segunda Guerra Mundial como um todo, para além daquilo vivenciado por ele próprio. Assim, tentaremos analisar os usos que Toedter faz da história, as fontes que escolhe, a maneira que as usa, o discurso que realizou e as implicações de seus posicionamentos nestas escritas. A partir do que afirmam Bauer e Nicolazzi, “valendo-se enormemente da voga memorialista” (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 816), figuras como Toedter mostram-nos que existe “a possibilidade da história ser utilizada para a produção do falso” (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 818).

Entretanto, ao contrário de figuras como Enric Marco – que diz forjar sua experiência para ressaltar os horrores de um acontecimento histórico como o Holocausto, a fim colocá-lo em voga no debate público (BAUER, NICOLAZZI, 2016, p.817) – Toedter viveu de fato a experiência de estar presente em um país protagonista, e derrotado, da Segunda Guerra Mundial, e estar próximo à algumas das ações militares empreendidas pelos Aliados, no caso da Operação Gomorra Toedter inclusive teve de se proteger de alguns bombardeios. Porém, na construção da narrativa que faz (e que concorre com a dos historiadores de profissão), Toedter se serviu de obras conspiracionistas, e até negacionistas, acerca do Holocausto (Toedter foi até

mesmo citado em um relatório do Instituto *Stephen Roth* de Tel Aviv³ sobre a situação judaica no Brasil em 2008, e caracterizado como “*Holocaust denial author*” no referido relatório, como ele próprio indica em uma de suas obras (TOEDTER, 2010, p. 148) (além de outras referências que podemos considerar problemáticas para a construção de seus textos, como exporemos no decorrer deste trabalho).

Portanto, Toedter promoveu, de certa forma, um movimento no sentido inverso ao do falsário (Enric Marco) citado por Bauer e Nicolazzi, ao fomentar um determinado uso do passado por conta de seu papel de testemunha como um validador do próprio discurso histórico que ele elabora. Este aspecto é que buscamos abordar no terceiro capítulo e que encerrará esta dissertação.

Um último destaque faz-se necessário: nesta dissertação, partimos já do pressuposto de que Toedter usa como fontes vários autores negacionistas do Holocausto, de modo que as afirmações embasadas nestas fontes comportam os mesmos aspectos de falsidade que se observam em textos de caráter negacionista. Vale ressaltar, para tanto, que Toedter foi classificado pelo Instituto Stephen Roth da Universidade de Tel Aviv, em 2008, como *Holocaust denial author*. Portanto, não procuramos neste trabalho desmontar as mentiras alardeadas por negacionistas, algo já realizado por trabalhos muito importantes e que, inclusive, nos possibilitaram realizar o que propusemos na presente pesquisa, ou seja, percorrer um caminho diferente de análise que busque entender como certos tipos de narrativas, como as elaboradas por Toedter, podem fomentar a aceitação e adesão por públicos diversos (inclusive em número maior talvez do que os próprios trabalhos realizados por historiadores acadêmicos) tanto sobre a temática da Segunda Guerra Mundial quanto sobre a análise da tentativa negacionista em apresentar um pseudo-passado no qual o extermínio sistemático de judeus, ciganos e outros grupos de pessoas não “arianas” não teria ocorrido.

³ O Instituto Stephen Roth de Estudos do Antissemitismo e Racismo Contemporâneo realiza pesquisas acadêmicas e oferece um fórum de discussões de assuntos relacionados à história e às configurações sociais, institucionais e culturais do antissemitismo e do racismo. O foco do instituto é o estudo das manifestações sociais e culturais destes fenômenos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Localiza-se na universidade de Tel Aviv (Israel). Disponível em: https://en-humanities.tau.ac.il/roth/about/mission_statement. Acesso em: 12/06/2023.

1 NORBERTO TOEDTER: TRAJETÓRIA DE VIDA E PAPEL COMO “FAZEDOR DE HISTÓRIA”.

1.1 A VIDA DE TOEDTER SEGUNDO ELE PRÓPRIO

Para iniciarmos nossa análise, faz-se necessário traçar uma breve biografia de Toedter, pois várias questões permearam sua trajetória de vida até que ele, enfim, se tornasse o que entendemos ser um “fazedor de história”.

O conceito de “fazedor de história” é algo que dialoga com as mudanças recentes na maneira, e principalmente na quantidade, com que acontecimentos diversos têm sido transformados em “eventos históricos”, existindo assim um grande contingente de novas memórias: logo, eventos, fatos, acontecimentos são documentados e rememorados de tal forma que

a apologia ao não esquecimento se tornou a fuga para uma sociedade que esquece a si própria por não saber o que é importante lembrar. No meio desse conjunto de reais novos problemas, uma constatação: a história se tornou um produto cobiçado, não somente de legitimação, mas mercadoria simbólica vendida em bancas de jornal. Produto que desencadeou a corrida de uma série de novos produtores, ou “fazedores” de História (MENESES, 2007, p. 191).

Estes “fazedores” de História estão cada vez mais presentes em nossa sociedade devido, entre outras coisas, a uma necessidade de suprir uma demanda por identidade que faz com que cada vez mais leituras sobre o passado apareçam como uma tentativa de criar uma respectiva identidade domesticada (MENESES, 2007, p. 191-192). Nesta nova lógica de produção histórica, os espaços de rememoração e de esquecimento são campos de disputas e lutas entre diferentes grupos, tornando-se “o passado o lugar de concessão de justificativas, ressentimentos, lições e poder” (MENESES, 2007, p. 192). Neste sentido, os historiadores de ofício acabam vendo cada vez mais produções de história que têm em si pouco ou nada de uma construção – no sentido da ciência histórica: com método delimitado, em observância a uma ética da profissão e à capacidade de escrever uma história que dialogue com o presente. Como consequência:

o conhecimento produzido por esses lugares, além de ter se tornado um recurso poderoso para o ensino e a reprodução de conteúdos históricos, efetiva também olhares e atitudes de nossa sociedade sobre o seu passado uma vez que é preciso termos clareza que a produção científica da História é, tão somente, uma parte da “formação histórica” de uma sociedade. [...] Levar em contar o trabalho dos fazedores de história como um conhecimento socialmente válido nos possibilita compreender os elementos constitutivos da

maneira que uma sociedade pensa historicamente a si própria. (MENESES, 2007, p. 196-197)

Deste modo, analisar Toedter como um “fazedor de história” pode nos ajudar a compreender também este processo de como certa parcela de nossa sociedade pensa historicamente a si mesma, embora existam uma série de aspectos na produção textual de Toedter que mereçam atenção, questionamento e também crítica acerca da característica de seu trabalho como “conhecimento socialmente válido”, como buscaremos esclarecer ao longo desta dissertação.

Voltando à trajetória do autor estudado, mesmo esta carreira direcionada para a produção de obras escritas é permeada por motivações expostas em seu testemunho tanto nos livros quanto no depoimento gravado em vídeo que analisaremos e que nos ajudam a compreender melhor a narrativa de Toedter sobre si mesmo dentro das obras literárias, e ainda algumas possíveis motivações para ele acreditar e defender as hipóteses que apresenta em seus livros.

Para esta primeira parte da análise utilizamos principalmente; além dos três primeiros livros publicados por Toedter; um testemunho em vídeo que o autor realizou para o projeto “Memórias Paraná”, projeto este que declara ter o “objetivo de preservar a memória de profissionais de diversas áreas”⁴. Se trata de projeto realizado por órgãos como a Academia Paranaense de Letras, o Clube Curitibano e o Grupo GRPCOM, Grupo Paranaense de Comunicação, continuador da empresa jornalística Gazeta do Povo. Criado em 2009, o projeto conta com inúmeros depoimentos de diversos profissionais cujas histórias são consideradas como “importantes” para a história do Paraná. Toedter deu o seu depoimento em 2016, publicado no canal de Youtube do projeto em 6 de setembro de 2019⁵. Neste depoimento, ele detalha muito mais sobre os acontecimentos de sua vida do que pudemos encontrar em qualquer outro tipo de documento disponível, inclusive em seus livros. No entanto, há uma ênfase muito maior em sua trajetória de vida no Brasil e não na Alemanha durante a Segunda Guerra – embora existam informações sobre o processo de retorno de Toedter ao Brasil que não constam nos próprios livros, por exemplo. Assim, através dos elementos elencados por Toedter conseguimos redigir o que pode ser considerado como uma “história de vida” acerca dele.

⁴ Projeto Memórias Paraná lança livro com depoimentos de empresários e comerciantes. Disponível em: <https://www.fecomercio.pr.com.br/sala-de-imprensa/noticia/projeto-memorias-parana-lanca-livro-com-depoimentos-de-empresarios-e-comerciantes/>. Acessado pela última vez em: 08/10/2022

⁵ Memórias Paraná 2016 - Depoimento de Norberto Gastão Toedter. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZZYn9I5nSEM&t=3610s&ab_channel=Mem%C3%B3riasParan%C3%A1. Acessado pela última vez em: 08/10/2022

Pierre Bourdieu nos aponta, em seu texto “A ilusão biográfica”, que o conceito de história de vida apresenta, como uma de suas principais questões, a perspectiva “de que a vida constitui um todo, um conjunto orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto” (BOURDIEU, 2006, p. 184). Por sua vez, essa ideia criaria uma espécie de “caminho” percorrido em uma ordem cronológica, que passa a ser também a lógica que justifica a narrativa. Assim, o relato biográfico ou autobiográfico se organiza de forma lógica (e pretensamente cronológica), mesmo que isso não seja condizente com a realidade objetiva. Nas memórias de Toedter, por exemplo, ele relata sobre um congresso que não aconteceu no exato ano ao que ele se refere; no entanto, esse movimento se deve a uma certa incapacidade de lembrarmos exatamente tudo da forma como ocorreu. Sendo assim,

sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigadores têm pelo empreendimento biográfico (BOURDIEU, 2006, p. 184)

Essa estrutura é reforçada ainda por nossa própria noção de identidade, que tende a vê-la como “constância a si mesmo de um ser responsável, isto é, previsível ou, no mínimo, inteligível, à maneira de uma história bem elaborada (BOURDIEU, 2006, p. 186). Como afirma Bourdieu, este modelo de história de vida escrita como uma trajetória unicamente centrada no sujeito e suas experiências se assemelharia a explicar um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede de transporte. Isto é, entender a “trajetória de vida” de um sujeito sem levar em conta todos os contextos que o circundam e ajudam este sujeito a atribuir os significados a sua vida sob essa lógica narrativa pode ignorar diversos aspectos que ajudariam a entender melhor esta mesma narrativa e atribuir-lhe uma melhor relação desta com seu contexto histórico (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Nesses termos, analisar a obra de Toedter passa também por perceber este aspecto da escrita quando o autor rememora sua própria vida, como uma história de vida em que ele tenta se colocar como vítima, uma vez que o autor implora “aos juízes de hoje: que cesse a discriminação de todo um povo [...]” (TOEDTER, 2000, p. 158). Desta forma, este movimento de apenas utilizar a história de vida como aspecto fundamental de sua narrativa e não levar em conta uma contextualização mais abrangente é crucial para que a tentativa de Toedter em

concorrer com a historiografia se apresente como possível (ao menos no nível do discurso por ele formulado, uma vez que, quando confrontados com a historiografia – e mesmo em sua própria construção argumentativa –, as alegações por ele apresentados se embasam em argumentos muito “frágeis”).

Porém, por mais que o autor sustente que sejam consideradas todas as vítimas, ao mesmo tempo ele desqualifica aquilo que ele não acredita que tenha acontecido – no caso mais saliente, o Holocausto (TOEDTER, 2000, p. 115), embora se trate de algo que tenha sido comprovado por vários trabalhos de diversos pesquisadores. Esta característica de narrativa é compreensível, como explicitado, por conta de nossas próprias percepções de identidade – e seria perfeitamente compreensível em uma narrativa autobiográfica ou em qualquer exercício de rememoração. No entanto, como suporte para a elaboração de uma narrativa historiográfica isso se mostra extremamente problemático, pois pode ignorar diversos aspectos que auxiliam a entendermos melhor tais acontecimentos – o contexto histórico, por exemplo. Assim, através do uso deste conceito de história de vida como uma lógica simplesmente cronológica a hipótese de Toedter parece, a princípio, muito sólida por se utilizar de um estilo de narrativa que existe e que ressoa tanto com a maneira mais comum com a qual nós mesmos elaboramos nossas experiências pessoais e nossa existência como sujeitos.

Tendo isso em mente, a partir das fontes elencadas sabe-se que Toedter nasceu em Curitiba em 10 de fevereiro de 1929 (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 51seg). Seus pais, alemães, vieram para o Brasil em 1920 através das empresas colonizadoras que traziam imigrantes europeus para povoar áreas no Paraná, inicialmente para a Colônia Iapó, próxima à cidade de Ponta Grossa, aparentemente neste segmento o autor está narrando sobre seus avós paternos somente, pois em nenhum momento ele narra sobre os avós maternos. Segundo Toedter, a vinda de seus pais ocorreu porque a Alemanha estaria em situação muito ruim depois da Primeira Guerra Mundial (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 2m 26seg). Deste modo, como já citado na introdução deste trabalho, Toedter nasce já com dupla nacionalidade, uma vez que na Alemanha existia o conceito jurídico de nacionalidade por sangue, o chamado “*Ius Sanguinis*” – isto é, aqueles que possuíssem “sangue alemão”, que fossem filhos ou netos de alemães, teriam igualmente direito à cidadania alemã. Além disso, o conceito de “*Ius Solis*” era, e ainda é, um dos utilizados no Brasil, ou seja, aqueles que tivessem nascido em solo brasileiro poderiam ser reconhecidos como cidadãos do Brasil (FROTSCHER, 2013, p. 90). Este fator foi muito importante para que Toedter pudesse transitar por ambas as sociedades, indo para a Alemanha em 1942 e, principalmente, para que em 1947, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, pudesse retornar ao Brasil, mesmo sem seus pais o acompanharem.

Stefan Rinke nos informa sobre estas ondas de imigração de alemães para o Brasil durante o período da República de Weimar. Ao cruzarmos estas informações, podemos concluir que a família de Toedter possivelmente tenha se dirigido ao território brasileiro por conta de uma nova onda de emigração iniciada em 1919, quando o Brasil recuperava o status de destino preferido para a imigração alemã, principalmente pela possibilidade da formação de colônias onde seria possível a manutenção da identidade do país de origem. Além disso, o governo brasileiro oferecia algumas vantagens – um crédito de longo prazo para o pagamento de terras, e, de início, transporte gratuito até a localidade onde se encontrava a terra, alimentação gratuita nos primeiros dias e possibilidades de trabalho em construção de estradas e ferrovias. No entanto, devido a mudanças na lei de emigração brasileira, assim como por questões financeiras, já em 1921 estas passagens gratuitas foram suspensas (RINKE, 2008, p. 42-43).

Do outro lado, a Alemanha encontrava-se devastada devido à Primeira Guerra Mundial e às consequências desta, como o Tratado de Versalhes assinado ao fim do conflito⁶. Fernando Moreira Sbrocco, em sua monografia sobre a situação econômica da Alemanha no período entre guerras, nos informa que, por exemplo, “se comparado o ano de 1913 com o de 1919, a produção industrial recuou 57% e a agrícola 50% (SBROCCO, 2011, p. 9). Além disso, no início da década de 1920 o país sentiu os impactos decorrentes do pagamento das indenizações impostas pelo Tratado. Já os preços dos produtos aumentaram muito em função da grande oferta monetária e da valorização do preço do dólar, o que elevou o preço de produtos importados em um país onde boa parte de sua força produtiva diminuía drasticamente (SBROCCO, 2011, p. 10). É de se presumir que esse ambiente tenha influenciado bastante na decisão da família de Toedter de deixar a Alemanha e emigrar para o Brasil em 1920.

Contudo, no Brasil, o avô de Toedter não teria se dado muito bem na colônia (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 2m 42seg). Assim, a família toda fora morar na própria cidade de Ponta Grossa. O pai de Toedter trabalhara em São Paulo, depois voltara a Ponta Grossa e, finalmente, a família foi morar em Curitiba. Na capital paranaense, a mãe de Toedter conseguiu um emprego como funcionária do Consulado Geral da Alemanha, enquanto o pai dele passa a

⁶ O Tratado de Versalhes foi o tratado que estabeleceu as condições exigidas pelas potências que saíram vitoriosas da Primeira Guerra Mundial e, entre suas condições estava a intenção de controlar a Alemanha, que quase tinha derrotado sozinho todo o bloco adversário (Grã-Bretanha, França e Rússia). Através deste tratado foi imposta a Alemanha uma paz punitiva na intenção de mantê-la enfraquecida. Isso foi conseguido, principalmente, ao privar a Alemanha de uma marinha e uma força aérea efetivas; exigindo-se “reparações” através do pagamento dos custos da guerra que os países vitoriosos teoricamente tiveram; e, ainda, retirando todas as colônias ultramarinas que a Alemanha possuía. Tudo isto visava construir condições para que, de nenhum modo, outro conflito com as proporções da Primeira Guerra acontecesse na Europa novamente, algo que, obviamente, não deu certo (HOBSBAWN, 1995).

exercer a função de técnico na Companhia Força e Luz do Paraná (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 3m 22seg).

Como afirmam Jackson Francisco Lopes e André Luiz Moscaleski Cavazzani em um trabalho sobre a presença do Partido Nazista e sua influência no Consulado Alemão de Curitiba, “trabalhavam três indivíduos que pertenciam categoricamente ao Partido Nazista. A partir do chanceler, iniciou-se a infiltração do nazismo no consulado, e isto culminou no domínio total das principais sociedades germânicas do Paraná” (LOPES, CAVAZZANI, 2021, p. 167). Houve grande disputa pela nazificação do consulado, isto é, o atrelamento das práticas comuns do consulado às orientações políticas do Partido Nazista alemão, porque existia a intenção de oficializar o Partido Nacional-Socialista no estado do Paraná (LOPES, CAVAZZANI, 2021, p. 173). Nesse ensejo, cabe destacar a chegada do cônsul Walter Zimmermann ao consulado em Curitiba a partir de 30 de junho de 1939. Na maioria dos documentos estudados pelos citados autores, observa-se o envolvimento de Zimmermann com o Nacional-Socialismo, a ponto de o cônsul ter um encontro secreto com um militar de alta patente do “exército nazista” (LOPES, CAVAZZANI, 2021, p. 173-174). A partir daí, somos informados de que,

Com a tomada do Consulado, em Curitiba, o partido conseguiu colocar Otto Braun no posto mais alto da instituição, que desde então trabalhou como tradutor, e em virtude dos bons serviços foi promovido a chanceler. Por conta da nova função, envolveu-se na infiltração nazista no seio das colônias paranaenses (LOPES; CAVAZZANI, 2021, p. 175).

Assim, devemos ter em mente que, por mais que Toedter afirme que sua mãe “trabalhava, contratada - não era diplomata de carreira - num consulado de um país, que, de hoje para amanhã, passou a ser inimigo” (TOEDTER, 2000, p. 15), os consulados tinham sido aparelhados com diversos indivíduos simpáticos ao nazismo. Uma vez que o Partido liderado por Hitler exercia o poder na Alemanha, é compreensível que os consulados tivessem de seguir a orientação política vigente no momento. Mas a própria afirmação de Toedter de que sua mãe teria sido contratada e não era uma diplomata de carreira pode nos indicar algo. Como veremos mais adiante, o próprio pai de Toedter tinha contato e agia na estrutura do Partido Nazista do Paraná, o que pode ser um indicativo de que sua mãe também era, pelo menos, simpatizante com tal política – o que seria um bom motivo para um consulado “nazificado” decidir por contratá-la.

Além disso, companhia Força e Luz do Paraná era uma empresa estadunidense e, por isso, segundo nos informa Toedter, seu pai teria perdido o emprego nela pois já havia na época uma tentativa de dificultar a vida dos alemães (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 4m) – isso provavelmente ocorreu por volta dos anos 1940, pois Toedter fala que tal acontecimento se dera

ao mesmo tempo em que ele vivia sua infância. Alega ele que o pai fora demitido por manter um programa de música alemã na rádio Clube Paranaense – PRB2; seja como for, logo em seguida ele teria aberto uma empresa de transportes juntamente com um amigo inespecífico.

Toedter estudou na Escola Alemã de Curitiba, a *Deutsche Schule*, que, com a nacionalização decretada pelo governo Getúlio Vargas, passou a ser chamada de Colégio Progresso⁷. É interessante atentarmos para este aspecto pois, como aponta Ana Dietrich, tendo por base a Escola Alemã existente na Vila Mariana, em São Paulo, escolas alemãs em funcionamento no Brasil naquele período possuíam muitos professores vindos da própria Alemanha e membros da Associação de Professores Nazistas, a *NS-Lehrerschaft* algo comum à política adotada pelo Partido Nazista alemão em relação a escolas no estrangeiro (DIETRICH, 2011, p. 4-5). À *NS-Lehrerschaft* também fora delegado, fato presente em relatórios enviados ao Itamaraty, o papel de “dirigir as escolas alemãs segundo a visão de mundo alemã e suas orientações políticas” (DIETRICH, 2011, p. 5), uma vez que “uma preocupação constante do governo nazista era com as crianças que pertenceriam às novas gerações e iriam levar a ideologia hitlerista ao futuro” (DIETRICH, 2011, p. 6). Cabe ressaltar, porém, que em momento algum Toedter fala em seus livros sobre ele ter estudado na Escola Alemã de Curitiba – isto é algo que só soubemos por conta de seu depoimento em vídeo. Embora ele fale sobre a escola em seu primeiro livro, ao mencionar o processo de nacionalização do governo de Vargas, não há qualquer indicação sobre ele ter estudado lá:

[...] justo quando Vargas decretou, em fins de 1938, a “Nacionalização”. Através desta medida eram proibidas as manifestações estrangeiras no país. Escolas tinham que mudar de nome e alterar seu currículo, como foi o caso da *Deutsche Schule*, que passou a ser Colégio Progresso. Cidades e logradouros públicos eram rebatizados. A ordem atingiria a todas as nacionalidades, mas, é claro, objetivava acabar com os núcleos alemães e italianos existentes no sul do Brasil (TOEDTER, 2001, p. 16-17).

O autor escreveu este trecho tentando explicar o motivo pelo qual seu pai havia sido preso, vinculando o episódio ao processo de nacionalização decretado por Vargas. Existem vários elementos interessantes presentes neste trecho, mas o principal neste momento vem a ser o fato de ele não mencionar que tinha estudado na Escola Alemã. Isto é importante, pois, como afirma Dietrich, estes estudantes da *Deutsche Schule* que possuíam ascendência alemã consideravam-se como parte de uma “elite”, como ressalta diretamente um de seus entrevistados (DIETRICH,

⁷ Quando o Brasil tomou parte oficialmente na Segunda Guerra Mundial e declarou seu apoio aos Aliados, as comunidades de imigrantes estrangeiros que aqui residiam, principalmente as identificadas com os países do Eixo (no caso, os inimigos no conflito), sofreram diversas intervenções do Estado para que não mais mantivessem traços culturais relacionados com seus países de origem e passaram a serem forçados a aderir à cultura nacional através do abandono da sua língua de origem e a assimilação da língua portuguesa (TATSCH, 2017, p. 10).

2011, p. 8). É muito difícil afirmar de fato se Toedter se sentia do mesmo modo, ou se ainda sente-se assim objetivamente – diferentemente do entrevistado por Dietrich, em sua produção impressa Toedter jamais afirmou se sentir como parte de uma elite. No entanto, o fato de ele estar em contato com um ensino que possivelmente já contava com alguns elementos de propaganda ideológica nazista (como no caso das exposições de filmes, por exemplo) permite aventar que Toedter manteve contato com tal ideologia, pelo menos enquanto estudou na *Deutsche Schule* durante o final dos anos 1930 e o começo da década seguinte, como veremos na sequência.

Por fim, com relação à Escola Alemã de Curitiba – que depois viria a ser chamado de Colégio Progresso –, destaque-se a dissertação de Regina Maria Schimmelpfeng de Souza, que aborda o colégio dentro do recorte temporal de 1930 a 1942. A autora demonstra que, na *Deutsche Schule* de Curitiba, eram exibidos filmes acerca da “Nova Alemanha”, produzidos pela Liga Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (*Landesverband Deutsch-Brasilianischer Lehrer* – LDL), propagando os ideais do Partido Nacional-Socialista (SOUZA, 2002). Isso corrobora a hipótese de que Toedter manteve contato com a ideologia Nacional-Socialista mesmo antes de sua ida à Alemanha. Além destas questões, o fato desta juventude ser ensinada por meio de preceitos nacionais-socialistas, mesmo fora da Alemanha, envolvia um aspecto fundamentalmente diferente, visto que “os meninos e meninas não conheceram a atmosfera de terror vivenciada por seus conterrâneos na Alemanha – definida, em um primeiro momento, pela luta contra os comunistas e, em um segundo, pela deflagração da Segunda Guerra Mundial” (DIETRICH, 2011, p. 3). Assim, mesmo que na *Deutsche Schule* de Curitiba o ensino não tenha sido tão alinhado às diretrizes propostas pelo governo nacional-socialista, existe a possibilidade de que Toedter tenha tido contato com algumas mensagens nazistas veiculadas por meio desses filmes. Logo, devemos ressaltar que Toedter era uma criança e, se manteve contato com essas mensagens, ao mesmo tempo ele não presenciou/vivenciou os reveses, embates e crimes cometidos pelos nazistas em sua escalada rumo à tomada do poder e a consolidação da sua “hegemonia” na política alemã, conforme ressaltado por Dietrich. Caso consideremos esta possibilidade, se trata de algo muito importante na percepção e no entendimento acerca do mundo que o menino Toedter possuía quando desembarcou na Alemanha em 1942.

Na sequência de seu relato, Toedter narra que passou a estudar na Escola Americana e por fim no Ginásio Belmiro César. Em seguida, como o escritor nos informa em seu depoimento, em 29 de janeiro de 1942 aconteceu uma grande mudança em sua vida (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 6m 24seg): o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo e a consequente declaração de guerra.

Toedter relata que no dia seguinte ao rompimento das relações entre os países, enquanto sua família almoçava, chegaram em sua casa quatro representantes do DOPS⁸ com ordem para revistar sua casa e, após a revista, acabaram prendendo o pai de Toedter (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 8m 10seg). O escritor fala que só saberia o motivo depois, quando veio a vasculhar no Arquivo Nacional, embora não especifique em qual data ou que época da vida isso aconteceu. Seu pai, Carlos Toedter, teria sido acusado de promover atividades nazistas à época (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 8m 23seg). Isso teria acontecido, como relata Toedter, em função de o pai ter sido radialista e agido “em favor da cultura alemã”.

É sabido que, naquele contexto, com as políticas nacionalistas de Vargas e, principalmente, após a declaração de guerra do Estado brasileiro contra os países do Eixo, houve uma significativa perseguição a alemães que viviam em Curitiba. A dissertação de Márcio José Pereira nos indica muito bem as mudanças que se deram e que afetaram a população de imigrantes alemães:

Se para muitos era difícil entender que o “bom vizinho” de até pouco tempo agora era um agente pernicioso do Eixo, para o imigrante e/ou descendente alemão era inaceitável ser taxado de agente nazista sem nunca ter participado do partido. Cabe frisar que o NSDAP foi extinto em 1938 em todo o país obedecendo ao Decreto-Lei nº 383; logo, o NSDAP/PR também foi colocado na ilegalidade e os pouco mais de cento e oitenta membros se dispersaram, alguns continuaram fiéis à causa e agiam na clandestinidade, outros – que aderiram ao partido acreditando ser um ato de civismo ou de pertencimento à pátria Alemanha – foram esquecidos ou fizeram-se esquecer, ocupando posições sem destaque na sociedade.

A Campanha de Nacionalização imposta a partir de 1938 pelo Estado Novo já havia alterado as relações entre brasileiros e imigrantes, modificando as formas de “ver o outro”. As decisões políticas do início de 1942, agregadas ao afundamento de navios brasileiros, levaram à construção de uma legislação privativa a esses imigrantes, a execução de prisões, a formulação de extensos e inacabados interrogatórios e a formação de uma intrincada rede de denúncias contra os “traidores da democracia” (PEREIRA, 2010, p. 139).

Uma vez que, como afirma Pereira, os membros mais fervorosos do partido agiam na ilegalidade, um programa musical em uma rádio não poderia, a princípio, ser considerado como tal (ainda mais sendo feito na própria capital do estado). Porém, uma das portarias vigentes na época proibia estrangeiros de “cantar ou tocar hinos e músicas de nações eixistas” (PEREIRA, 2010, p. 141). Como ressalta Márcio Pereira, já no início da década de 1920 os intelectuais percebiam que a manutenção de traços culturais dos países de origens de imigrantes

⁸ O DOPS, ou Departamento de Ordem Política e Social, foi um órgão que compôs uma rede integrada de repressão contra os chamados “inimigos do regime”, focando contra os imigrantes advindos dos países do Eixo na época em que o Brasil entrara na Segunda Guerra Mundial. - Pesquisa revela atuação do Dops na ditadura. Jornal da UEM Disponível em: <http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2004/39-jornal-06-marde-2004/215-pesquisa-revela-atua-do-dops-na-ditadura> Acessado pela última vez em: 18/11/2022.

representava um problema para a construção da nacionalidade brasileira (2010, p. 34). Além disso, a própria ideia da nacionalização já vinha de antes mesmo do Estado Novo (PEREIRA, 2010, p. 61) e tal campanha de nacionalização fora instituída já em 1937 buscando forçar através de mecanismos de persuasão, mas acima de tudo através de violência aos imigrantes que se opusessem à tais medidas (PEREIRA, 2010, p.62). Essa perseguição ao imigrante alemão se intensificou após a declaração de guerra aos países do Eixo, mas não fora exatamente naquele momento que se iniciara uma perseguição aos elementos estrangeiros e à tentativa de manutenção da língua e cultura de seu país de origem, entre outros.

É importante ressaltarmos que esta nacionalização fora, de muitas formas, traumática para estes imigrantes que viviam no Brasil. Impossível negar que o processo se deu, muitas vezes, de maneira agressiva e violenta. No entanto, como aponta Dietrich, o fato de os alemães terem experienciado tal processo não exclui, ou exime, o fato de que alguns deles apoiaram o regime nazista:

O fato de os alemães terem sofrido controle de seu trânsito e de suas organizações, de serem proibidos de falar sua língua nativa, de publicar seus jornais e de ouvir rádio, e, em determinado momento, encarados como “inimigos internos” do Brasil, não anula que uma parcela destes mesmos alemães atuou no partido nazista ou em instituições partidárias. (DIETRICH, 2011, p. 7).

Outra questão relevante é a presença de uma dualidade que se nota em muitas produções acadêmicas acerca destas comunidades alemãs no período, ora defendendo ou ora atacando os alemães – como se simplesmente fossem *ou* perseguidos pelo governo de Vargas *ou* simplesmente apoiadores do regime nazista. Essa postura dual não leva em conta a complexidade que este acontecimento e a repercussão dele teve sobre estas populações (DIETRICH, 2011, p. 7).

Apesar disso, o caso envolvendo o pai de Toedter parece ser um pouco mais complicado. Por mais que o autor afirme que seu pai nunca manteve relações com o nazismo, e que o dossiê produzido pelo DOPS sobre Carlos Toedter apenas indique que ele havia sido fichado por conta de “atividades nazistas”, mas sem qualquer especificação (na ficha de Carlos Toedter constam apenas as inespecíficas “atividades nazistas” e o programa de rádio), é possível trazer à tona outros elementos. Em sua dissertação, Rafael Atháides demonstra, analisando um dossiê sobre Atividades Nazistas no sul do Brasil e a figura de Alfred Andersen, que Carlos Toedter cumpria com uma função dentro do partido na capital paranaense: a chefia do setor de propaganda do rádio. Alfred Andersen era o chefe do setor de propaganda do Partido Nazista estabelecido no Paraná e, como afirma Atháides, “[Carlos] Toedter distribuía discos para gramofone e

apresentava o programa “A hora alemã” na rádio PRB-2 Rádio Clube Paranaense. Seu programa foi cortado em 1938 e sua participação no ar, restrita” (ATHAÍDES, 2007, p. 108). Vale salientar que os discos de gramofone continham, em sua grande maioria, discursos de Hitler.

Após o rompimento das relações entre os países do Eixo e o Brasil, Carlos Toedter passou a transmitir apenas uma hora de música alemã por semana de forma gratuita, mas esperava que o programa “A hora alemã” voltasse, “pois, a estação do rádio tem todo o interesse, pois, deixa de receber os nossos subsídios” (Relação da documentação extraída do arquivo do Partido Nazista de Curitiba, 1938, p. 121). Assim, não é possível afirmar que o pai de Toedter não tivesse envolvimento com o Partido Nazista – embora Toedter alegue que seu pai “não seria capaz de qualquer ação subversiva” (TOEDTER, 2000, p 16). Em suma, tais evidências apontam para a possibilidade de que o pai de Toedter teve relação com o Partido Nazista, antes mesmo da família se dirigir à Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial.

Cabe apontarmos também que, em ambas as lembranças de sua vida (tanto no livro de 2001, quanto no testemunho de 2016 – ou seja, em dois momentos muito distintos entre si), Toedter vai se debruçar sobre esse episódio da prisão de seu pai. Para além de ser um episódio muito importante e significativo por si só, ele servirá – na narrativa do escritor Toedter – tanto como um indício desta perseguição aos alemães pelo governo brasileiro de Vargas quanto como o principal motivo para que a família Toedter tenha que se dirigir a Alemanha, visto que o autor mesmo fala em seu texto que não sabe realmente se fora isso, mas que acredita nisso (TOEDTER, 2000, p.11).

O pai de Toedter foi levado à Penitenciária do Ahú e sua mãe só conseguiria encontrar o paradeiro do marido após três dias de procura. Com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, houvera a possibilidade da mãe de Toedter incluir todos os membros de sua família na troca entre integrantes dos corpos diplomáticos dos dois países. Toedter vai assim, ir ao centro do conflito mundial quando tinha apenas 13 anos, era uma criança ainda, e isso também deve ser levado em consideração quando analisamos seu relato. O autor conta que viajaram no navio Siqueira Campos até Lisboa e de lá de trem até Frankfurt, onde tiveram uma calorosa recepção do partido (isto é, do Partido Nacional-Socialista Alemão) (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 11m). A partir daí, no entanto, cada pessoa teria que “se virar”, afirma ele (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 11m 8seg). Em seu livro *E a guerra continua...*, o autor irá ressaltar que “nada demonstrava que já nos encontrávamos no continente, palco do conflito mais sangrento de todos os tempos” (TOEDTER, 2000, p. 24), além de detalhar muito mais os luxos e confortos que essa viagem teria proporcionado a eles.

Cabe aqui analisar melhor a situação exposta por Toedter: durante o trajeto de Lisboa até Frankfurt eles passaram certamente por território luso e Portugal foi um país que se manteve neutro e não se envolveu no conflito. Atravessaram a Espanha a qual, destrozada pela Guerra Civil (1936-1939), também adotou uma postura neutra, e ainda passaram pela França, que naquele momento se encontrava em parte ocupada pelos alemães ou sob o governo colaboracionista de Vichy. Finalmente, a partir da França cruzaram a fronteira para a Alemanha. Ou seja, Toedter realmente não presenciou a guerra neste trecho pois ou eram países neutros ou já estavam sob o domínio alemão, assim, seria praticamente impossível que o autor presenciasse a guerra de fato neste trecho do percurso.

Além disso, nos livros e mesmo neste depoimento, Toedter também dá a entender que mesmo na Polônia – em Cracóvia, para ser mais exato –, não havia a aparência de que se tratava de um país que estivera em guerra até pouco tempo (TOEDTER, 2000, p. 89-93). Ao que parece, se trata de um artifício a transmitir uma ideia de que, no território invadido e dominado pelos alemães, ele somente viu a paz e que quem realmente havia trazido a destruição e o caos teriam sido os Aliados. Porém, Toedter desembarcou na Alemanha em 1942, quando o cenário da guerra já começava a mudar e os alemães já tinham levado o conflito para longe das regiões onde Toedter morou durante sua estadia na Alemanha. Quer dizer, ele chegou provavelmente em março ou abril daquele ano ao território alemão e, por exemplo, a batalha que grande parte da historiografia assinala como o ponto de virada da guerra, Stalingrado, iniciou-se em julho daquele mesmo ano (GILBERT, 2014). Ou seja, a própria Polônia ocupada na qual Toedter passou parte de seu tempo não era mais o país que fora outrora, sendo “anexado” à estrutura do *Reich* nazista. A área polonesa para a qual o pai de Toedter se dirigira seria tratado como “colônia” a partir do revés militar dos poloneses⁹. Mesmo a partir de outubro de 1939, “na Polônia ocupada pelos alemães, uma guerra cruel seguia, apesar da derrota polonesa” (GILBERT, 2014, p. 29).

Depois da invasão da Polônia pela Alemanha, houve várias medidas que visavam, inicialmente, anexar algumas partes da Polônia a regiões do *Reich*, bem como estabelecer outra área sob controle alemão como um Governo Geral – *Generalgovernment* – que continha as regiões da Cracóvia (onde o pai de Toedter fora trabalhar, vale lembrar), de Varsóvia e de Lublin. Todo esse conjunto territorial abrangia mais de 11 milhões de pessoas e os nazistas a identificavam como uma colônia. Além disso, ao longo da guerra muitos poloneses foram

⁹ Segundo Martin Gilbert aponta, o governador geral escolhido pelo partido nazista – Dr. Hans Frank – disse que a Polônia seria tratada como uma colônia e que os poloneses se converteriam em escravos do Grande Império Alemão (GILBERT, 2014, p. 30).

executados pelas políticas de “purificação da raça” e muitos outros foram levados às fábricas alemãs para repor a mão de obra masculina que veio a ser convocada para a guerra. Esses poloneses sofreram muitos maus tratos e viveram em condições muito precárias (EVANS, 2012). Assim, quando Toedter relata acerca das visitas que realizou a Cracóvia, a partir de 1942, temos de ter em mente também que aquela cidade tinha se tornado uma colônia da Alemanha, transformando-se completamente com relação ao período anterior a setembro de 1939. Ou seja, mais uma vez, o mais terrível da guerra e do embate que haveria entre os grupos envolvidos no conflito já havia sido suprimido através das ações adotadas pelo governo nazista em toda aquela área.

Devemos levar em conta também que Toedter não presenciou o cenário da guerra para além da Hamburgo atacada pelos bombardeios e tomada pelos Aliados; quando foi declarada cidade aberta e não resistiu à chegada dos exércitos inimigos. Obviamente que a experiência de ter vivido um bombardeio é algo terrível para qualquer um, mas devemos considerar também que a maior parte da guerra de razia e destruição se deu no front oriental, contra os povos poloneses, russos e demais grupos residentes naquela parte da Europa pelos lugares em que os soldados alemães passaram e, principalmente, por onde os grupos nazistas das SS¹⁰ fizeram a maioria de suas mais sangrentas incursões (GILBERT, 2014).

O autor não presenciou o avanço dos alemães nem mesmo na Polônia; onde ele narra que esteve; e só pôde acompanhar, praticamente, o período em que a Alemanha sofreu mais reveses no conflito, o que para uma narrativa de testemunho é muito compreensível, mas, no mínimo, problemático para se colocar como uma versão da escrita da história como ciência¹¹.

Seguindo o trajeto de Toedter, sua mãe e ele foram para Hamburgo, onde a família dela residia e ficaram no prédio da avó dele por um breve período (TOEDTER, 2000, p. 27). Mais tarde, eles iriam para outro bairro, Tonndorf, morar em uma residência alugada que ficava nos fundos do terreno da casa da prima da mãe dele (TOEDTER, 2000, p. 28). O autor conta que havia deixado Curitiba estando no terceiro ano do equivalente ao ensino fundamental e que na escola na Alemanha teriam lhe aceitado no mesmo ano. No entanto, devido aos sucessivos bombardeios que a Alemanha sofrera, pouco tempo passou até que a escola onde estudava fosse

¹⁰ Os SS, ou *Einsatzgruppen* eram uma espécie de força tarefa especial do governo nazista que foi considerado o principal grupo responsável pelas maiores atrocidades cometidas pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (TENENBAUM, 1955, p.43).

¹¹ Não consideramos em momento algum que somente pessoas que tenham formação acadêmica em História possam ser os escritores de historiografia. No entanto, consideramos sim que esta modalidade de escrita deve ser pautada por uma postura e uma abordagem que visem uma pluralidade e uma ótica que englobe os diferentes aspectos de qualquer evento, bem como uma crítica séria de qualquer que seja a fonte utilizada – algo, no mínimo, pouco presente na obra de Toedter.

destruída, tendo ele frequentado quatro escolas. A última delas foi uma espécie de supletivo onde ele completara seus estudos depois da guerra (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 14m 40seg e 30m 49seg).

Toedter afirma que participou da *Deutsches Jungvolk*, grupo formado por jovens alemães de 10 a 14 anos. Explicaremos nas páginas seguintes em que consistia tal organismo. Por ora, cabe salientar que ele a define como algo muito semelhante aos “bandeirantes”¹², e dentro da qual ele ascendeu até se tornar uma espécie de diretor do grupo, tendo permanecido nela mesmo depois de ter completado 15 anos. Portanto, ele não teria ingressado na *Hitlerjugend* (Juventude Hitlerista), uma vez que, segundo o próprio autor, ao se ascender aos postos de comando da *Jungvolk*, um jovem não passava para a *Hitlerjugend*. Aos 15 anos, afirma ele, também “se alistou como voluntário” nas forças aéreas alemãs, a *Luftwaffe*, e chegou a participar de um curso no qual aprendeu a pilotar um planador (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 17m 59seg).

No entanto, o próprio Toedter destaca que, aos 15 anos, teve de se alistar na *Luftwaffe*, o que pode se tratar tanto de uma confusão do autor, por conta da distância temporal entre a ocorrência do fato e sua lembrança, ou mesmo um indício de que ele, na verdade, participou do grupo conhecido como *Flieger-JH*, uma espécie de Força Aérea pertencente à estrutura da *Hitlerjugend*. Segundo Koch, com o passar do tempo as atividades da *Hitlerjugend* deixaram de despertar o interesse e engajamento dos jovens e se tornaram apenas mais um afazer durante a semana. Contudo, tal situação não passou despercebida pelo comando do Partido Nazista, que promoveu a criação de formações especiais que ajudassem a manter o entusiasmo dos jovens e que também pudessem atender a necessidades (bélicas) futuras (KOCH, 1973, p. 126).

Assim, dentre estas formações especializadas as mais populares foram a *Flieger-HJ* (Aviadores da Juventude Hitlerista), a *Motor-HJ* (Juventude Hitlerista motorizada) e a *Marine-HJ* (Marinha da Juventude Hitlerista), como afirma Bartoletti (2006). Igualmente relevante, não encontramos informações de que haveria alguma restrição, para o ingresso nesses grupos, por parte de membros da *Jungvolk* em situação semelhante à de Toedter (isto é, que tinham ascendido na hierarquia daquela última). Toedter teria, segundo ele próprio, se alistado para a *Luftwaffe* – talvez por conta da situação da guerra e de uma nova diminuição na idade da

¹² O guidismo (movimento bandeirante) e o escotismo, são movimentos que se autointitulam como instituições de coeducação que tem o objetivo de atender às demandas da sociedade na educação de moças e rapazes (CARVALHO, 2014, p. 15), através de diversas atividades educativas, esportivas e sociais. O bandeirantismo inicialmente era direcionado somente para meninas e o escotismo para meninos, no entanto, após as reformulações ocorridas entre os anos de 1969 e 1974, passa a ser permitida a participação de ambos os sexos (CARVALHO, 2014, p. 22).

convocação para a *Volksturm*; ou, ainda, pode se tratar de uma tentativa, por parte do escritor, de se desvencilhar da pecha de ter participado da *Hitlerjugend*, visto que esta organização foi muito estudada quanto ao seu caráter de educar os jovens nos ideais nacional-socialistas.

Se a segunda hipótese estiver correta, isto ocorreria tanto explicitando que ele não havia ascendido para a *Hitlerjugend* por conta de sua promoção, quanto por essa possível ocultação de que ele teria participado da *Flieger-HJ* (Força Aérea). Daí a fala de que teria se alistado na *Luftwaffe*, instituição que fazia parte das Forças Armadas alemãs mesmo antes do início da Segunda Guerra Mundial.

Convém explicar brevemente em que consistir este esforço final de guerra por parte dos alemães. Segundo o historiador Ian Kershaw, o esforço de guerra denominado como *Volksturm* (“Tempestade Popular”), que começou a ocorrer após outubro de 1944, data de sua criação por Hitler, se deu por conta dos planos de Heinrich Himmler e de outros altos membros do Partido Nazista para mobilizar ainda mais soldados e elevar os ânimos dentro do exército e da sociedade. Além disso, o fato de que os inimigos do *Reich* se encontravam junto de suas fronteiras, tanto no front ocidental quanto no oriental, também fora decisivo para que tal plano tivesse aceitação por parte de Hitler. Desta forma, o partido formou uma milícia composta por todos os homens em idades entre 16 e 60 anos capazes de portar armas e colocou este grupo sob os cuidados do partido para garantir que suas ações não estariam ligadas ao exército, no qual o Partido Nazista dizia não poder confiar. Kershaw afirma ainda que, desta forma, se consolidava então a militarização completa da sociedade alemã (KERSHAW, 2015). Assim, uma vez que Toedter só completou 16 anos em 1945, esta seria uma das possibilidades pelas quais ele poderia ter se alistado na Força Aérea – por conta da diminuição da idade de convocação –, algo que não foi informado por Toedter, tampouco encontrado nas fontes consultadas por nós.

Como exposto anteriormente, Toedter narra que tinha participado da *Deutsches Jungvolk* e, em seu primeiro livro, o autor descreve brevemente o que seria esta organização:

Com a nossa mudança para o bairro Tonndorf eu tive que mudar também para o agrupamento local do *Jungvolk*. A organização da juventude realmente era exemplar. Havia um organograma que no seu topo tinha o *Reichsjugendführer*, uma espécie de ministro, e descia, em escalonamento perfeito, até um pequeno grupo de 8 a 10 *Pimpfe* na DJ ou *Hitlerjungen* na HJ. O pequeno grupo era chamado de *Rotte* sob comando de um *Rottenführer*. Quatro *Rotten* constituíam um *Jungzug* e quatro a cinco *Jungzüge* um *Fähnlein*. Cada *Fähnlein* tinha sua sede. A de Tonndorf era uma casa de madeira bem espaçosa com uma grande área gramada em volta. A mesma sede servia à *HJ*, bem como às duas faixas etárias femininas, da *Jungmädel* e ao *BdM*. Passei a gostar da coisa, dos encontros, das amizades, das programações. Não demorou muito, acho que foi ainda no mesmo ano, eu era promovido a

Rottenführer. Ingressando na escala hierárquica, isto significava que, mesmo mudando de faixa etária, eu ficaria no *Jungvolk*, não passaria mais para a *Hitlerjugend*, mas, estava sujeito a transferências (TOEDTER, 2000, p. 34).

Toedter faz uma defesa destas organizações, argumentando que haviam sido para ele uma experiência gratificante e que, apesar de existir “ordem unida” – termo usado pelo autor –, havia também muitas atividades que tirariam o jovem do ócio e do tédio, tais como esporte, jogos, cantoria, excursões, confraternização, cultura, ação social, estudos, modelismo (TOEDTER, 2000, p. 35). Um ponto interessante para ressaltarmos aqui é que a própria indicação de Toedter de que não havia tomado parte na *Hitlerjugend*, e sim somente da *Jungvolk*, pode ser um indicativo de que Toedter tinha consciência do peso de declarar, no presente, que tinha participado da *HJ* ao tempo da Segunda Guerra Mundial. Dito de maneira mais clara, ele estava ciente da imagem da *HJ* como um grupo voltado a doutrinar os jovens nos ideais nacional-socialistas, como cabalmente evidenciado por inúmeros estudos (EVANS, 2016). Quer dizer, limitar sua participação somente à *Jungvolk* configura uma estratégia narrativa traçada pelo autor, pois que a *Jungvolk* havia sido incorporada à *HJ* logo no início dos anos 1930 (BRANDT, 2011), fazendo parte da estrutura da *HJ* e, logo, possuindo a mesma função de doutrinar os jovens dentro da ideologia nazista. Ainda que as duas instituições porventura dispusessem de ritos e práticas diferentes entre si, ambas compartilhavam da mesma finalidade: a formação do dito “homem novo”, embasado no racismo, e que deveria ter o papel de educar os jovens alemães (BRANDT, 2011, p. 96-97).

Nos parágrafos seguintes, o autor se debruça sobre sua atividade nessa organização, dizendo que seria de sua responsabilidade, depois de tendo ascendido na hierarquia da *DJ*, realizar uma palestra semanal e que ainda teria

guardado um manual editado pelo órgão responsável pela área de Hamburgo e que visava nos dar suporte e sugerir matérias. Pois toda esta publicação traz em suas 100 páginas exclusivamente assuntos históricos sobre a cidade de Hamburgo, desde a sua fundação por Carlos Magno por volta do ano de 800 d.C. Tem poesias, ilustrações, contos. Nada, mas nada mesmo, que pudesse ser interpretado como incentivo ao ódio ou à discriminação étnica ou racial (TOEDTER, 2000, p. 35).

Assim, Toedter argumenta que havia se dado muito bem neste grupo de jovens e não teria progredido ao grupo seguinte, a Juventude Hitlerista. Se trata de questão interessante, pois Toedter desembarcou na Alemanha em 1942, tendo 13 anos, de modo que ele não fora iniciado na *DJ* tal qual os jovens normalmente eram, ou seja, aos 10 anos:

O alistamento fazia-se na idade de dez anos: o Pimpf (“garoto”), depois de haver passado por certas provas esportivas, entrava no Deutsche Jungvolk

(DJ: “jovem povo alemão”) por um período de quatro anos, ao longo do qual o acompanhava uma caderneta de notas indicando seus progressos físicos e ideológicos. A cerimônia acontecia todos os anos, no dia do aniversário de Hitler (20 de abril), a fim de que cada um soubesse que “pertencia ao Führer” [...]

Era então que começava sua verdadeira educação, que devia levá-lo a “pensar alemão”, “agir alemão” para identificar-se com o retrato ideal, tornado legendário, que Hitler lhe apresentava como modelo. (MICHAUD, 1996, p. 299-300).

Como explica Eric Michaud, não apresentar os filhos em idade propícia a estarem nos grupos de jovens alemães era ato passível de ser punido com prisão ou aplicação de multa aos pais (MICHAUD, 1996, p. 299). Por conta disso, Toedter teve de participar mesmo em meio à Guerra, a despeito de ter dupla nacionalidade e de ter, inclusive, nascido no Brasil.

É muito importante entendermos que esta Juventude Hitlerista tinha por objetivo ser uma verdadeira escola da nação e tinha “por função não apenas suplantando a escola e a família em suas tarefas educativas, mas também iniciar um processo de ‘educação permanente’” (MICHAUD, 1996, p. 297). Esta organização foi ideologicamente inspirada no modelo da juventude fascista de Mussolini, mas tendo o racismo como elemento muito mais saliente na formação do chamado “Homem Novo” (MICHAUD, 1996).

Dito isso, a grande missão da *Hitlerjugend* era capacitar os jovens para não apenas sentirem-se patriotas, mas também lutar pelo país e contra o capitalismo e os inimigos da dita “raça alemã” (KOCH, 1973). A *Deutsches Jungvolk* foi um movimento de jovens que originalmente surgiu na região dos Sudetos da Tchecoslováquia e Áustria e sua incorporação à *Hitlerjugend* ocorreu de maneira que ela se apresentava “não como parte integrante, mas como um organismo separado dentro da JH” (KOCH, 1973, p. 45), principalmente pelo fato de que a organização conservou muitos dos aspectos e tradições dos movimentos juvenis anteriores a guerra, o que seria ideal para receber os membros menores de 14 anos (BRANDT, 2011, p. 102-103). Por sua vez, a Juventude Hitlerista configurava, inicialmente, o grupo de jovens do Partido Nacional-Socialista Alemão. Com a tomada do poder por parte de Hitler em 1933 este grupo foi, gradualmente, se tornando uma ferramenta educacional do partido e um projeto de educação “paralela” à educação formal, incorporando quase todas as diferentes organizações de jovens à sua estrutura e dissolvendo-as, com exceção, pois, da *Deutsches Jungvolk*, que foi mantida, mas fazia parte da *Hitlerjugend*.

Assim, a apresentação a estes organismos tornou-se compulsória a partir de 1936 a todos os jovens alemães (BRANDT, 2011, p. 107). No caso de Toedter, não foi diferente. Após um garoto ser admitido na DJ (*Deutsches Jungvolk*), ele recebia do líder da Juventude do *Reich* a

afirmação do fim de sua infância, e eles trabalhariam a partir deste momento para construir o futuro da Alemanha e para o *Führer* (BRANDT, 2011, p. 116). Além disso, assim que os jovens ingressavam nesta estrutura, eles

eram direcionados de modo a cumprir com o pressuposto nazista de levar o jovem a pensar e agir alemão, ou seja, seu objetivo era inteiramente de cunho ideológico e doutrinário com a finalidade de moldar o pensamento e o comportamento dos jovens (BRANDT, 2011, p. 116).

O fato de Toedter dizer que não ascendeu à *Hitlerjugend* a princípio parece ser um obstáculo para afirmarmos que ele teria tido contato com discursos extremados de superioridade racial, uma vez que nós não conseguimos ter acesso a trabalhos que se dediquem exclusivamente ao estudo da *Deutsches Jungvolk*. Mas a própria narrativa elaborada por Toedter contém alguns vestígios sobre isso. Por exemplo, ele ressalta em um pequeno trecho que “entre os ideais que eram enaltecidos evidentemente estava o da política reinante, mas em muito maior escala aquilo que hoje se chama de ordem moral e cívica” (TOEDTER, 2000, p. 35). Ao mesmo tempo ele também afirma que “esta juventude organizada, com a qual convivi, foi uma experiência gratificante. Nada tinha daquilo que nos últimos cinquenta (sic) anos tentaram nos incutir” (TOEDTER, 2000, p. 35). Entretanto, em relação ao material de apoio cedido para as palestras que Toedter ministrava como um membro importante da hierarquia da *DJ*, ele alega que não havia “nada, mas nada mesmo, que pudesse ser interpretado como incentivo ao ódio ou à discriminação étnica ou racial (TOEDTER, 2000, p. 35)”.

Temos aqui que levar em consideração que, como nos indica Cleri Brandt, “o ensino de todas as disciplinas, da História a Matemática, estava voltado para incutir as teorias ideológicas nacional-socialistas nas mentes e nos corações das crianças e jovens alemães que freqüentavam (sic) suas escolas, de modo a remodelar seus comportamentos e condutas (BRANDT, 2011, p. 156)”. Nesses termos, é preciso salientar que, mesmo que a experiência de Toedter não tivesse sido, como ele argumenta, marcada por discursos e práticas de incentivo ao ódio ou discriminação racial, o ensino como um todo trazia em seu âmago questões inerentes à ideologia nazista em diferentes âmbitos, como se nota nos conteúdos de balística em Física e no ensino da Biologia voltado para o “estudo da raça” (EVANS, 2016, p. 352). Ou seja, tais elementos tanto podem ter sido “normalizados” por Toedter quando da rememoração dos eventos quanto podem ter sido matizados em seu depoimento a fim de sustentar a ideia de que nada “daquilo que afirmam” teria acontecido na Alemanha Nazista à época. Por isso, a afirmação de que, por exemplo, a *Deutsches Jungvolk* se assemelhava muito à disciplina de Educação Moral e Cívica

talvez servisse para minimizar o conteúdo racial e militarizante da educação nazista comum ao período de sua mocidade.

Quer dizer, esta narrativa faz com que a contradição seja quase passível de passar despercebida, dada a característica das afirmações de Toedter de que, por um lado, existiam “características” da ideologia dominante (nazista) nesta formação e, por outro lado, a alegada experiência do autor que supostamente não condizia em nada com o que “tentam nos inculcar”. Este tipo de recurso permeia muito a argumentação de Toedter. No início de seu primeiro livro, ele procura explicar como o racismo e as pseudociências raciais estavam muito em voga, mesmo no Brasil: “Naqueles tempos era comum as escolas desfilarem com seus alunos em dias de feriados nacionais. Havia um Dia da Raça – não era só Hitler que se ligava em questões de raça – e que abria os festejos da Semana da Pátria” (TOEDTER, 2000, p. 22). O autor tenta criar, assim, uma espécie de normalização, ou banalização, desta questão – se todos eram “racistas”, até mesmo no Brasil, isso cria quase um verniz de normalidade para quaisquer atitudes racistas, de modo que atitudes mais extremadas que possam ter existido seriam o resultado, pura e simplesmente, de ações promovidas sujeitos dotados de um “mau caráter”:

Longe de mim querer afirmar que entre os guardas, administradores, ou outros envolvidos alemães, não houvessem [sic] os mau caráter, gente que se aproveitasse da situação para liberar seus mais baixos instintos. Mas, massacre, assassinato em massa, programado, planejado, Holocausto - não posso acreditar (TOEDTER, 2000, p. 123).

Este tipo de afirmação é um dos principais recursos utilizados por Toedter para elaborar sua argumentação “sem desconsiderar” o contraditório, quando de frente à questões como a “educação” dos jovens nestes grupos, como a *Hitlerjugend*, existe um movimento que visa “suavizar” seus significados – Toedter recebeu, como ele mesmo reconhece, muito mais o que se poderia chamar de “educação moral e cívica”, haviam inúmeros benefícios... Em síntese, ele destaca que havia uma “ordem unida” e a presença da “ideologia dominante” mas que tal não correspondia àquilo que certas pessoas, genéricas, “tentam inculcar”. Os exemplos deste tipo de movimento retórico são vários. Por exemplo, quando Toedter fala das SS, assinala que

E a hoje tão mal falada SS? Era vista com o maior respeito pela população e considerada a elite das forças armadas. Seus contingentes eram compostos de voluntários selecionados e nas frentes de batalha ocupavam as posições mais críticas. Meu melhor amigo daqueles tempos, um ano mais velho, chegou a integrar uma divisão da SS. Um sujeito corretíssimo, bom, afável, incapaz de qualquer ato de brutalidade (TOEDTER, 2000, p. 84).

Na sequência deste trecho, afirma-se que

As observações que estou registrando não são as de um garoto retraído, alienado, que não saía de casa. Muito pelo contrário eu costumava estar por dentro de tudo, era ativo e a minha rápida ascensão dentro dos quadros da juventude organizada comprova isto (TOEDTER, 2000, p. 84-85).

Este tipo de construção se repete em outros momentos. Porém, já podemos perceber neste movimento retórico algumas intenções de Toedter: a validação desta “hipótese” – se é que podemos chamar assim – do autor ainda se dará principalmente por seu papel de testemunha, outro fator que analisaremos mais adiante, mas é também uma prova do que Bourdieu chama de intencionalidade desta “história de vida”, uma vez que ele joga uma ênfase maior em seu discursos para certos aspectos mesmo apontando algumas características de sua vida que, aparentemente, seriam contraditórias às suas próprias afirmações.

Voltando ao testemunho de Toedter, este muda de foco e parte para a narração de um acontecimento muito importante (na verdade, o principal elemento do testemunho em seu livro): Toedter acusa os Aliados de terem cometido o que ele considera um “terror planejado nas mais altas esferas militares e políticas. Brutalidade sem par, inimaginável – nunca representada em filmes pelos Spielbergs da vida” (TOEDTER, 2000, p.94). De certa forma, ele tenta alçar à condição de maior crime cometido na Guerra (pois ele não acredita que o Holocausto tenha ocorrido) o Bombardeio de Hamburgo – ou a Hecatombe de Hamburgo –, ocorrido durante a dita Operação Gomorra¹³. Os bombardeios a Hamburgo duraram oito dias e sete noites e destruíram setenta por cento da cidade, além de um número gigantesco de mortos. Neste depoimento, o autor fornece detalhes como o fato de que o céu teria ficado escuro durante dias; também explica que ele e sua mãe teriam ido para a zona rural para tentarem se proteger dos bombardeios depois da segunda noite de ataques (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 19m 50seg).

No livro *E a guerra continua...*, o autor se debruça muito mais sobre esse assunto do que em seu depoimento dado ao projeto Memórias Paraná, em um primeiro momento podemos pensar que isto pode ter se dado em decorrência do tempo de entrevista. Ao mesmo tempo, porém, a maior caracterização funciona para dar um ar mais dramático e sério ao acontecimento no relato presente no livro. O autor traz estatísticas de mortes, ilustra e analisa os equipamentos que os Aliados utilizavam para atacar, como era feito o controle e o combate das chamadas e narra ainda um dos episódios em que eles se abrigaram das bombas, além de dar um pequeno

¹³ Os bombardeios a Hamburgo, resultado da chamada “Operação Gomorra”, ocorreram a partir da noite de 25 de Julho de 1943, os ataques acabaram deixando 35 mil pessoas mortas e cerca de 61 por cento da área residencial da cidade destruída (HERING, 1995, p. 91).

testemunho do sentimento de viver a experiência de estar em um abrigo em meio a um bombardeio (TOEDTER, 2002, p. 97).

Toedter fora nomeado àquela época “*Luftschutzwart*”, algo como um zelador de proteção aérea, responsável por sair do abrigo logo após um bombardeio e analisar quais eram os estragos a fim de informar as equipes de reparos, bombeiros e outros. O autor narra então que, por conta dessa condição, pôde sair do abrigo e observar que a cena com que ele se deparou “foi apavorante. Densas nuvens de fumaça encobriam o céu, fartamente iluminadas pelo clarão do fogo que crepitava por toda parte.” (TOEDTER, 2000, p. 98).

O autor passa então a explicar o motivo de estarem só ele e a mãe em Hamburgo. O pai de Toedter, Carlos (Charles, originalmente), tinha mais de quarenta anos e não teria sido convocado por ter idade superior àquela de convocação para o exército, o que permitiu que conseguisse um emprego em uma empresa em Berlim que produzia aparelhos eletromedicinais, tornando-se vendedor e representante desta fábrica na Cracóvia, Polônia (que na realidade fazia parte do *Generalgouvernement* e era tratada como uma colônia por parte da Alemanha nazista).

Toedter vai detalhar algumas visitas à Cracóvia tanto no testemunho em vídeo quanto em seu livro, pelo menos três pontos aparecem em ambas as lembranças. O primeiro deles diz respeito ao fato de que naquela localidade a vida, de acordo com ele, parecia completamente diferente da Alemanha. Embora estivessem inseridos na Guerra, na Alemanha havia um racionamento muito difícil de burlar, enquanto na Cracóvia havia acesso ao mercado negro e os próprios contatos do pai de Toedter usufruíam de uma boa condição de vida – um médico que tinha uma casa em Zaczopane (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 22m 40seg), por exemplo. Toedter fala também sobre a única vez em que ele assistira à uma apresentação de ópera na Cracóvia (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 23m 50seg). Além disso, outro ponto que o autor ressalta é que nunca ouvira ninguém ali falar de Auschwitz, ainda que o campo de concentração e extermínio ficasse a poucos quilômetros da Cracóvia (TOEDTER, 2000, p. 91). Mais uma vez nos encontramos em uma situação em que Toedter, pelo menos dá a entender que os locais já dominados pelo Eixo ou fora do palco da guerra seriam muito pacíficos, frente ao que ele vivera no final do conflito, indicando esta visão de que os Aliados que teriam trazido a destruição para aqueles locais. Tais percepções, ressaltamos, são realmente válidas em um testemunho, no entanto se tornam muito problemáticas em uma obra como a de Toedter, que busca usar este testemunho como uma prova de que a historiografia estaria incorreta. Além de, ao ressaltar que ninguém na região soubera de Auschwitz já iniciar a construção do argumento que em seu livro acabará com a afirmação de que ele não acredita que o Holocausto tenha ocorrido.

Com o fim da guerra se aproximando, Toedter relata em seu primeiro livro que fora convocado para os esforços finais para a defesa da cidade de Hamburgo. No entanto, devido a um juramento de neutralidade que inventara ter prestado ainda no navio Siqueira Campos, ele teria sido dispensado:

A convocação foi entregue em casa e era clara e insofismável: Eu tinha dois ou três dias de prazo para me apresentar em Bad Segeberg, pequena cidade a leste de Hamburgo, afim(sic) de ser incorporado a uma companhia do *Volkssturm*. Eram as unidades que estavam sendo formadas às pressas com os jovens e velhos, que antes estavam livres da convocação. [...].

Foi quando nos deram um dia livre, a fim de que fôssemos à Circunscrição Militar em Hamburgo, ao *Wehrmeldeamt*, e recebêssemos o nosso *Wehrpass*, ou seja a carteira, a identificação militar. Fui atendido por um Cabo, um senhor de cabelos totalmente brancos, um homem que não vou esquecer. *Oberschütze* Meyer. Inventei a história do “juramento de neutralidade” que eu teria prestado durante a viagem de navio do Brasil para a Alemanha em 1942. Pois o homem teve muita boa vontade, topou na hora, apesar de ser evidente que eu não podia ter prestado juramento algum. Emitiu o certificado, segundo o qual ‘Conforme Juramento de Neutralidade o Norberto Tödter, nasc. em 10.2.1929, de acordo com o decreto do Alto Comando do Exército 1942 não pode ser convocado para o serviço armado’ (TOEDTER, 2000, p. 147).

Assim, Toedter teria conseguido não participar do esforço de defesa dos alemães. Nos livros de Toedter, ele ainda relatará que Hamburgo seria mais tarde declarada como “cidade aberta” e que então não iria ser defendida pelo exército (TOEDTER, 2000, p. 150). É nesse ponto que acabam os testemunhos escritos por Toedter nos livros e blogs sobre a sua vida na Alemanha que pudemos encontrar até este momento.

Após o fim da Guerra, segundo aquilo que o próprio autor narra durante o testemunho prestado ao projeto “Memórias Paraná”, ele teria se juntado a uma organização de *Displaced Persons* (DP’s) em 5 de junho de 1945 (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 27m 14seg). Assim, Toedter saiu de casa sozinho aos 16 anos e partiu junto com este grupo de pessoas para a Bélgica. Porém, antes de lá chegar este grupo de pessoas fora alojado em uma antiga fábrica de papel na fronteira com a Alemanha, enquanto estariam sendo arrumadas as condições para o retorno destas pessoas para seus respectivos países.

Como aponta Méri Frotscher em um trabalho sobre a Missão Militar Brasileira no pós-guerra e a repatriação de teuto-brasileiros, após o fim do grande conflito a Alemanha passou a ser administrada pelo Conselho dos Aliados. Dentre as preocupações deste órgão estaria a de administrar a população:

Havia uma grande preocupação, por parte do Conselho de Controle Aliado, em minimizar o problema da administração da população na Alemanha e o Brasil foi chamado a colaborar nessa tarefa. [...]. Após a guerra, cerca de 10 milhões de alemães refugiados ou expulsos e entre 10,5 e 11,7 milhões de

displaced persons (ou DPs, deslocados de guerra) de 20 nacionalidades encontravam-se na Alemanha. Em virtude disso e das consequências materiais da guerra, sérios problemas, como falta de habitações, alimentação, combustível e assistência médica, precisavam ser administrados pelas forças de ocupação [...] (FROTSCHER, 2013, p. 86).

Dentro destas questões, o Brasil atuou como um dos membros que participaram dos esforços que visavam repatriar as pessoas que possuísem outra nacionalidade e pudessem retornar ao país de origem – no caso brasileiro, a Missão Militar Brasileira se encarrega de repatriá-las. Ao mesmo tempo, essas pessoas encontravam-se dispostas a retornar ao Brasil em decorrência da situação na qual a Alemanha, e a grande parte da Europa, se encontrava:

Finda a guerra e derrotada a Alemanha, pessoas de dupla nacionalidade que alegavam a nacionalidade brasileira passaram a realçá-la com o objetivo de deixar o país em ruínas. Muitos reviraram seus papéis, à procura de comprovantes da nacionalidade brasileira; alguns, inclusive, lembraram que eram cidadãos brasileiros ou que havia cidadãos brasileiros na família, quando tomaram conhecimento do esquema de repatriação organizado pela MMB (FROTSCHER, 2013, p. 84).

Assim, de alguma forma, Toedter soube desta possibilidade do retorno ao Brasil, por se enquadrar no conceito de *Displaced Person*, que de início abarcava principalmente “Pessoas sem recursos que não se encontravam em sua pátria e que não podiam voltar à sua pátria ou encontrar uma outra sem o apoio dos Aliados” (JAKOBMEYER, 1992, p. 367 apud FROTSCHER, 2013, p. 86). Sendo assim, o autor pôde então se unir ao grupo e conseguir retornar ao Brasil o mais rápido possível, dado o contexto.

O testemunho de Toedter segue. Ele conta que a espera prolongou-se muito e que, em 1946, foi chamado para um quartel-general dos britânicos, onde foi interrogado por um oficial acerca de sua nacionalidade – segundo ele o oficial inglês conhecia Curitiba e sabia falar português inclusive (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 29m 58seg). Após o interrogatório, foi pedido a Toedter que deixasse o campo de *Displaced Persons* em que ele estava.

Toedter voltou então a Hamburgo, onde retomou os estudos em uma escola que “condensavam os conteúdos escolares (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 30m 49seg)”, pois havia muitos soldados que tinham perdido muito tempo de instrução escolar. Toedter terminou seus estudos nesta escola e, ao final do ano de 1946, ele foi chamado novamente ao campo de *Displaced Persons*, que ficava na região da Renânia (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 31m 29seg), pois seu nome estaria na lista dentre as pessoas que seriam mandadas de volta para seus países de origem.

De lá, os *Displaced Persons* foram transportados para Hamburgo no começo de 1947 – segundo Toedter, no pior inverno que houve na Alemanha desde muito tempo (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 31m 47seg). De Hamburgo, o grupo de pessoas foi levado até Lisboa no navio Santarém. Em Portugal, Toedter completou 18 anos.

Ainda no artigo de Méri Frotscher, a pesquisadora nos indica que:

Durante a ocupação da Alemanha, a saída de cidadãos alemães só era permitida quando se tratasse de: (i) antinazistas, (ii) perseguidos políticos, (iii) noivos, (iv) esposas que desejavam se unir aos seus maridos, (v) maridos que desejavam se unir às suas esposas ou famílias no exterior, desde que provassem que tinham residido no respectivo país antes de 1933, (vi) menores que desejassem se unir aos seus pais ou familiares, (vii) pessoas idosas que desejassem se unir a pessoas que estivessem em condições de sustentá-las (FROTSCHER, 2013, p. 89).

Como Toedter poderia se enquadrar apenas na categoria de menor que buscaria se unir a familiares, visto que ele ainda possuía parentes em Curitiba (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 34m 36seg), o mais provável é que isso tenha sido usado como justificativa a assegurar o seu retorno ao Brasil.

Outro aspecto importantíssimo a ser ressaltado aqui é que Toedter não passara, devido a sua saída da Alemanha, pelos processos educacionais de desnazificação¹⁴ que visariam diminuir nas pessoas as crenças incutidas nelas por conta do projeto de ensino nazista, como afirma Michaud:

Entre a autoridade declinante da família e o novo “estilo de vida” da nação que Rosenberg definia como o de uma “coluna em marcha”, a escola devia assegurar, então, um papel articulador na formação desses jovens, cuja missão era dar corpo e realidade ao “Reich ideal” (*ideales Reich*). (MICHAUD, 1996, p. 292).

Neste sentido, a construção da própria educação dentro do Reich era de natureza soldadesca, visando formar o que se chamava de soldado político e assumir assim a essência da raça ariana e sua “germanidade” (MICHAUD, 1996, p.292).

Após a chegada ao poder os nazistas logo implementaram uma nova forma de educação:

¹⁴ O processo que chamamos aqui de desnazificação ocorreu em diferentes âmbitos da sociedade. Inicialmente, no âmbito jurídico tal processo (*Entnazifizierung*) durou entre 1945 e 1952, marcado pela punição de diversos nazistas, bem como pela eliminação de diferentes instituições do regime nazista, casos das SS e até do próprio partido em si. Tratava-se da primeira experiência de justiça transicional jamais empreendida até então, iniciando-se com os tribunais de Nuremberg e avançando às cortes controladas pelos países Aliados, até a atuação autônoma da justiça alemã (GALINDO, 2017). Já no âmbito educacional – o que abordamos neste trabalho –, o processo de “elaboração do passado” (*Aufarbeitung der Vergangenheit*) visava “eliminar o nazismo de todas as estruturas e instituições públicas da Alemanha, promover uma ‘reforma profunda’ da estrutura escolar, desnazificar a equipe de professores e remover a ideologia nazi do currículo e dos livros didáticos” (LOUREIRO, 2021, p. 1558), além de suprimir outros traços culturais do nazismo na sociedade e de promover uma educação que ensinasse os valores democráticos às novas gerações (LOUREIRO, 2021, p. 1558).

A proposta da modificação no sistema educacional foi sem dúvida uma das primeiras ações a serem tomadas pelo Terceiro Reich. A escola se destaca então como o local apropriado para dar início a essa transformação na mentalidade dos mais jovens. De fato, o partido conseguiu colocar em prática sua estratégia, pois primeiramente instituiu a nazificação de todas as escolas regulares existentes, implantando a ideologia do programa nazista [...] (VICENTE; WITT, 2018, p. 73).

Deste modo, diversos aspectos dentro do próprio ensino formal foram modificados transformando o aprendizado do jovem alemão e o permeando por uma ideologia racializada e eugenista:

pode-se destacar que a finalidade da educação para o líder Alemão e o partido nazista consistia em “transformar as crianças em bons nazistas” (BARTOLETTI, 2006, p. 40). Na busca por corresponder ao desejo de Hitler, tornava-se essencial, tanto para os alunos quanto para os professores, professar a fé que tinham no sistema racista apresentado por Hitler, auxiliando na luta pela nova Alemanha que deveria ser pura e sem os inimigos da raça ariana. Nisso cada aluno era encorajado a vigiar, assim como também era vigiado, para estar de acordo com os pressupostos nazistas. (VICENTE; WITT, 2018, p. 73-74).

Além destas questões mais gerais, diversas disciplinas passaram a ter materiais que destacavam o aspecto racial ou questões relativas à eugenia e demais temas ligados à ideologia nazista – a história, por exemplo, passaria a tratar em sua enorme maioria de temáticas militares e teria um direcionamento para orientar o futuro da nação alemã (VICENTE; WITT, 2018, p.76). E ainda teriam as matérias temática de questões, por exemplo, com centralidade nestas mesmas questões, além da própria inserção de uma matéria chamada de ciências raciais (VICENTE; WITT, 2018).

Desta forma, mesmo a percepção que Toedter diz ter em seus livros sobre a não existência de um discurso de um “povo eleito” ou de uma “raça superior” (TOEDTER, 2009, p. 142) na sociedade é, no mínimo, relativa. Uma vez que até o ensino deixara isso subentendido, e a participação na *Deutsches Jungvolk* o fizera estar em contato com ideais da política reinante aponta que este teria sim estado em contato com tais discursos.

Chama a atenção ainda, o relato de que ele mesmo havia sido vítima de racismo/xenofobia por parte um professor:

Logo ali, no professor de alemão, fui encontrar um nazista ruim. [...]. Entretanto, na lapela ostentava aquele grande distintivo redondo, que o identificava como membro do NSDAP. Não esqueço do sorriso sádico com que me apoquentava. Chamava-me de *Urwaldmensch*. Homem da Selva (TOEDTER, 2000, p. 27-28).

Podemos observar que Toedter vai estar o tempo todo imbricado nesta ideologia no próprio ensino escolar e que mesmo tendo sofrido, uma vez pelo menos, um certo preconceito simplesmente por ter vindo do Brasil – sendo que Toedter possuía nacionalidade alemã, pais alemães e até mesmo um tio que era uma espécie de dirigente de bairro pelo Partido Nazista, *Ortsgruppenleiter*, como informa o autor (TOEDTER, 2009, p. 153) – ele tinha sido vítima deste preconceito. Deste modo, muito provavelmente devido à ausência de um processo de desnazificação ele não conseguiu perceber nem mesmo o preconceito presente nesta sociedade como algo problemático; o autor vai voltar para o Brasil já em 1947 sem passar por essa reeducação. Toedter assim acaba por rememorar sua vida na Alemanha durante a guerra de maneira positiva, mesmo dentro de uma sociedade que em alguma medida não o considerava como parte efetiva da ideia de povo alemão, que depois o próprio autor vem a defender em seus textos. Logicamente, o fato de já estar sob alguma influência da ideologia nazista aqui no Brasil (na *Deutsche Schule*, por exemplo) também auxilia nesta percepção do autor quanto a sociedade na qual vivera.

Como visto anteriormente, por mais que Toedter sustente que, em sua experiência, as coisas não se desdobraram tal qual os estudos dos “estoriadores” (TOEDTER, 2000, p. 84) mostraram, ele próprio havia sido vítima de preconceito, assim como manteve contato com os “ideais da política reinante” (TOEDTER, 2000, p. 35). O relato negacionista Toedter visava isentar os nazistas dos crimes que cometeram a partir de um duplo viés: por um lado, alegar que a figura daquilo que ele chama de “nazista mau” era fruto dos estereótipos, da caricatura promovida por “estoriadores” – reparemos no caráter pejorativo do termo por ele empregado para se referir aos pesquisadores acadêmicos – e “pelos Spielbergs da vida”. Por outro, na condição de testemunha, ele reconhece que existiu uma minoria composta por pessoas com um “mau-caráter” (TOEDTER, 2000, p. 123), de maneira completamente genérica, dando a entender que estas seriam as responsáveis pelo mal que ocorreu naquela sociedade.

Assim, mesmo que Toedter tenha sido alvo de preconceito, e que tenha tido contato com a ideologia dominante, sua condição de testemunha pesa muito mais na afirmação de que nada havia se passado da maneira como apresentada pelos historiadores, ou até mesmo por todas as outras testemunhas dos crimes nazistas – como o Holocausto, sobre o qual ele “não acredita” que tenha acontecido. Outra questão existente no texto do autor é o clamor pela inocência do que ele chama de “povo” alemão, mesmo que em meio a este povo sobre defesas até mesmo dirigidas a Hitler, que era “um produto de seu tempo” (TOEDTER, 2000, p. 48). Se trata de um artifício que acaba por esvaziar a própria retórica da existência dos elementos “mau-caráter” que o autor cita como responsáveis pelos crimes, chegando a obra a beirar uma tentativa de

apagamento total da história de crimes cometidos pelos nazistas, pura e simplesmente, ou atribuindo os crimes apenas como responsabilidade de elementos mau-caráter, hipotéticos e jamais identificados. Isto implica a impossibilidade de se analisar o fenômeno nazista como um processo humano e, logo, histórico, do que decorre, conseqüentemente, a ausência de reflexão, crítica e até mesmo da devida responsabilização pelos crimes cometidos durante o período.

Agora quanto ao processo de desnazificação “educacional” cabe lembrar que a cidade de Hamburgo ficara na zona de responsabilidade dos britânicos e estes, tanto quanto os americanos, tiveram projetos para tentar entender e erradicar o nazismo e a ideologia que os nazistas tinham conseguido implantar na sociedade:

Os norte-americanos [...] logo deram início a um programa de reeducação e neutralização do nazismo, cujo objetivo era extinguir o Partido Nazista, arrancar-lhe as raízes e plantar as sementes da democracia e da liberdade na vida pública alemã. O Exército norte-americano era acompanhado de um grande número de psicólogos e outros especialistas cuja missão era descobrir por que os alemães tinham se desviado tanto. Os britânicos desenvolveram projetos similares, ainda que com maior ceticismo e menos recursos. (JUDT, 2008, p. 59-60).

O fato de não passar por nenhum tipo de processo mais intenso e profundo de reeducação que lhe fizesse problematizar esta questão do nazismo e analisá-la de uma maneira mais crítica pode ser algo que auxilie muito na mudança de perspectiva de Toedter mesmo perante as notícias e trabalhos historiográficos em geral sobre a Segunda Guerra Mundial, uma vez que o próprio autor afirma que “também passei a ter como certo aquilo que os noticiários propagavam. Também acreditei no holocausto” (TOEDTER, 2010, p. 27).

Voltando ao depoimento, Toedter faz um adendo após explicar sobre a volta para o Brasil e explica como manteve seu conhecimento da língua portuguesa, graças a leitura de um livro chamado “*Por Quem Os Sinos Dobram*”. Ao informar no depoimento sobre este fato, Toedter indica que teria um livro somente, de autoria de um “sem vergonha” chamado Ernest Hemingway (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 33m 56seg). Aqui é interessante apontarmos que Toedter tem um texto presente em seu segundo livro, “*O que é a verdade*”, intitulado a partir do nome de um livro de Hemingway – *Por quem os sinos dobram*. O autor irá apontar como Hemingway também indicava em seu livro “*Men at War*”, datado de 1942, uma esterilização em massa do povo alemão (TOEDTER, 2009, p. 70-71), na realidade, o livro apontado por Toedter contém uma série de “textos de guerra” sendo apenas dois textos e o prefácio escritos por Hemingway, nenhum deles contendo tal mensagem, sendo assim, esta afirmação pode ter aparecido em algum texto de outro autor.

É interessante notar também que, em seus textos, Toedter ressalta que as ideias de nacionalismo e questões raciais estavam muito em voga já nos anos anteriores à guerra, tal qual o apontamento de que o Brasil tinha um dia da raça (TOEDTER, 2000, p. 22) ou então a afirmação “aliás, os ideais citados, racismo, nacionalismo e ditadura, na época não eram exclusividade nazista” (TOEDTER, 2000, p. 57). O autor usa esses excertos para tentar dar equivalência à experiência nazista com os demais países, principalmente com a ditadura de Vargas – menos em relação à URSS, pois esta teria como líder Stalin, “que em momento algum abandonara a idéia (sic) do domínio mundial” (TOEDTER, 2010, p.110) ou ainda o fato de “ser sabido” que o “comunismo nunca desistiu da idéia (sic) de instalar regimes de força aqui e no mundo todo, mesmo depois de ter abdicado do poder em sua terra de origem” (TOEDTER, 2010, p. 74), essa postura de ataque ao regime soviético é muito característica.

Na sequência, Toedter conta que, quando retornou ao Brasil, teve o auxílio de parentes e não ficou totalmente desamparado: seu pai, ao construir uma casa em 1941, a colocou como um bem da família e isso, segundo o depoimento, fez com que ela não pudesse ser confiscada por também pertencer ao filho, que era brasileiro nato (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 35m 46seg).

Logo que chegou ao Brasil, Toedter obteve um emprego de auxiliar de escritório na companhia AEG – Companhia Sulamericana de Eletricidade – na filial de Curitiba. Depois que esta AEG encerrou suas atividades, Toedter passou a ser representante de empresas industriais de São Paulo (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 36m 30seg). Em 1948, prestou serviço militar (ou seja, no ano seguinte a sua chegada ao Brasil). Neste ponto do depoimento, afirma ele que o aprendizado ocorreu totalmente de maneira autodidata (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 37m 37seg). Após nove meses de serviço militar, ele teria passado à reserva como Terceiro Sargento.

Toedter aprendeu o ofício de produzir clichês para prensas tipográficas, que eram “placas de metal, geralmente zinco, gravadas fotomecanicamente em relevo, obtidas por meio de estereotipia, galvanotipia ou fotogravura, destinadas à impressão de imagens e textos em prensa tipográfica.”¹⁵. Por conta disso, Toedter acabou por trabalhar na Imprensa Oficial do estado do Paraná durante algum tempo (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 41m 34seg), mas deixou este emprego por questões salariais (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 41m 43seg).

¹⁵ Clichê – Definições de Oxford Languages. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&sxsrf=ALiCzsbDF7OzFUEqPVNV3844RvLt2y-F6w:1665326074188&q=Clich%C3%AA+significado&sa=X&ved=2ahUKewjt9tiIr9P6AhUkBbkGHd2UBc4Q1QJ6BAhKEAE&biw=1408&bih=652&dpr=1.36>. Acessado pela última vez em: 09/10/2022.

Toedter casou-se aos 22 anos e, logo depois, conseguiu uma vaga na empresa Prosdócimo S.A. em Curitiba, iniciando como desenhista (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 48m 30seg), em dezembro de 1951, onde trabalhará até em 1966, como diretor de vendas. A seguir Toedter abriu uma agência de publicidade, chamada Publiat (naquele mesmo ano, ele foi um dos criadores da Associação Paranaense de Propaganda, sendo eleito seu presidente, inclusive). Segundo Toedter, a associação tornou-se bastante importante – possivelmente a nível estadual, pelo menos. Por conta da associação, diz ele que participou do Primeiro Congresso Nacional de Propaganda, quando foi definido o código de ética do publicitário. Neste ponto Toedter nos informa que este Congresso teria ocorrido em 1957 – de fato ele aconteceu neste ano¹⁶ – embora Toedter só tenha aberto a Publiat em 1966 – pelo menos isto é o que encontramos em registros¹⁷ - esta fala destaca para nós os próprios processos da memória e do ato de rememoração uma vez que sabemos que as “falhas constantes de memória motivam uma profunda mudança no trabalho do “historiador”, que não pode confiar nem na sua exatidão nem na sua objetividade” (GAGNEBIN, 1997, p. 26) longe de ser um desqualificador total do testemunho, a consciência dessa natureza às vezes incerta da rememoração redobra a necessidade de uma crítica séria à esta fonte por parte de quem quer que se dedique a escrever história.

Mais tarde, Toedter se tornou vice-presidente da Agência Brasileira de Agências de Propaganda. Por fim, ele narra que a sua vida de publicitário terminou depois de pouco mais de trinta anos neste ofício, tendo ele recebido um diploma de publicitário pioneiro em um seminário realizado em Porto Alegre (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 52m 57seg), a respeito do qual alega não se lembrar do ano e de outros dados. A partir deste momento, diz ele que “enjoou” de sua profissão, pois ela era usada “não para o bem” (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 53m 58seg), mas antes para transmitir mentiras (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 54m 06seg).

O autor relata na sequência um episódio em que ele trabalhara como publicitário para uma fábrica de cosméticos da Alemanha que passou a vender seus produtos também aqui no Brasil (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 55m 36seg), ele irá contar que um dos produtos que divulgara e que acreditava muito neste produto (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 56m 50seg), principalmente porque era assinado pelo que autor disse ser um cientista sério da Universidade Livre de Berlim (*Freie Universität Berlin*). Mas, nos dizeres dele, acabou sendo um produto “para inglês ver” – que não funcionava. Sendo assim, Toedter sustenta que, a partir desse caso,

¹⁶ Associação brasileira de agências de propaganda – História. Disponível em <https://www.abap.com.br/institucional/historia/>. Acessado pela última vez em: 30/10/2022.

¹⁷ Publiat – Dados. Disponível em: <https://casadosdados.com.br/solucao/cnpj/publiat-publicidade-e-assessoramento-comercial-s-c-76551662000111>. Acessado pela última vez em: 30/10/2022.

e de outros que vivera e ficara sabendo no meio da publicidade, ele passaria a duvidar cada vez mais da área. Julgamos este aspecto importantíssimo na fala do autor pois, na sequência da dissertação, veremos o que ele considerará como algo que podemos chamar de “a verdade” nas pesquisas históricas, por exemplo, das quais ele irá se tornar ferrenho contestador – chegando a dizer que não acreditaria que o Holocausto teria ocorrido (TOEDTER, 2000, p. 115), como citado na Introdução.

Um episódio como este nos mostra que desde antes desta produção de autor na qual Toedter viria a se engajar, essa descrença com a ciência ou com um cientista já existiria e que pode ter sido um fato importantíssimo, uma vez que Toedter poderia somente dizer que, ao longo de seu tempo como publicitário, viu muitos produtos não funcionais sendo vendidos ou outras questões que o fizeram desacreditar da profissão – visto que ele mesmo diz que não fora somente aquele caso que teria feito ele mudar seu entendimento sobre a propaganda. No, entanto, ele faz questão de rememorar essa figura em particular, que era um cientista, formado numa universidade renomada, inclusive.

A convicção que Toedter demonstrará sobre o que seria a “versão real da história” (TOEDTER, 2010, p. 108) – algo que seus textos tentam disputar – possivelmente passa por essa incapacidade de se identificar, na falta de um termo melhor, com a ciência “acadêmica”. Isto é, já na época em que trabalhava como publicitário, ele teria tido contato com cientistas que, de acordo com ele, não só não faziam algo que era correto, como também se utilizavam da ciência para obter vantagens, de certa forma, sobre outrem. Isso teria feito com que ele percebesse, alega ele, que a propaganda mentiria para conseguir seus objetivos, nem sempre sendo benéfica para a população.

Depois de finda a carreira de publicitário, ele e sua esposa foram morar em uma casa na praia de Pontal do Sul, onde Toedter passou a integrar a associação de moradores da localidade (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 59m 42seg), engajando-se em uma luta para proteger os manguezais da área (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 0min 30seg). Nesta época, Toedter afirma que se vinculou a alguns professores da Universidade Federal do Paraná, tendo eles lançado um pequeno jornal (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 04m 47seg).

Porém, Toedter voltou a Curitiba, onde passou a manter mais contato com seus netos, a julgar pelo seu depoimento. Nesse momento, ele teria vivenciado algo fundamental para os propósitos de nosso estudo. Um de seus netos lhe conta o que estaria aprendendo na escola acerca da Segunda Guerra Mundial (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 05m 50seg). A partir deste momento, assegura ele que teve a ideia de escrever acerca de suas vivências, na medida em que aquilo que o neto aprendia na escola não condizia com a “realidade” que ele teria vivido.

Acrescenta Toedter que, independentemente de contar ao seu neto “o que aconteceu”, ele sentiu a necessidade de botar no papel a visão dele sobre os acontecimentos, sem a pretensão de publicar um livro (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 06m 35seg).

É interessante pensarmos que, por mais que Toedter diga que não haveria a intenção de publicar um livro, havia a de comunicar a seu neto, no mínimo, o que acontecera segundo seu testemunho, sua memória. Se trata de algo que decorre, segundo Tedesco (2004), por conta de a memória ter um importante papel no mundo social, o de interligar o passado ao presente:

a memória está ligada a um papel importante no mundo social, a de conservar informações psíquicas capaz de atualizar impressões passadas, assim como representações sociais que são naturalizadas do cotidiano de um grupo, informando ainda a estes indivíduos inseridos em uma coletividade o sentido de sua própria colocação no tempo, interligando o passado ao presente (TEDESCO, 2004, p. 31).

Na situação de Toedter, contar a seu neto sobre o que vivera durante a Segunda Guerra na Alemanha teria a intenção de colocá-lo – muito provavelmente – como alguém diferente do que o próprio Toedter acredita que seja a representação comum do alemão durante a Segunda Guerra que seria “aquele bruto, insensível, soldadesco como foi pintado pelos Spielbergs da vida e pelos historiadores de encomenda” (TOEDTER, 2009 p. 17-18).

Assim, segundo o testemunho de Toedter, esses escritos tomaram a forma de livro: ele escreve um “boneco” e foi falar com “um tal de Senhor Chain” (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 07m 02seg). Aramis Chain, proprietário da Editora e Livraria do Chain, teria gostado do material e dito que venderia o livro se Toedter o publicasse. Assim, o autor editou e bancou a publicação de novecentos e noventa e poucos exemplares de sua primeira obra, *E a guerra continua...*, publicada no ano de 2000 (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 08m 10seg). Toedter relata também sobre as dificuldades de vender seu livro, já que várias livrarias não aceitavam vender sua obra (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 09m 12seg) porque senão perderiam sua clientela, por exemplo.

Porém, mesmo com esta dificuldade, Toedter conseguiu comercializar toda a sua primeira edição (provavelmente em aproximadamente um ano, pois a segunda edição data de 2001, enquanto a primeira data de 2000, algo que outros livros talvez não consigam com tanta rapidez). A partir desta segunda edição, segundo Toedter, o próprio senhor Aramis Chain – sua editora, mais precisamente – passou a editar os seus livros.

Há uma questão interessante aqui: Toedter, apesar de afirmar que teve a ideia de escrever por conta do que seu neto havia dito, igualmente indica no fim de seu primeiro livro que deve “ao amigo e literato João Manuel Simões o estímulo e a coragem que me levaram a

exercitar parcos e questionáveis dotes de redator” (TOEDTER, 2000, p. 171). João Manuel Simões também escreveu o prefácio desta primeira obra do autor, no qual é apresentado como membro da Academia Paranaense de Letras. No entanto, no testemunho de Toedter ao *Memórias Paraná*, menção alguma é feita a Simões. Embora, na primeira obra de Toedter, Simões pareça ter muita importância (tanto como um nome de peso que prefacia a obra quanto como aquele que incentivou Toedter a escrever o livro), ele simplesmente desapareceu/foi omitido no testemunho dado em 2016. Porém, ainda assim, o projeto ao qual Toedter faz seu relato conta com a participação da Academia Paranaense de Letras, da qual Simões ainda faz parte.

Em 2006 Toedter começou a escrever em um blog chamado <http://2a.guerra.zip.net>, hospedado no provedor UOL – o primeiro registro que temos de uma possível atividade do autor na internet consta em seu segundo livro; sendo o primeiro ensaio dele intitulado “O objetivo deste blog”, datado de 29/09/2006 (TOEDTER, 2009, p. 06) – e a partir dos textos deste blog que surgiu o segundo livro de Toedter, *O que é verdade?* (2009), assim como o terceiro livro, *A paz que não houve* (2010). O autor informa em um pequeno texto no final deste último livro que, em 06 de agosto de 2010, o provedor UOL teria enviado a ele um comunicado dizendo que teriam apagado o blog (TOEDTER, 2010, p. 171). Assim, no livro *A paz que não houve* existem apenas ensaios datados até 02 de agosto de 2010 (TOEDTER, 2010, p. 157).

Diante disso, o autor criou outro blog, a fim de continuar escrevendo (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 10m 50seg), do que se seguiu a publicação de mais dois livros até o ano de 2015 – segundo Toedter – não mais com o assunto principal temáticas relativas à historiografia da Segunda Guerra, mas acerca de suas “consequências” (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 11m 11seg). Continua ele ao alegar que não teria até aquela data encontrado muitas dificuldades das quais seria de se esperar por ele estar defendendo ideias bem diversas daquelas que a mídia mundial defende (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 12m 20seg).¹⁸

Por meio deste testemunho, podemos ter uma visão muito interessante de como provavelmente algumas bases da narrativa de Toedter se construíram. Em primeiro lugar, a dimensão relacionada com a memória nos parece ser fundamental, uma vez que é a discrepância entre o que o autor lembra ter vivido durante a guerra e aquilo que seria ensinado para seus

¹⁸ No fim do depoimento, Toedter narra sobre o fim de seu casamento com sua esposa Ingrid, que o deixara logo após completarem 50 anos de casado, assim como sobre o encontro com uma nova companheira, Irene, que teria lido *E a guerra continua...* e simpatizado com o autor, sendo ela uma grande apoiadora de Toedter em seu trabalho, conforme as palavras dele próprio (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 14m 55seg).

netos que, alega-se, teria ativado no autor o desejo de escrever suas memórias. É possível que alguma outra questão o tenha incentivado à publicação de livros – pode ser a influência de João Manuel Simões, em um primeiro momento, mas não podemos afirmar nada concretamente.

Por fim, é interessante ter um vislumbre de um testemunho de Toedter, uma vez que, como veremos no capítulo seguinte, sua obra escrita não tem tanto uma característica de testemunho do que viveu durante a guerra quanto de tentar nos contar quase uma outra “versão” da história da Segunda Guerra Mundial. Para tanto, porém, ele lançará mão da condição de testemunha para validar muitas de suas afirmações que provariam esta outra versão. A postura apresentada neste depoimento nos indica, principalmente, que Toedter ao escrever tem certa consciência na intenção e no público pretendido da sua atividade de escritor, pois, se ele não acreditasse ou soubesse que, em algum nível ao menos, o que ele escreve poderia não ter aceitação em meio a um grupo mais geral de pessoas, ele poderia muito bem aproveitar esta oportunidade para divulgar mais claramente suas ideias.

Assim, pensamos ser necessário analisarmos mais detidamente, além das obras de Toedter em si, as lógicas de produção destas obras, os motivos que levaram a migrar do universo do livro impresso para blogs e a composição de outros livros e também questões pertinentes à produção tanto de textos escritos quanto daqueles de um “fazedor de história” bem como uma característica fundamental do texto de Toedter, que será o que buscaremos analisar nos itens a seguir.

1.2 AS ESCRITAS DE TOEDTER: NÃO ACREDITAR PARA “NÃO NEGAR”¹⁹

Por mais que, como vimos na entrevista de Toedter, exista a afirmação de que sua motivação para escrever o seu primeiro livro se deu por conta apenas do que seu neto aprendera nas aulas de História, devemos apontar algumas características da obra de Toedter que são importantes em sua estrutura e que dialogam diretamente com outras obras com temáticas parecidas com o que Toedter apresenta em seus livros como afirmações mais contundentes.

¹⁹ Cabe aqui reiterar que nossa análise não almeja, exatamente, se debruçar sobre a falsidade das afirmações negacionistas. Cabe reconhecer, ao mesmo tempo, a grande relevância de vários pesquisadores estrangeiros, como Deborah Lipstadt ou Pierre Vidal-Naquet, e brasileiros (como Bruno Leal Pastor de Carvalho, Ricardo Figueiredo de Castro, Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus, Luís Edmundo Souza Moraes etc.) que não apenas se dedica(ram) a assinalar o caráter de falsidade das produções negacionistas como também os diversos mecanismos, aspectos e intencionalidades que sustentam as ações de negação do Holocausto.

Assim, iremos agora nos debruçar sobre uma das mais significativas afirmações que Toedter faz em seu primeiro livro:

Assim, que fique bem claro: eu NÃO NEGO o Holocausto. Mas, não só a Constituição da República Federativa do Brasil, como também a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art.XIX), garantem ao cidadão a liberdade de opinião e expressão. Para formar opinião própria é preciso obter e sopesar informações, dar-lhes crédito ou não. NÃO ACREDITO que os alemães tenham protagonizado a execução, o assassinato premeditado e programado de milhões de seres humanos. Não acredito tenha acontecido tal bárbaro genocídio ao qual a propaganda deu o nome de Holocausto. Não havia na Alemanha dos anos 30 condições culturais para a proliferação de criaturas do tipo “carrasco”. O alemão não é dado a violência. No sul do Brasil, por exemplo, é comum encontrar nomes de descendentes de alemães, por ser uma região em que se concentrara a imigração dos seus antepassados. Pois se observe a página policial dos jornais e dificilmente encontrar-se-á um nome germânico envolvido em ato violento. Diversas regiões e países criaram suas organizações mafiosas. Nunca se ouviu falar de uma “Máfia alemã”. (TOEDTER, 2000, p. 115-116).

Toda a argumentação do primeiro livro de Toedter desemboca nesta afirmação: é neste momento que o texto dele revela claramente ao leitor essa descrença na execução do assassinato de milhões de pessoas por parte dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial – mesmo que ela esteja presente em outros momentos do texto de maneira mais sutil. É claro que, como já vimos ao longo do trabalho, Toedter suavizou anteriormente várias afirmações, sempre tendo como elemento central de sua argumentação a autoridade que tem como testemunha. Porém, esta afirmação de seu testemunho não seria capaz de suavizar – uma vez que ele mesmo narra que nunca soubera da existência do campo de concentração de Auschwitz. Ou seja, de certa forma, ele procura tornar isso como se fosse, de fato, um indício da não existência deste genocídio (algo que, fique claro, não é de modo nenhum). Além disso, Toedter ainda elenca que:

A Alemanha vinha combatendo nas mais diversas frentes. Tão somente na frente oriental registrara perdas de 50% dos seus efetivos após o rigoroso inverno russo de 41/42. Pergunto-me se os dirigentes alemães realmente poderiam ter cometido o descalabro, criminoso contra sua própria gente, de enfraquecer ainda mais suas forças de combate, já tão debilitadas, formando tal contingente especialmente incumbido de localizar, aprisionar transportar, concentrar, abrigar, guardar, alimentar, medicar e... eliminar milhões de criaturas. Isto numa caçada monumental através da imensidão das estepes russas, das cordilheiras caucasianas, das montanhas dos Bálcãs... Não acredito. Para comparar: No Brasil atual, tempos de paz, normais, os mandatos de prisão não cumpridos vão á(sic) centena de milhares. (TOEDTER, 2000, p. 115-116).

Assim, podemos perceber que a construção narrativa de Toedter caminha para a “desqualificação” da possibilidade da existência dos campos de extermínio nazistas por diferentes vieses. Esta afirmação, em princípio, pode parecer derivada apenas das “observações” decorrentes da experiência pessoal dele; no entanto, o próprio Toedter nos fala anteriormente, por exemplo, que “A Internet está cheia de sites onde se busca corrigir os conceitos históricos. A vida desses Revisionistas não tem sido fácil. Na Alemanha a negação do Holocausto é crime penalizado por lei.” (TOEDTER, 2000, p. 115).

Nesse sentido, por mais que o autor afirme que tivera a ideia de produzir o livro apenas para registrar no papel e informar ao seu neto o que “realmente aconteceu” ou o que ele vivera e que se diferia do que ensinaram à criança, Toedter mantinha contato com textos, muito provavelmente de negacionistas do Holocausto que reforçavam a sua crença de que o genocídio não teria acontecido (isto considerando apenas a possibilidade de que ele teve contato com tais ideias a partir da leitura de textos negacionistas, para não mencionar a hipótese de algum tipo de relação mais direta com autores ou “militantes” do negacionismo).

Tal aspecto é importante para indicarmos que a escrita de Toedter tem como característica essa negação do Holocausto – apesar de ele usar a tecnicidade de dizer que não nega, mas somente não acredita. Esta negação ocorre sutilmente durante toda a narrativa de Toedter, em um esforço de desacreditar questões consensuais na historiografia (casos da afirmação de que juventudes hitleristas não eram nada do que os historiadores propalavam; do membro da SS que ele conhecia e que ele define como “bom e afável”; da sinalização de que ele jamais viu ou soube de perseguições aos judeus, dos campos de concentração e nunca ouviu falar sobre os extermínios em massa; ou mesmo da negação de que circulasse entre os alemães algum tipo de ideia de pertencerem ao que ele chama de “povo eleito”).

Toda essa argumentação desemboca nos capítulos finais da obra, em que Toedter vai sustentar que não acredita na existência do Holocausto. Para justificar a sua posição, na sequência ele mostra séries de notícias e indícios que, alega ele, “comprovariam” que o Holocausto seria uma mentira – traduções “erradas” de documentários (TOEDTER, 2000, p. 136), notícias da “diminuição” no número de vítimas do Holocausto (TOEDTER, 2000, p. 118) e “censos” de judeus na Alemanha e na região para “provar” que o número de 6 milhões de judeus não seria possível (TOEDTER, 2000, p. 119-120). Todas estas afirmações criam uma ideia de que os estudos sobre o Holocausto estariam “envoltos” em uma suposta série de incoerências, algo ressaltado por Vidal-Naquet:

O número de seis milhões de Judeus assassinados que provém de Nuremberg nada tem de sagrado ou definitivo, e muitos historiadores chegam a um

número um pouco inferior. Também, S. Klasfeld, pelo trabalho minucioso que caracteriza seu Memorial, reduziu em mais de 40.000 o número normalmente mencionado de Judeus franceses deportados (de 120.000 a um pouco mais de 76.000). Quem não aprovaria essas pesquisas, quem não desejaria que teses e trabalhos se multiplicassem, o que não é o caso? (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 32).

Assim, seria desejável, para uma significativa parcela dos pesquisadores, que este assassinato em massa de pessoas não tivesse sido uma realidade. Infelizmente, este não é o caso e, como cientistas que somos, não podemos simplesmente ir contra os fatos, os documentos e os testemunhos contrários a quaisquer perspectivas quando estes corroboram ou não nossas próprias intenções ou crenças em qualquer temática.

Ainda neste sentido, como destaca Toedter, para formar opinião própria seriam necessárias informações e dar-lhes crédito ou não (TOEDTER, 2001, p. 115). No entanto, neste caso, Toedter não concorre com outros formadores de opinião tão simplesmente – o autor abertamente busca através de seus textos concorrer com os historiadores (ou “estoriadores”, como ele chama de maneira pejorativa). Sabemos que a História é uma ciência, e não bastam apenas opiniões para construí-la, mas sobretudo a análise crítica das provas, testemunhos e documentos referentes a um determinado período – no caso de Toedter, a Segunda Guerra Mundial. Além disso, é primordial ao trabalho da narrativa histórica não ignorar os elementos de facticidade que as fontes nos apresentam, mesmo que elas sejam parciais e fragmentadas.

É importante ressaltar que, se Toedter (ou quem quer que seja) não quiser acreditar no acontecimento do Holocausto em um nível pessoal, isto não seria de forma alguma de nossa alçada. Quer dizer, embora ele estivesse errado, não caberia a nós obrigar ninguém a pensar desta ou daquela forma. No entanto, quando Toedter publica uma obra, esse se torna um objeto passível de crítica – ainda mais uma obra que procura desqualificar a ciência história apenas através de uma percepção pessoal, qualquer que seja esta percepção.²⁰

Diante do exposto, é preciso salientar que o negacionismo é um movimento de extrema direita que tem objetivo e função bem definidas e essas dialogam – e muito – com os textos elaborados por Toedter:

Pode-se dizer que falar de negacionismo é falar de coisas que, ainda que guardem algum grau de proximidade em função de uma prática comum, são distintas em seus propósitos. Por um lado, o termo “negacionismo” descreve

²⁰ No terceiro capítulo, analisaremos a questão relativa à verdade no texto histórico, em que nos debruçaremos sobre os usos do passado – inclusive da Shoah – no presente. Demonstraremos que alguns historiadores tecem algumas críticas sobre os usos dos campos de concentração como uma representação do mal pura e simplesmente, sem que levem em conta diversos aspectos e implicações possíveis relativas ao citado processo, que nos fazem pensar até mesmo sobre a sociedade ocidental moderna. No entanto, estas críticas passam longe de negar o acontecimento, uma vez que as fontes não permitem que isso seja feito ou mesmo considerado desta forma.

um campo ou uma variante propriamente “Intelectual” de movimentos de extrema direita do pós-Segunda Guerra Mundial que se constitui em torno de um propósito estratégico: por meio da negação das atrocidades nazistas e de sua política de extermínio, superar o peso social e político altamente negativo dos crimes nazistas e seus efeitos no estabelecimento de barreiras sociais à expansão da extrema direita no mundo contemporâneo. Por outro, o termo define também uma “prática” instrumental que serve a propósitos diversos daqueles do neonazismo, sendo usado por grupos diversos. Um primeiro a destacar são aqueles que tomam o anti-sionismo e a deslegitimação do Estado de Israel como projetos estratégicos. (MORAES, 2013, p. 1-2).

Toedter faz um movimento em suas obras que é muito semelhante ao que Luís Edmundo Moraes caracteriza como o primeiro propósito do negacionismo, enquanto “campo intelectual”, uma vez que em diversas passagens Toedter clama para que o povo alemão seja “perdoado”. Mas as afirmações de seu texto soam mais como uma tentativa de construir uma aura de inocência do governo nazista em sua fala, deixando as atrocidades cometidas apenas sob a responsabilidade de alguns elementos tidos por “mau-caráter”. Vale ressaltar ainda que o próprio uso do termo “revisionista” usado por Toedter é algo que é próprio do negacionismo, uma vez que o negacionismo se autodenomina revisionismo, apresentando-se publicamente como uma tentativa de “correção” e de “denúncia” sobre uma suposta falsidade das pesquisas historiográficas e demais narrativas sobre a Segunda Guerra Mundial e o Terceiro Reich (MORAES, 2008, p. 1).

Outro aspecto interessante que precisamos apontar é a própria semelhança que o texto de Toedter mantém com as alegações de caráter negacionista, para além da “descrença” de Toedter no acontecimento do Holocausto. Elza Helena Lourenço Gomes dos Santos, ao analisar os escritos de Siegfried Ellwanger Castan e seu principal livro – *Holocausto Judeu ou Alemão? Nos Bastidores da Mentira do Século*, publicado em 1987 –, aponta para os usos da afirmação de que existiria um grupo que se julga superior e que busca obter vantagens materiais de outros povos (SANTOS, 2008, p. 3), versando também “sobre a história da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, [a] questão da culpa alemã pelo início do conflito em 1939. (SANTOS, 2008, p. 3). Ou seja, são afirmações semelhantes às de Toedter, como de oferecer um “outro lado” sobre as duas Guerras Mundiais, bem como a ênfase no argumento de “que o cinema, jornais, televisão e Imprensa [seriam], em todo tempo, manipulados pela comunidade judaica, que trabalhavam(am) com afinco para difamar a Alemanha através destes meios de comunicação (SANTOS, 2008, p. 3).

Toedter cria uma narrativa muito semelhante àquilo que se vê nas obras de Castan, por exemplo. Porém, em sua exposição de ideias, Toedter é mais genérico e cauteloso em seu primeiro livro, dedicando somente um capítulo para tratar sobre a “manipulação da mídia”:

Em maio de 1945 silenciaram as metralhadoras, as carabinas, os canhões, as bombas da IIA (sic) Grande Guerra Mundial, mas uma arma continuou a ser usada, agora unilateralmente: a Comunicação manipulada. A propaganda, visando a destruição da auto-estima, do orgulho próprio, da identidade nacional do alemão, continua até hoje e com sucesso incontestável. Neste tipo de campanha não há código de ética a ser respeitado e não existem escrúpulos, o atacado não tem como se defender e todos os meios são válidos (TOEDTER, 2000, p. 134).

O autor ainda discorre, no mesmo capítulo, sobre a televisão, o cinema e como estes estariam, segundo ele, difamando o povo alemão e atrelando diretamente a imagem do alemão ao nazista (TOEDTER, 2000, p. 134-140). Contudo, temos que ressaltar a inexistência neste segmento de uma citação direta da culpa desta perseguição aos judeus, tal qual Castan fez em sua obra, por exemplo. No entanto, o elemento judeu está sempre exposto na obra de Toedter, seja no início quando o autor deixa claro que não teria “qualquer tipo de prevenção contra o judeu como indivíduo” (TOEDTER, 2000, p. 14), seja quando detalha a perseguição secular contra os povos desta religião e aponta que eles seriam uma “unidade social-religiosa, portanto não biológica” (TOEDTER, 2000, p. 129).

Em seu segundo livro, existem afirmações mais contundentes em relação ao tema, como a “lembrança” de que Karl Marx teria um sobrenome judeu (“Mardochai”) ou a menção ao “genocídio” causado pelo governo da União Soviética, embora “o símbolo soviético da foice e do martelo [possa] ser usado livremente, enquanto a suástica é proibida (TOEDTER, 2009, p. 159). Continua Toedter ao falar sobre “Quem faz governos, revoluções, guerras?” (TOEDTER, 2009, p. 64), em resposta à pergunta de um leitor sobre “qual teria sido a intenção dos judeus ao apoiarem Hitler em sua trajetória” (TOEDTER, 2009, p. 64). O autor justifica esta passagem baseado em uma falácia denominada por ele de os “ILUMINADOS”²¹, extraída de “*None dare call it Conspiracy*”, livro escrito por Gary Allen²². Ao mesmo tempo, porém, Toedter ressalta, por exemplo, que “a revolução bolchevique foi financiada por um sindicato de banqueiros internacionais ao qual pertenciam os Schiffs, os Warburgs, mas, também, os Morgan e os

²¹ Toedter fala em seu segundo livro que: “no meu modesto entender este movimento, que busca o domínio mundial, nasceu em 1. de maio de 1776, quando ADAM WEISHAUPT fundou na Alemanha a Ordem dos ILUMINADOS. Entre seus objetivos constavam: - A formação secreta por elites intelectuais. - Assumir o poder no estado, na igreja e na sociedade. Seu método: Infiltração dos membros em cargos chave. Afirma-se que Adam Weishaupt teria sido agente dos Rothschilds” (TOEDTER, 2009, p. 66). O que Toedter apresenta aqui como “Iluminados” parece ser uma tradução para uma suposta sociedade secreta conhecida como *Illuminati*, que tem sido parte da narrativa de diversas teorias da conspiração mundo afora.

²² Nascido nos EUA, Frederick Gary Allen foi um escritor conservador e teórico da conspiração, cuja produção influencia as teorias da conspiração alimentadas pela extrema direita até os dias atuais: “A influência da *John Birch Society* (JBS) no movimento conservador e no Partido Republicano não se restringiu apenas ao século XX. [...] Um dos principais escritores conspiracionistas da JBS da década de 1970, Frederick Gary Allen continua servindo de inspiração para ativistas de extrema direita” (ALMEIDA, 2020, p. 41).

Rockefeller, **que não são judeus**” (TOEDTER, 2009, p. 65-66, grifos nossos). Entendemos que se trate de uma espécie de “reedição” das famosas teorias conspiratórias usadas pelos negacionistas, de modo a se blindar de eventuais acusações de racismo, tal qual ocorreu com Castan. Este movimento se assemelha também ao artifício empregado por Toedter em não negar explicitamente o Holocausto, mas minimizá-lo ao dizer que não acredita no processo, conforme citado anteriormente. Estas afirmações de Toedter são muito significativas pois, de certo modo, para além dos ares de conspiração colocam o extermínio dos judeus sob a responsabilidade – talvez indireta – dos próprios judeus

Logo, Toedter promove um uso político do passado, através dos textos que escreve – algo para o que voltaremos com profundidade no terceiro capítulo. Para compreendermos grande parte de seu caminho, de sua intencionalidade e de suas peculiaridades como escritor, bem como do próprio conteúdo exposto por ele em seus livros, desde a seleção de informações, temáticas de textos e “teorias” adotadas pelo autor. A seguir, faz-se necessária a análise de outros aspectos que dizem respeito a outras características de produção escrita de Toedter.

1.3 AS ESCRITAS DE TOEDTER: DO LIVRO AO BLOG E DEPOIS AOS OUTROS LIVROS

A trajetória de Toedter como escritor se deu, inicialmente, por uma discordância com aquilo que seu neto aprendera durante as aulas de História no que se dizia respeito à temática da Segunda Guerra Mundial, como já informado anteriormente. Assim, Toedter, a partir daquele acontecimento, passou a escrever sobre o que vivera na Alemanha durante o conflito bélico, embora alegadamente não tivesse a intenção de publicar um livro. No entanto, podemos supor que, em algum momento, a ideia de publicar um livro passou a habitar a mente do autor.

Segundo Ingedore Villaça Koch, todo o “processo de produção textual, no quadro das teorias sócio-interacionais (sic) da linguagem, é concebido como atividade da linguagem interacional de sujeitos sociais, tendo em vista a realização de determinados fins (KOCH, 2003, p. 7). Deste modo, mesmo que inicialmente Toedter não nutrisse a intenção de publicar um livro, em determinada altura da produção tal concepção mudará em sua cabeça – possivelmente houvera alguma influência também por parte de João Manuel Simões, visto que este incentivou tanto Toedter que mereceu um agradecimento ao final de seu primeiro livro, além de outras questões possíveis. O interessante aqui é que, em seu depoimento ao projeto “Memórias Paraná”, ele trata isso como algo fortuito e não nos fornece justificativa para tanto, ainda que, em seu primeiro livro, ele próprio explicitasse uma motivação:

Hoje escrevo isto aqui, não para defender um regime político do passado, não para desenterrar uma ideologia que morreu nas ruínas de um Bunker em Berlim. Quero contribuir, isto sim, para resgatar a imagem dum povo, que, em desespero, clamou por “ordem e progresso” num período de tempo em que maiores e insuportáveis eram suas vicissitudes. Não se pode responsabilizá-lo por aderir então a um regime de força, a uma ditadura que renunciava dias melhores (TOEDTER, 2000, p. 156).

Mediante as informações coletadas no texto e no testemunho do autor não podemos afirmar categoricamente que no exato momento em que Toedter iniciou o processo de escrita de suas memórias já existia o propósito de escrever um livro, porém esta ideia de escrita de um livro surge, dentre outros motivos, também pelo entendimento de que existiria o que é chamado de leitor presumido. Isto é, um grupo de pessoas que consumiria – na falta de um termo melhor – o livro, uma vez que:

Os estudiosos da sociorretórica entendem que os gêneros são parte integrante da sociedade (BAZERMAN, 2006; MILLER, 2009 [1984]) e consideram que o estudo dos gêneros é mais sólido quando considera o texto-em-contexto, o seu entorno social. Nossas ações linguísticas se apoiam em algum gênero textual. Quando produzimos um texto de determinado gênero, somos guiados por um objetivo e visamos um leitor presumido [...] (SOUSA SOBRINHO; FERNANDES, 2020, p. 131).

Tal aspecto é fundamental se nos atentarmos ao fato de que Toedter custeou e fez todo o trabalho de editoração da primeira edição de *E a guerra continua...*, em uma época em que ele ainda não mantinha um blog ou dispunha de algum reconhecimento na internet como escritor. Todo esse empenho para viabilizar a publicação reforça o pressuposto de que Toedter vislumbrou um determinado público consumidor para essa obra e suas ideias. Todavia, é importante ressaltar que a pressuposição da existência desse público não quer dizer que ele existiria; no entanto, o fato de que o autor teria vendido livros suficientes para que houvesse uma segunda edição do livro (novecentos e noventa e poucos livros, segundo informou o autor no testemunho em vídeo) é indicativo de que o livro dele tivera alguma aceitação e que existem leitores, quaisquer que sejam.

Toedter então tem de fato um público e, a partir do momento da publicação de seu primeiro livro, passa agora à posição de autor. Esta posição de Toedter, no entanto, embora seja dele não significa de maneira alguma que sua produção textual seria algo isolado, mas sim, uma relação entre vários fatores, uma vez que toda produção de discursos, quaisquer que sejam pressupõe uma mediação entre várias relações:

As teorias sócio-interacionais reconhecem a existência de um sujeito planejador/organizador que, em sua inter-relação com outros sujeitos, vai construir um texto, sob a influência de uma complexa rede de fatores, entre os

quais a especificidade da situação, o jogo de imagens recíprocas, as crenças, convicções, atitudes dos interactantes, os conhecimentos (supostamente) partilhados, as expectativas mútuas, as normas e convenções sócio-culturais. (KOCH, 2003, p. 7).

Desta forma, estes diversos aspectos vão ser, de uma forma ou de outra, motivos para que Toedter produzisse o texto; assim, poderíamos dizer que não só às vivências do autor durante a Segunda Guerra, ou o que seu neto teria aprendido no colégio sobre o tema e a discrepância com relação às memórias de Toedter, mas também o entorno social e outros diversos aspectos vão estimulá-lo a publicar e, principalmente, vender/distribuir o livro e suas ideias.

Entretanto, um adendo deve ser feito: Toedter vendeu muitos livros – vários professores universitários que publicaram suas teses ou artigos em livros não conseguiram o mesmo número de vendas; ainda mais em apenas um ano; visto que a segunda edição saiu logo em 2001 –, isso não significa que necessariamente todos os leitores do livro *E a guerra continua...* foram automaticamente arrebatados pelas palavras do autor, uma vez que “a construção do texto exige a realização de uma série de atividades cognitivo-discursivas que vão dotá-lo de certos elementos, propriedades ou marcas, os quais, em seu inter-relacionamento, serão responsáveis pela produção de sentidos” (KOCH, 2003, p. 7). Assim, podemos afirmar que houvera certa quantidade de pessoas que se identificaram com este primeiro livro e que existiu junto a este público a produção de certos sentidos, mais ou menos alinhados ao discurso do autor, isto pode ser verificado justamente pela continuidade da produção de Toedter com não apenas mais um, mas quatro outros livros, que foram publicados por uma editora, e não por ele mesmo, como no caso da primeira edição de seu primeiro livro.

Como analisamos anteriormente, Toedter elabora uma narrativa muito similar àquelas dos negacionistas já em seu primeiro livro. Este aspecto nos parece também ter relação com os motivos pelos quais Toedter decide escrever e publicar nos anos 2000, a ponto de, inclusive, custear a edição com recursos financeiros próprios.

Neste sentido, por exemplo, podemos indicar que Castan foi processado por racismo e teve seu último recurso jurídico – um *habeas corpus* encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) – negado em 2003 (SANTOS, 2008, p. 2). Assim, no Brasil, o negacionismo não era um tema desconhecido pelo menos desde 1980, por conta principalmente da figura de Castan (CARVALHO, 2016, p. 8). Além disso, o cenário do fim da Ditadura Militar nos meados daquela época também contribuiu para que as afirmações de Castan não fossem tão rechaçadas, uma vez que a sociedade ainda reagia profundamente diante de qualquer tentativa à repressão da livre manifestação das ideias (CRUZ, 1997, p. 228). Este aspecto ajudou a lançar alguma

visibilidade sobre Castan na mídia e isso pode ter tanto influenciado a publicação empreendida por Toedter quanto a maneira que o autor escreve, levando-o a matizar um pouco suas afirmações. Além disso, diversos trabalhos acerca do negacionismo na internet apontam que:

A partir dos anos 1990, o discurso negacionista, dentro e fora do Brasil, vai se beneficiar amplamente com o boom da internet comercial. Antes limitados a panfletos e outros produtos impressos de curto alcance, com parca visibilidade, os negadores do Holocausto vão, a partir da web, alcançar um público muito mais amplo com a ajuda de sites, blogs, fóruns e redes sociais. Tudo praticamente sem custos e oferecido gratuitamente (CARVALHO, 2016, p. 9).

Deste modo, existia todo um cenário que pôde influenciar Toedter a publicar seu primeiro livro, uma vez que as afirmações de Toedter poderiam ressoar entre esses grupos por conta desta discussão ter a época, alguma presença na sociedade brasileira.

1.3.1 TOEDTER ANALISADO COMO AUTOR

Ao analisarmos os textos de Toedter neste universo de publicações em seus diferentes meios, um dos primeiros aspectos necessários diz respeito à questão da autoria. Assim, Eni Orlandi nos indica que:

o autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações. O que o coloca como responsável pelo texto que produz. Passamos, assim, da noção de sujeito para a de autor. Se a noção de sujeito recobre não uma forma de subjetividade mas um lugar, uma posição discursiva (marcada pela sua descontinuidade nas dissenções múltiplas do texto) a noção de autor é já uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito. (ORLANDI, 2007, p. 68-69).

O autor, assim, é mais do que quem escreve um texto: ele organiza este discurso dando uma respectiva coerência e um certo sentido tanto para o texto e a mensagem que ele quer passar quanto para ele mesmo como sujeito-autor.

Além disso, Michel Foucault estabelece que:

o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (FOUCAULT, 2001, p. 273-274).

Assim, ao ser atribuída a “função autor” a Toedter, seu discurso passa a não ser um discurso simples e comum, mas antes adquire uma importância maior do que um discurso explicitado em uma simples conversa. Por exemplo, em nossa sociedade mesmo podemos observar que esse status dado ao autor de um livro impresso é maior do que de um autor de um blog ou mesmo de um artigo acadêmico que seja. Se observarmos no meio acadêmico, inclusive, as pontuações dadas em diversas seleções e concursos à publicação de capítulos de livros tem pesos superiores a outras modalidades de publicações, o que nos leva a concluir que exercer esta função-autor por diferentes meios (blog, ebook, revista ou livro impresso) envolve certa “hierarquia” desse status.

Além deste aspecto do status, é importante salientar que a “função autor”:

não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama de autor. Sem dúvida, a esse ser de razão, tenta-se dar um status realista: seria, no indivíduo, uma instância “profunda”, um poder “criador”, um “projeto”, o lugar originário da escrita. Mas, na verdade, o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz de um indivíduo um autor) é apenas a projeção, em termos sempre mais ou menos psicologizantes, do tratamento que se dá aos textos, das aproximações que se operam, dos traços que se estabelecem como pertinentes, das continuidades que se admitem ou das exclusões que se praticam. Todas essas operações variam de acordo com as épocas e os tipos de discurso. Não se constrói um “autor filosófico” como um “poeta”; e não se constrói o autor de uma obra romanesca no século XVIII como atualmente. Entretanto, pode-se encontrar através do tempo um certo invariante nas regras de construção do autor. (FOUCAULT, 2001, p. 276-277).

Analisando os apontamentos de Foucault, podemos concluir então que existem diferentes aspectos que englobam a função autor na qual se pode enquadrar Toedter. No caso dele, a sua condição de testemunha da Segunda Guerra Mundial é fundamental para validar esta função autor, pois é isto que sustenta e justifica este “projeto” de escrita, que dá a ele esse status que Foucault chama de ‘esse ser de razão’ uma vez que, sem a característica testemunhal do texto de Toedter, muito do discurso que o autor escreve teria essa ideia de lugar originário se não excluído, no mínimo enfraquecido.

Sendo assim, nos cabe fazer uma pequena observação sobre a definição da literatura de testemunho:

A literatura de testemunho pode ser entendida como uma forma de recriação de mundos baseados em experiências memorialísticas de sujeitos que testemunharam, de alguma forma, um evento histórico. Narrativas testemunhais são reconstruções de mundos implantados pelo autor. O testemunho é uma possibilidade de apresentar relatos com um peso traumático e inarrável, levantando questões e dando voz às narrativas de minorias, de sobreviventes de holocaustos e de outras formas de genocídio, repressão e

violação dos direitos humanos. Percebemos, também, que o testemunho salienta a relação entre discurso histórico e discurso ficcional. (MACIEL, 2016, p. 75).

Como afirmado, a literatura de testemunho traz essa possibilidade de narrar um evento histórico, ao mesmo tempo que relaciona esse discurso histórico com um discurso ficcional. Desta forma, seria natural pensarmos que nem tudo no texto de Toedter representaria o real, ou algo que de fato aconteceu.

No entanto, uma característica muito importante do texto deste autor é exatamente a de se valer deste papel de testemunha para se colocar acima de outras testemunhas, de escritores de história ou de outros discursos quaisquer sobre a temática da Segunda Guerra e que se coloquem contrários à narrativa criada pelo autor (a questão sobre o papel de testemunha nas obras dele será mais bem abordada no segundo capítulo). Isto nos indica que, antes de Toedter publicar seu primeiro livro, e para que esta publicação fosse possibilitada – de certa forma a publicação fora incentivada por um editor profissional, Aramis Chain e pelo escritor João Manuel Simões – este papel de testemunha da história já havia então sido fundamental, mesmo se considerarmos que o texto de seu livro *E a guerra continua...* se dedique mais a criar um discurso que vise sustentar às afirmações de Toedter de que a Segunda Guerra teria sido uma armação contra a Alemanha (o que envolveu uma defesa feita a Hitler, ou colocar em dúvida a existência do Holocausto e outras questões que não diziam respeito diretamente à vivência dele). Nesses termos, como Carolina Maciel nos mostra, a literatura de testemunho mistura estes elementos de ficção e de discurso histórico.

Para além disso, Toedter dá um passo a mais e aumenta esse papel possível da testemunha, somente no caso dele, uma vez que para ele os outros testemunhos pessoais existentes sobre os acontecimentos do conflito não teriam suas contestações divulgadas: “Há também os “testemunhos pessoais” que continuam proliferando, isto porque as contestações não são divulgadas (TOEDTER, 2009, 108)”.

Voltando à questão da “função-autor”, um aspecto muito importante para a entendermos é levarmos em conta a sua dimensão dialógica. Segundo Orlandi, a “função-autor” depende principalmente da “função-leitor” e da “interpretação”:

Com efeito, podemos dizer que a posição-autor se faz na relação com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (o interdiscurso) e o outro (interlocutor). O que, em análise de discurso, está subsumido pelo chamado efeito-leitor. Assim, se configura a determinação ideológica da autoria. O autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e vem “de fora”. O lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação. O efeito-leitor representa, para o

autor, sua exterioridade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica) (ORLANDI, 2007, p. 74-75).

Assim, temos que nos voltar para uma questão que faz parte dessa constituição de Toedter como autor, isto é, o fato de ele ter um público leitor, um público que interpreta essa literatura que ele produz não necessariamente da maneira como Toedter pretendia disseminar, mas que consegue se conectar e se identificar com boa parte deste discurso. Desse modo, as mensagens que Toedter veicula em seus textos encontram um público consumidor grande o suficiente para que ele seja entrevistado por outros blogs²³ e tenha até mesmo seus textos republicados em outros portais (os quais, praticamente, tratam de temáticas de extrema direita)²⁴, além de ter mais de uma segunda edição de seu primeiro livro e mais quatro livros publicados efetivamente por uma editora (por menor que essa seja).

Logicamente, não podemos pensar que todos os leitores do primeiro livro de Toedter se conectem com ele por conta de temáticas relacionadas a extrema direita, existe um componente forte da memória dos próprios imigrantes alemães que vivenciaram parte da Segunda Guerra Mundial e que provavelmente tiveram impressões semelhantes às de Toedter sobre o que foi conflito, mas que não chegariam as mesmas conclusões dos últimos livros e textos de Toedter. Esta ideia de complô mundial contra aquilo que o autor caracteriza como o alemão, ou a Alemanha, tem muita relação com o nacional-socialismo. Ainda assim, uma parte significativa do público consumidor de Toedter e, pelo que podemos perceber, os mais dispostos a consumir, difundir e divulgar os textos e mensagens do autor que estudamos vem a ser, inegavelmente, os grupos de extrema direita e, embora não possamos afirmar categoricamente que o autor que estudamos é adepto, apoia ou milita em qualquer grupo desse campo político, seus escritos ressoam sobretudo em meio a esse campo.

Além destes aspectos que incentivara Toedter a começar a escrever e publicar um livro – se tornando a partir daí um autor – uma outra função fundamental para que Toedter pudesse publicar seus textos e tornar-se, de alguma forma, relevante para estes grupos vem a ser a função do editor, que procuraremos analisar na sequência.

²³ Por exemplo, ver: a) Entrevista com o Sr. Toedter – 06/06/2022 – Disponível em: <https://www.onacionalista.com.br/2022/06/entrevista-com-o-sr-toedter-toedter.html>. Acessado pela última vez em 20/10/2022; b) Toedter é entrevistado por José Gil – 07/02/2022 – Disponível em: <https://inacreditavel.com.br/wp/Toedter-toedter-e-entrevistado-por-jose-gil/>. Acessado pela última vez em 20/10/2022

²⁴ À guisa de ilustração, ver: a) Propósito Evidente – Toedter Toedter - 02/02/2022 – Disponível em: <https://www.onacionalista.com.br/2022/02/proposito-evidente.html>. Acessado pela última vez em 21/10/2022; b) Patriotismo – Toedter Toedter - 19/12/2019 – Disponível em: <https://inacreditavel.com.br/wp/patriotismo/>. Acessado pela última vez em 21/10/2022.

1.3.2 TOEDTER, A EDIÇÃO E O EDITOR

A edição é, sem dúvida, um dos fatores principais para a possibilidade da publicação de um livro. Isso acontece, principalmente, pelo fato de o editor ser, entre outras coisas, responsável por conseguir conectar a obra produzida pelo autor com o seu possível público:

Entendemos que o conceito de editor, incluindo as atividades de “dar à luz” e de “publicar”, embora exigindo o uso do derivado “editor de texto” para os casos específicos, é o que melhor representa o complexo campo de suas atividades na indústria editorial. Especialmente, porque insere implicitamente como encargo do editor a publicação, não apenas no sentido de dar à luz o livro impresso, mas na ação de torná-lo publicamente conhecido, isto é, difundido, distribuído, consumido e lido (BRAGANÇA, 2006, p. 221-222).

Inicialmente, como Toedter mesmo nos conta no seu depoimento e também em seu segundo livro, a tarefa de edição e de publicação dos livros foi realizada por ele mesmo. E, ainda que boa parte das vendas do livro tenha sido empreendida pelo autor por conta própria, como vimos anteriormente o dono da Livraria do Chain, Aramis Chain, teria dito a ele que venderia os livros também (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h07m 02seg). A Livraria do Chain já vendia o livro no ano de 2000, quando se tratava ainda de uma edição do autor. Já na segunda edição nos deparamos com uma questão interessante: no livro *O que é verdade?* (2009) Toedter revela que: “Custeei a primeira edição. Para a segunda felizmente encontrei um editor. (TOEDTER, 2009, p. 11)”. Porém, a ficha catalográfica da segunda edição traz os dizeres: “Toedter, Toedter, 1929 ...e a guerra continua/Norberto Toedter. - 2a.ed. Curitiba: [Ed.do autor] 2001(TOEDTER, 2001, p. 2).

Assim, os dados bibliométricos não informam quem seria esse suposto editor. Toedter reporta, no entanto, que Aramis Chain teria assumido a editoração na segunda impressão do livro (MEMÓRIAS PARANÁ, 2019, 1h 09m 46seg). Seja como for, podemos perceber uma mudança muito clara entre as duas edições: o subtítulo de sua capa. Enquanto a primeira edição possui uma espécie de dedicatória “Ao tribunal da História” (TOEDTER, 2000, capa) a segunda edição traz o subtítulo: “Palco e bastidores da 2a. Guerra Mundial” (TOEDTER, 2001, capa), como podemos verificar abaixo:

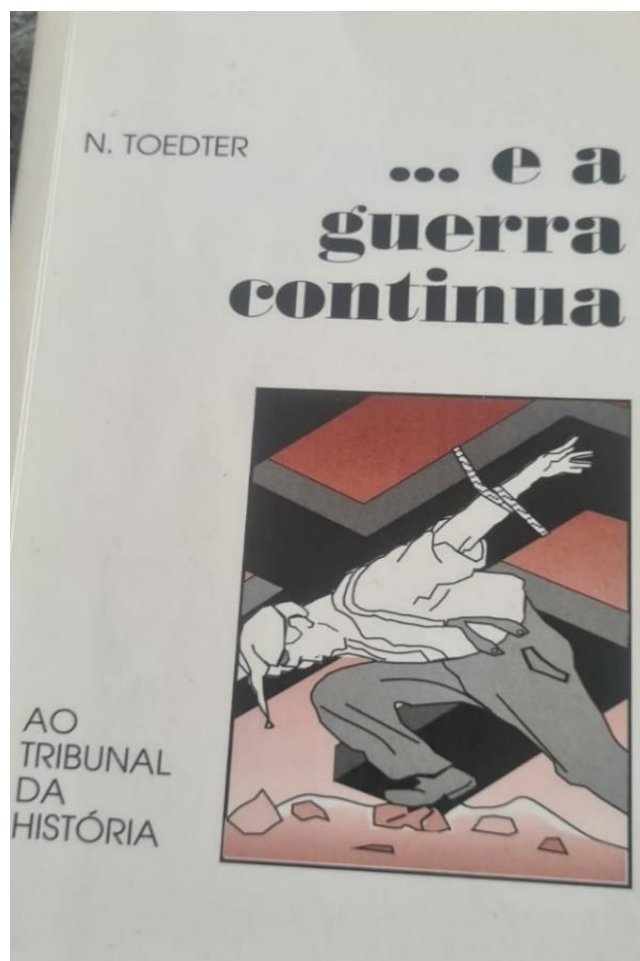


Figura 1: Capa da primeira edição do livro.

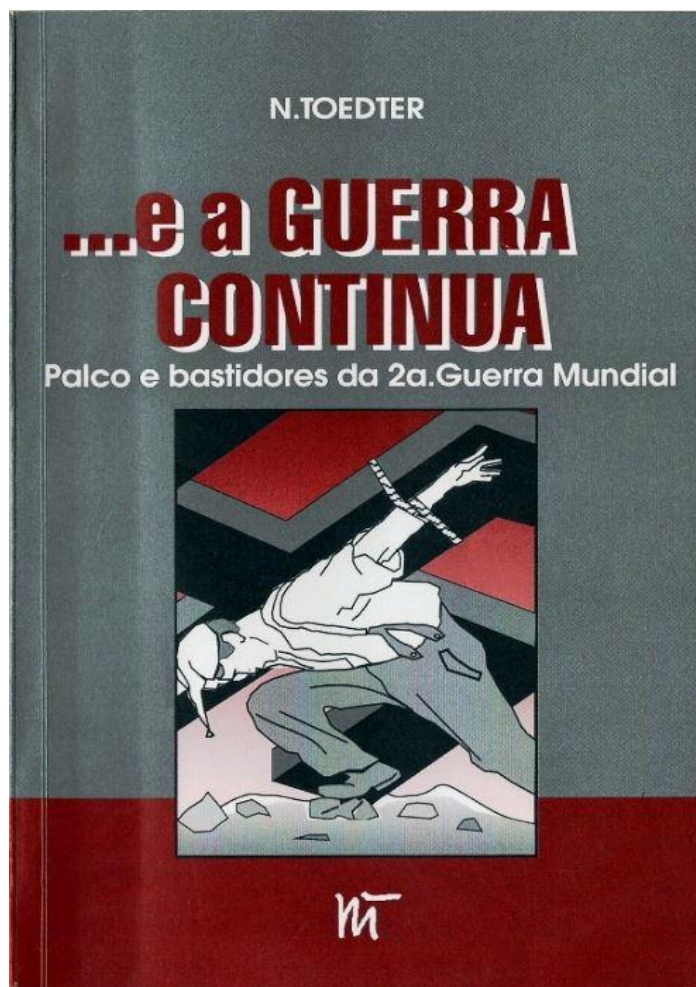


Figura 2: Capa da segunda edição do livro

É perceptível que houve pelo menos esta mudança e que, ao nosso ver, visa suavizar esta indicação de que a história teria esse caráter excludente: ao dedicar o livro ao “tribunal da história” existe um subtexto de que o fazedor de história julgaria o que é ou não verdade, qual versão tem mais valor, o que deve ou não ser escrito e divulgado etc. O conteúdo interno do livro não foi modificado, pelo menos não em um nível de significados ou tons da escrita do livro.

O fato de, desde o começo do processo de produção do livro de Toedter, haver um editor especializado, pelo menos dando algum auxílio e incentivo, é muito interessante, uma vez que “funcionam, pois, os editores como um filtro no elo entre autor e leitor. Filtro que pode ser uma barreira intransponível entre um escritor, com um manuscrito, e um autor, e os leitores, mas que pode, também, ser a ponte entre um escritor inédito e um autor consagrado e lido”. (BRAGANÇA, 2006, p. 224).

Como um editor amador, muito provavelmente, o autor não teria o mesmo sucesso no sentido de conseguir vender (pelo menos) novecentos e noventa exemplares de sua

primeira obra. Assim, a atuação de um editor mais experiente, que entendesse dos mercados e da prática editorial e soubesse fazer essa relação entre um respectivo público, o autor e um respectivo mercado, se fazia fundamental. E a ajuda do editor teria sido muito significativa, segundo o próprio autor, pois a Livraria que Aramis Chain detinha era provavelmente a única a ter comercializado o livro *E a guerra continua...*

Desta forma, concluímos que atividade editorial e de comércio dos livros de Toedter tem uma relação muito próxima àquilo que Roger Chartier nos indica:

Os editores desempenharam um papel nessa tarefa, transformando, graças à imprensa, em objetos duráveis, multiplicados, difundidos, o que os outros suportes do escrito não podiam salvar do efêmero. Porém, a multiplicação da produção impressa é logo vista como um perigo. Para dominar esse possível excesso, são necessários instrumentos que permitam selecionar, classificar, hierarquizar. Essas ordenações cabem a múltiplos atores, mas os editores, por suas escolhas, desempenham um papel essencial nessa domesticação da abundância. (CHARTIER, 2002, p. 59).

A partir deste cenário nasce a principal característica da atividade editorial que vem a ser o aspecto de que somente eles podem assegurar a existência de um mercado dos textos e de como estes serão julgados, o editor trabalha para que um público literário exista e que este seja crítico do que lê, através da própria seleção do que será ou não publicado isto vai sendo moldado. Ao mesmo tempo, em virtude deste mesmo recorte do que será ou não publicado, cria-se uma estrutura e uma espécie de “coerção” às obras literárias que terão de seguir este modelo, para serem publicadas, existindo assim esta tensão constante (CHARTIER, 2002) o que faz com a história da mediação editorial também ajude a compreender que quando os textos mudam a forma de sua feitura, ou os meios de difusão e acesso aos livros, muda também a maneira de consumo destes textos do público leitor (CHARTIER, 2002).

Assim, a simples anuência de Chain informando a possibilidade de auxílio na comercialização do livro de Toedter indica ao mesmo tempo a crença de um editor – embora não tenha sido o editor oficial da obra – de que realmente existiria o público para consumir o livro, não necessariamente sendo o mesmo leitor presumido que o autor estipulara, mesmo que inconscientemente, no seu processo de escrito. Seja como for, existiu um público, e ainda hoje existe, de acordo com a última entrevista de Toedter para um site, divulgada em data recente (06 de junho de 2022)²⁵.

²⁵ Entrevista com o Sr. Toedter Toedter – 06/06/2022 – Disponível em: <https://www.onacionalista.com.br/2022/06/entrevista-com-o-sr-Toedter-toedter.html>. Acessado pela última vez em 20/10/2022.

No entanto, a questão de que a editora do Chain não assumiu, pelo menos explicitamente na obra, a responsabilidade pela edição – nesse caso seria mais o aspecto da responsabilidade jurídica pela edição – nos parece dizer respeito a um receio de que alguma sanção ou algum processo pudesse ser impetrado contra o livro. Vale lembrar, por exemplo, que o lançamento de *E a guerra continua...* se deu um pouco depois do ano em que o negacionista brasileiro Siegfried Ellwanger fora condenado pela primeira vez, em 1996, e que depois seria condenado em última instância em 2003 (JESUS, 2006, p. 128-129).

Em suma, Toedter publicaria seu primeiro livro, as duas edições, e ficaria a partir daí, ao que tudo indica, em um hiato de produção, voltando a escrever somente por meio do blog <http://2a.guerra.zip.net>, provavelmente em 29 de setembro de 2006, com o primeiro texto sendo intitulado “Objetivo deste blog” (TOEDTER, 2009, p. 11). Passaremos então, a fim de finalizar esse capítulo, a nos debruçar sobre esta outra mídia da qual o autor fez uso para divulgar suas ideias.

1.3.3 TOEDTER, OS BLOGS E OS OUTROS LIVROS

Em 2006, Toedter começou então a escrever no blog <http://2a.guerra.zip.net>. Isso marcou uma mudança no meio pelo qual ele divulgaria seus textos, passando a ser a internet a partir de então. Destaque-se que isso alterava completamente a relação de seus leitores com o texto, uma vez que:

Uma questão essencial ao se refletir sobre escrita e leitura é considerar que os textos não existem fora de seus suportes materiais, sejam eles quais forem. Os suportes funcionam como veículos dos textos. Chartier (2002) nos lembra que as formas que permitem a escrita e a leitura de um determinado texto participam profundamente da construção de significados do dado texto. Portanto, um mesmo texto, fixado em letras em um determinado suporte textual, não é o mesmo caso mudem os dispositivos que servem de base à sua escrita e à sua comunicação, ou seja, seus suportes (DI LUCCIO, 2005, p. 19).

Um novo suporte material para os novos textos de Toedter representará uma relação completamente diferente dos leitores com os textos, além do fato de expandir o alcance de seus textos, visto que estando na internet praticamente qualquer pessoa com acesso poderia ter contato com suas obras. Assim, existe a possibilidade de uma divulgação quase infinita, seja através de uma simples divulgação do endereço eletrônico do texto ou da cópia do texto escrito e divulgação por mensagem ou ainda a impressão deste texto

para um material físico e distribuição do material, uma vez que não existem restrições já que o autor publicara o texto em um meio passível disso ser realizado. Ou seja, este novo suporte transformará diversos pontos da relação com o texto, como afirma Chartier:

É essa ordem dos discursos que se transforma profundamente com a textualidade eletrônica. É agora um único aparelho, o computador, que faz surgir diante do leitor os diversos tipos de textos tradicionalmente distribuídos entre objetos diferentes. Todos os textos, sejam eles de qualquer gênero, são lidos em um mesmo suporte (a tela do computador) e nas mesmas formas (geralmente as que são decididas pelo leitor). Cria-se assim uma continuidade que não mais diferencia os diversos discursos a partir de sua própria materialidade. Surge disso uma primeira inquietação ou confusão dos leitores, que devem enfrentar o desaparecimento dos critérios imediatos, visíveis, materiais, que lhes permitiam distinguir, classificar e hierarquizar os discursos (CHARTIER, 2002, p. 23).

Essa grande variedade de textos e o desaparecimento dos critérios que permitem classificar, hierarquizar e distinguir os diferentes discursos é muito benéfica para Toedter, pois pôde fazer com que ele se colocasse em pé de igualdade com “escritores de história” – aqui colocados todos e quaisquer produtores de historiografia que se dispõe a produzir a historiografia fazendo uma análise crítica de suas fontes. A problemática existente aqui é a de que uma testemunha como Toedter no sentido do seu uso retórico – a própria experiência não é só a principal validadora da sua atividade de “fazedor de história” e comprovadora de seu discurso mas também desqualifica as outras narrativas que a contradizem – frente a esse mar de discursos que agora estariam como que em pé de igualdade auxilia muito para que ele ganhe força se comparado a um trabalho acadêmico, por exemplo, uma vez que as obras de Toedter tem um apelo muito maior ao público por serem dotadas de uma narrativa muito mais emocional do que qualquer trabalho acadêmico, o que é muito mais passível de engajamento por parte do público do que qualquer obra histórica por mais didática e bem escrita que seja.

Depois de três anos escrevendo em seu blog, em 2009 Toedter publicou um novo livro, *O que é verdade?*, o qual, como já indicamos anteriormente, reunia textos originalmente publicados no blog até o fim de 2008. Na sequência, em 2010 Toedter publicou o livro *A paz que não houve*, compilando os textos que Toedter publicou até o dia 02 de agosto de 2010, pois quatro dias depois seu blog viria a ser excluído pelo UOL por ferir as políticas do servidor. É interessante verificar que ambos os subtítulos destes livros são “O outro lado da história”, mostrando que Toedter procura dar a entender que ele estaria realmente escrevendo história, mesmo não seguindo os protocolos e processos

para que suas afirmações sejam verificáveis, um comportamento muito semelhante à postura comumente observada entre os negacionistas (VIDAL-NAQUET, 1988).

Quer dizer, Toedter entrou no mundo dos blogs em 2006; no entanto, no Brasil os blogs se tornaram populares um pouco antes, a partir do ano de 2001:

Os blogs, que se popularizaram no Brasil entre os anos 2000 e 2001, também são conhecidos como diários virtuais. Tal termo foi usado, pois os blogs se caracterizaram, inicialmente, como um espaço para a expressão de questões pessoais, ou seja, um espaço para a escrita de si. A popularização dessas páginas, muito propícias para a expressão de questões pessoais na Rede, foi muito rápida. Além disso, outros fatores contribuíram com a rápida popularização dos blogs como: as facilidades na confecção e na manutenção, dispensando custos e conhecimentos de programação, assim como as possibilidades que os blogueiros (aqueles que escrevem blogs) têm de publicar textos e imagens, sem restrições (DI LUCCIO, 2005, p. 43).

Como informa Flavia Di Luccio, os blogs iniciaram como um espaço de escrita de si, mas logo depois passaram a ter temáticas diversas. Toedter vai se propor a fazer o que seu editor coloca como “a busca da verdade histórica sobre a Segunda Guerra Mundial” (TOEDTER, 2010, Orelha do livro). Nesses termos, Toedter mistura uma empreitada de pretensão “revisor da história” usando muitas vezes até de falsificações da história, casos de textos negacionistas que lhe serviam de fonte e usando seu status de testemunha para validar a narrativa construída em seus diferentes textos.

Além disso, como apontado anteriormente, os blogs negacionistas já encontravam espaço na internet desde os anos 1990, o que pode ter sido um fator importantíssimo para a migração de Toedter para este tipo de veículo, embora, como veremos mais adiante, o próprio Toedter viesse a afirmar que:

apesar de em atividade há mais de um ano como autor deste blog, nunca fui contatado por grupo algum, não espero ser e quero continuar o meu trabalho honesto, com motivo claro e explícito, sem me esconder, sem incitar e sem difamar (TOEDTER, 2009, p. 94).

Embora esta afirmação seja feita em um ensaio datado de 08 de janeiro de 2008, em outro ensaio, de 30 de junho de 2007, um leitor o informara acerca de um blog de nome www.inacreditavel.com.br, no qual Toedter teria um de seus textos publicados em 2011. Isto nos mostra que, pelo menos, algum tempo depois dessas alegações, houve um contato por parte de Toedter, ou a partir do dono do site www.inacreditavel.com.br, para que este texto de Toedter fosse publicado em outro site, tendo sido ele contatado então ou vice-versa. Além disso, como já citado, Toedter tinha pelo menos o contato através da leitura

dos materiais de negacionistas antes de 2000, visto que em seu primeiro livro ele já se referia aos “revisionistas”.

Nestes termos, Toedter mistura uma empreitada de pretensão “revisor da história” usando muitas vezes até de falsificações da história, como os casos dos textos negacionistas que lhe serviram de fonte e usando seu status de testemunha para validar a narrativa construída em seus diferentes textos. E é esse papel da testemunha que abordaremos e problematizaremos no próximo capítulo.

2 NORBERTO TOEDTER E A AUTORIDADE DA TESTEMUNHA

Como ponto de partida, é preciso salientar que Toedter, ao escrever a sua obra, recorre à sua condição de testemunha da Segunda Guerra Mundial como principal elemento validador de sua narrativa, algo que poderíamos considerar normal não fossem outros movimentos realizados pelo autor. É importante ressaltar que Toedter é uma testemunha da história, o que é diferente de ser uma testemunha da historiografia. A definição de história nos aponta que esta seria o conjunto de acontecimentos, situações e fatos que ocorreram no passado, já a historiografia é definida como a produção dos historiadores, o discurso sobre a história (CRUZ, 2006, p. 163).

Neste sentido, Toedter vai adotar em seus escritos uma estrutura semelhante ao método de produção da historiografia; embora ele seja um fazedor de história – alguém que elabora um texto a partir do que viveu, no caso do autor, mas que não vem a ser necessariamente um texto acadêmico. O autor, em vários momentos, extrapola a sua condição de testemunha e passa a apresentar um relato histórico sobre a participação da Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Além disso, Toedter adota em sua primeira obra uma estrutura de discurso que se apresenta como um julgamento; inclusive, a dedicatória “ao tribunal da história” presente na capa da primeira edição de *E a guerra continua...* (2000), já é um indício desta posição. Logo, o autor constrói também uma retórica na qual se posiciona como uma “testemunha jurídica”, para além da sua condição de “testemunha da história”, como indicaremos neste capítulo.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA TESTEMUNHA NA HISTORIOGRAFIA (E NA OBRA DE TOEDTER).

Ao realizar a leitura do primeiro livro publicado por Toedter, “*e a guerra continua...*”, o autor nos conta, como testemunha que foi, sobre alguns acontecimentos de sua vida na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial: como foi viver durante o III Reich e como foi o fim da guerra – terrível para grande parte da população alemã. Porém, já nesta obra o autor fala sobre períodos que ele próprio não viveu – sobre a Primeira Guerra Mundial, por exemplo. Além disso, Toedter vai também falar sobre dados não relacionados à sua vivência na Alemanha – como o poderio militar dos principais países envolvidos no conflito – algo que não seria necessariamente importante para uma obra

que se colocaria como uma autobiografia, por exemplo. Mais adiante, ao analisarmos seus demais livros, a experiência de Toedter é deixada cada vez mais em segundo plano, voltando à tona apenas em alguns momentos muito específicos. Tendo isso em mente, nossa hipótese é a de que, em alguns momentos de sua escrita, Toedter desloca-se, em sua obra impressa, do papel de testemunha da história e adentra no que poderíamos chamar de “papel de escritor/fazedor de história” a fim de dar legitimidade a um discurso muito específico que pretende concorrer com a narrativa da história dita acadêmica – mas não somente com ela.

Destacamos também que a maneira como Toedter usa a “linguagem” do método, quando usa, parece ser um modo que não se adequa a real função do método em si; que seria a tentativa de construir um conhecimento científico através da análise das fontes, mas sim, de utilizá-lo a favor de adequar suas afirmações a um ar de “cientificidade”. Assim, para tentarmos compreender melhor se Toedter se adequa ou não a esse “papel”, pensamos que neste momento seria interessante entender qual a diferença entre esses dois papéis – “testemunha” e “historiador” – e as implicações disso.

Pensar essa questão da testemunha dentro da historiografia é algo que, a princípio já fora exaustivamente discutido, ou, como afirma François Hartog:

o problema está resolvido há muito tempo: do ponto de vista prático e epistemológico. A testemunha não é um historiador, e o historiador – se ele pode ser, em caso de necessidade, uma testemunha – não deve assumir tal função; e sobretudo ele só é capaz de começar a tornar-se historiador ao manter-se à distância da testemunha (qualquer testemunha, incluindo ele mesmo). Assim, ser testemunha nunca foi uma condição suficiente, nem sequer uma condição necessária, para ser historiador. Mas tal constatação já nos tinha sido ensinada por Tucídides. A própria autópsia (o fato de ver por si mesmo) deveria passar, previamente, pelo filtro da crítica (HARTOG, 2011 p. 203).

Em nosso caso o autor das obras pesquisadas é uma testemunha, e ainda é uma testemunha do ‘lado’ dos perdedores da guerra, mais especificamente, dos alemães. Além disso, ao escrever seu texto, em diversas passagens, Toedter demonstrará alguma animosidade frente ao que ele considera aquilo que seria a versão mais aceita pela escrita historiográfica:

Por que inclui aqui este relato banal? Acho que elucida melhor do que qualquer longa peroração que não existe aquele ódio entre os povos, que os “estoriadores” tanto apreciam em reportar. Note-se que tudo aconteceu num país ocupado e entre pessoas que representavam as partes oponentes. As pessoas se entendem. Quem faz as guerras são os formadores de opinião e os seus mandantes. (TOEDTER, 2001, p.92)

Isso nos levanta a questão do que vem a ser então a testemunha? Como e por que seu relato pôde se constituir como algo tão importante a ponto de ser utilizado como parâmetro para validar ou se colocar contra (como no caso de Toedter) uma narrativa construída por quem se propõe a escrever historiografia? Como esse cenário se constituiu? Qual a diferença dentro dessa relação de historiador e testemunha? Pensamos que estas questões podem ser elucidativas para esclarecer melhor a nossa análise.

Podemos dizer que a testemunha tem, desde a Antiguidade, um papel bem definido dentro da sociedade:

E qual é, então, o papel da testemunha - chamada, em grego, *martus*? A etimologia nos leva ao radical de um verbo que significa lembrar-se: em sânscrito, *smarati*; em grego, *merímna*; e, em latim, *memor(ia)* (KITTEL, 1995, v. 4). Quando, no momento de prestar juramento, sempre na epopeia, os deuses são invocados como testemunhas, *theoí marturoi*, eles são convidados, não a ver, mas a ouvir os termos do pacto. Trata-se também de ouvir e guardar na memória. O *martus* tem, igualmente, acima de tudo, ouvidos. (HARTOG, 2011 p. 213).

Diversas mudanças ocorrem ao longo dos séculos neste papel da testemunha, também dentro da historiografia. Porém, um ponto de virada na utilização da testemunha viva como uma fonte relevante nas narrativas dos escritores de história iria ocorrer no século XX, a partir das duas Grandes Guerras, quando teremos esta transformação no papel para a testemunha dentro da historiografia, que passará a ter uma importância fundamental. Porém, neste cenário passarão a ser utilizadas testemunhas vivas, não testemunhas presentes em documento apenas. Pois, como sabemos, uma das táticas de atividade dos regimes totalitários, em especial do nazismo, passava pela destruição dos documentos e vestígios (até mesmo das testemunhas dos crimes), com intenção de impedir que os estes crimes fossem desvelados seja por tribunais ou pela história, como explica Todorov:

Os regimes totalitários do século XX revelaram a existência de um perigo antes insuspeitado: o de um domínio completo sobre a memória. Não que, no passado, se desconhecesse a destruição sistemática dos documentos e dos monumentos, o que é um modo brutal de orientar a memória de toda a sociedade. [...]. Mas, não sendo totalitários, esses regimes eliminam somente os acervos oficiais da memória, deixando sobreviverem muitas outras formas desta, como as narrativas orais ou a poesia. Já as tiranias do século XX, tendo compreendido que a conquista das terras e dos homens passa pela conquista da informação e da comunicação, sistematizaram seu domínio sobre a memória e tentaram controlá-la até no que ela tem de mais recôndito. Às vezes essas tentativas resultaram em fracasso, mas é certo que, em outros casos (os quais, por definição, somos incapazes de recensar), os vestígios do passado foram eliminados com sucesso. (TODOROV, 2002, p. 135).

Estas maneiras de destruição sistemática da memória e da possibilidade de memória passavam desde linguagens dúbias em documentos oficiais até eliminação sumária de provas ao menor sinal de possibilidade de derrota, principalmente por parte dos nazistas. Por esta razão as testemunhas vivas, principalmente do Holocausto, acabaram por se tornar as fontes utilizadas nos debates públicos deste acontecimento, tanto para questões jurídicas quanto para discussões historiográficas.

Graças também a este contexto, vai surgindo dentro da historiografia uma tendência do uso da testemunha e de seu relato oral que vai então trazê-las ao protagonismo:

Mais perto de nós, a partir de meados da década de 1970, o brusco interesse pela história oral, à qual Philippe Joutard dedicou um livro - sob o título *Ces voix qui nous viennent du passé*, fazendo-se eco da obra de P. Thompson, *The Voice of the Past* -, seria uma indicação clara. [...] Já vimos como o autor se tinha transformado em uma fonte; atualmente, a testemunha voltou a surgir como voz, a história profissional estende-lhe de bom grado seus microfones, com a condição de poder inscrevê-la em seus registros como “fonte”. Daí, talvez, a ambiguidade dessa definição da história contemporânea ou do tempo presente como “história com testemunhas”: nesse binômio proposto pelo historiador, a testemunha não correria o risco de esquecer que, para o historiador, ela não passa finalmente de uma fonte? Não seria tentada a escapar a seus mentores e a falar em seu nome? Não teria encontrado ouvidos, microfones, mídia para escutá-la, até mesmo, para solicitar-lhe a palavra? Sem intermediário. E o historiador fala, então, menos de memória e de história da memória, mas sobretudo de história, ou seja, de arquivos de textos escritos, de críticas das fontes e do ofício de historiador. Seu pesadelo seria, talvez, o de uma memória, ao mesmo tempo, mercadoria e sacralizada, fragmentada e formatada, estilhaçada e exaustiva, escapando aos historiadores e circulando na internet, como a verdadeira história da época. (HARTOG, 2011, p. 225-226).

Como vimos, o historiador volta a usar a testemunha em seus textos, principalmente a partir dos anos 1970, mas novamente inscrevendo-a como fonte, agora uma fonte viva, uma fonte que coexiste com a sua respectiva história transcrita pelo historiador. Porém, ainda uma fonte afastada da narrativa da história.

Mas, por se tratar de um assunto muito complexo e delicado, mesmo frente à Segunda Guerra Mundial e a necessidade do testemunho por parte das vítimas, inicialmente não houve um volume tão grande de testemunhos publicados ou trazidos ao centro do debate público, bem como do historiográfico. Segundo Igor Sacramento, nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial as testemunhas queriam narrar e publicar suas memórias, mas não encontravam público que as ouvisse – exemplo seria a produção

de autobiografias sobre estes acontecimentos que foram publicadas nesta época na França.

No entanto, poucos destes sobreviventes conseguiram conversar com seus entes queridos sobre o que tinham experimentado durante o conflito (SACRAMENTO, 2018, p. 127). Dez anos após o retorno e a libertação destes sobreviventes (por volta do ano de 1955), começou um período de publicações de obras literárias que possuem estes testemunhos como base, que até então tinham sido frequentemente utilizados para complementar o trabalho da pesquisa documental de historiadores e juristas (SACRAMENTO, 2018, p. 127). Este período culmina com o julgamento de Otto Adolf Eichmann em Jerusalém em 1961, em que as testemunhas contaram seus relatos antes das comissões de inquérito, jurídicas ou históricas. Nestes testemunhos, a pessoa privada tende a desaparecer atrás dos fatos apresentados por seu relato – buscando, segundo Sacramento, restaurar a verdade desta maneira. Naquele momento, o testemunho era codificado e orientado inteiramente para a administração da prova: demonstrações de emoções eram consideradas, neste tribunal, como um embaraço (SACRAMENTO, 2018, p. 127).

Assim, nos primeiros anos não houve muitos depoimentos, mas isso mudou após o julgamento de Eichmann e assim, depois disso, outras produções irão começar com uma sistematização dos relatos das testemunhas do Holocausto:

Finalmente, na era da testemunha contemporânea, de acordo com Wieviorka (1998), o testemunho é um verdadeiro imperativo social e não é mais uma necessidade interior. Essa era corresponde ao último quarto do século XX e é caracterizada por um conjunto de diversas produções culturais, de coleções a filmes. No final da década de 1970, seguindo a emoção e a controvérsia que se seguiram nos Estados Unidos, França e Alemanha, a transmissão da série de televisão Holocausto (dirigida por Marvin Chomsky em 1978) apareceu pela primeira vez a ideia de que era necessário colecionar, sob a forma de filmes de vídeo, o testemunho dos sobreviventes (survivors, denominação dada pelos norte-americanos), isto é, de todos os judeus deportados ou não que viveram sob a dominação nazista no Terceiro Reich ou nos países ocupados e que escaparam da morte. Apesar das críticas ferozes dos próprios sobreviventes sobre a mediocridade do exercício de publicização dos testemunhos, a série foi um sucesso. Ela inaugura, segundo Wieviorka (1998), “a era da testemunha”. Uma era de coleta sistemática de testemunhos audiovisuais é iniciada. (SACRAMENTO, 2018, p. 128).

Essa era de coleta sistemática de testemunhos vai ajudar a construir uma última mudança importante no status da testemunha que ainda ocorreu para chegarmos a um cenário muito semelhante ao atual:

Última voz dissonante, pelo menos, na aparência: a de Claude Lanzmann. Ela não está assim tão distanciada, em princípio, no mínimo das vozes de Péguy ou de Benjamin. Com efeito, Lanzmann se opôs com constância aos historiadores e ao que ele designa como seu “ponto de vista saliente”. Com sua película, Shoah, ele pretendeu justamente “reabilitar o testemunho oral”. [...]

Com o filme de Lanzmann, volto a meu ponto de partida. De fato, essa última voz dissonante está em plena ressonância com a centralidade recentemente adquirida de Auschwitz (ainda mais nitidamente perceptível nos EUA que na França, país em que ela deve passar pelo prisma acinzentado de Vichy). A maré viva em relação à memória que invadiu o mundo ocidental (e ocidentalizado) é, com efeito, inseparável da - e seria incompreensível sem a - onda propagada por Auschwitz. A testemunha é levada por ela, sem deixar também de transportá-la pelo fato de ser, se posso falar assim, seu rosto e sua voz, assim como seu rumor. Na expectativa de outras ondas e de outras marés vivas. (HARTOG, 2011, p. 226-227).

Deste modo, a partir de experiências como o filme de Lanzmann, a testemunha passa a ser considerada cada vez mais não como apenas uma fonte distanciada de uma história escrita, ela passa a ser uma espécie de memória viva, seu relato, e ela mesma, o ato de ela relatar, passam a ter um peso de um passado trazido para o presente. Elas, as testemunhas, são como a própria prova do acontecimento histórico e os relatos delas passam a ter um papel central, principalmente nos discursos públicos.

Além disso, outro fato importantíssimo é que a testemunha de conflitos como a Segunda Guerra Mundial cuja narrativa é ouvida ou se faz ouvir – Toedter é uma dessas testemunhas – e tenta reclamar o status de vítima dos horrores do confronto bélico. Toedter imputa a si esta característica de vítima pois isso adiciona uma camada a mais de autoridade ao relato testemunhal, visto que, como aponta Hartog, a “testemunha de hoje em dia é uma vítima ou o descendente de uma vítima. Esse estatuto de vítima serve de suporte à sua autoridade e alimenta a espécie de temor reverente que, às vezes, a acompanha” (HARTOG, 2011, p. 227).

No entanto, é importante ressaltar que, embora a dor humana não deva ser hierarquizada em hipótese alguma, existem diferenças cruciais entre o status de vítima da Segunda Guerra Mundial e do empreendimento que Toedter realiza: a Segunda Guerra Mundial não pode ser descolada de seu conteúdo racial e de sua concepção racialista das relações sociais que buscou implantar um empreendimento de tipo colonial através da eliminação e o assassinato massivo e extermínio de várias populações (SILVA, 2015, p. 43), é preciso ter em mente, ao realizar análise deste conflito que esta guerra fora, grandemente, voltada para o genocídio (SILVA, 2015, p. 43). Toedter tem por sua vez

em diversos momentos um discurso com um viés de que “guerras são inevitáveis” (SILVA, 2015, p. 42)²⁶ em que a guerra, inicialmente, parece separada deste fenômeno genocidário. Porém Toedter aparentemente se alinha muito mais a postura, que aponta Francisco Carlos Teixeira da Silva, dos negacionistas uma vez que, mesmo quando discute sobre genocídios trata muito mais como um evento comum de guerras, ou da história da humanidade²⁷ do que como uma prática fortemente dedicada à eliminação da alteridade; estas

comparações feitas por negacionistas entre o Holocausto judaico e o extermínio de índios americanos pelos EUA não são, de forma alguma, uma prova de respeito dos neofascistas pelos nativos americanos. Trata-se, em verdade, de ardil para dizer: “Bem, guerra é assim mesmo!” (SILVA, 2015, p. 48)

Neste sentido, retirar este aspecto do genocídio nazista torna-se muito problemático, ao mesmo tempo que requerer esta condição de vítima; por parte de Toedter; desconsiderando a natureza diferenciada das outras vítimas vai contra até mesmo o sentido do que se trata hoje em dia na rememoração dos fatos e traumas vividos por alemães durante a Segunda Guerra Mundial por parte dos Aliados, como nos indica Huyssen; e que veremos na discussão do próximo capítulo²⁸; mas podemos adiantar que mesmo hoje a memória destas vítimas alemãs nem de longe exclui a memória das vítimas do genocídio perpetrado pelos nazistas. Por fim, voltamos a afirmar, estas questões não implicam na inexistência do sofrimento ou mesmo de algum trauma de Toedter por ter vivido um episódio como o dos bombardeios de Hamburgo, apenas afirmamos que desconsiderar o genocídio perpetrado pelos nazistas é extremamente problemático, e colocar todas as vítimas da Guerra em “pé de igualdade” desconsideraria o fato de que boa parte delas fora vitimada não por ser um inimigo no conflito mas sim, por ser um empecilho para a consolidação dos planos de “pureza racial” dos nazistas e de outros grupos facistas, o que é uma grande diferença entre vítimas de guerra e vítimas deliberadas de uma tentativa de um Estado em eliminar a alteridade.

²⁶ A guerra por si só é cruel. No Brasil se diz ,guerra é “guerra” com o sentido de “vale tudo”.(TOEDTER, 2000, p.108)

²⁷ “A história da humanidade se nos apresenta encharcada de sangue. Ela nos dá conta de perseguições e genocídios praticados por tribos contra tribos, povos contra povos, nações contra nações, religiões contra religiões. Entre todas, uma das mais provadas pelo destino parece ser aquela comunidade que conhecemos por judeus. (...) A outras culturas não foi reselada a mesma sorte. Astecas, Maias, Incas, índios norte-americanos, índios da América do Sul, para falar só desta parte do mundo, foram perseguidos, massacrados e extintos.” (TOEDTER, 2000, p.129)”.
²⁸ Ver página 117-118.

Além disso, neste cenário em que a testemunha vai cada vez mais se deslocando dentro da historiografia para um papel central – e com os acontecimentos decorrentes da Segunda Guerra Mundial e suas “novas” políticas de extermínio criando inúmeras vítimas – o papel e o poder de autoridade da testemunha, não só dentro da escrita da história como também no debate público de ideias, vai se tornando central. Neste sentido é que Toedter se apresenta como testemunha viva da história, como alguém que sabe por que viveu isso, diferente do que ele acredita que os historiadores digam:

Vivi na Alemanha, sendo três anos sob o regime nacional-socialista. Nunca deparei com qualquer afirmação oficial que buscasse fazer o povo crer ser um “povo eleito” ou ser de raça superior, como a desinformação insiste em divulgar. Mesmo porque teria sido ridicularizada no próprio meio. (TOEDTER, 2009, p. 142).

Inicialmente, poderíamos indicar que Toedter, mesmo se olharmos de um aspecto, digamos, “acadêmico”, já mostraria uma fragilidade nesta sua justificativa, pois como o primeiro trecho citado do texto de Hartog assinala, existiria uma necessidade de um viés crítico, ou de um distanciamento para que Toedter pudesse se propor a se tornar um “escritor de história” – em um nível “científico” – que pudesse ser considerado como sério dentro de uma comunidade de escritores de história. No entanto, este distanciamento não é nada interessante para Toedter, pois para sustentar sua narrativa, ele necessita da característica testemunhal e de suas impressões pessoais para construir e reafirmar a identidade narrativa que o autor sustenta.

A identidade narrativa, como colocada por Leonor Arfuch (2010, p. 114), é “um produto do entrecruzamento da história e da ficção, dessa mútua imbricação dos relatos, [...], que pode designar tanto um indivíduo quanto uma comunidade, um ponto de articulação”. Assim, a identidade que Toedter tenta incorporar para si, pelo menos em sua narrativa literária, necessita da condição testemunhal, do “vivido” – apesar de ser na verdade o rememorado e não necessariamente o vivido tal qual acontecera, como apontado anteriormente na análise do próprio relato de Toedter – em contraponto com “a desinformação” que seriam entre outras coisas os próprios historiadores. Frente a isso a:

noção de identidade narrativa, [...] avança ainda mais um passo, na medida em que, ao permitir analisar ajustadamente o vaivém entre o tempo da narração, o tempo da vida e a (própria) experiência, postula a compatibilidade de uma lógica das ações com o traçado de um espaço moral. Reaparecem aqui os acentos éticos que há muito tempo acompanham o trabalho da narração, sobretudo na ancoragem singular da “boa vida” aristotélica (ARFUCH, 2010, p. 118).

Essa noção que tem um verniz moral nos dá uma dica de qual é a identidade narrativa construída por Toedter, ele é contra os escritores de história com versões contrárias as dele; ao mesmo tempo ele se apresenta dentro da narrativa como um defensor de um povo injustiçado por estas outras versões da história. Toedter coloca assim, dentro de sua narrativa, historiadores, testemunhas e outros possíveis escritores da história quase como antagonistas do autor e do que ele considera como o povo alemão. Por fim, o autor ainda conta com a vantagem de que, em nosso presente, esta “noção de “experiência” aparece como testemunho subjetivo, como o mais autêntico tipo de verdade, como “fundamento de todo (subsequente) raciocínio e análise”, mas, além disso, numa forma externa, como reação a influências ou percepções do meio em discordância” (ARFUCH, 2010, p. 117). Esse fator, de certa forma, fortalece ainda mais a narrativa de Toedter.

Para dar sequência, gostaríamos de nos atentar principalmente para como o autor das obras pesquisadas coloca seu papel de testemunha como validador para a elaboração de seu discurso. Porém, já podemos notar que Toedter não depõe contra – somente – historiadores. Assim, Toedter se coloca contra o que ele chama de “desinformação”: essas questões serão discutidas mais a frente, mas é óbvio que os historiadores também se incluem neste grupo:

Claro que não existia entusiasmo pela guerra por parte de quem quer que fosse, apesar das afirmações contrárias de muitos “estoriadores”. Este negócio de entusiasmo de um povo em caso de guerra deve ser coisa mesmo de séculos passados, ou de guerras religiosas. Talvez se poderia dizer que houvesse certa resignação, resignação igual ao de qualquer povo consciente de sua impotência diante das decisões e atos dos seus governantes. Também aquela sensação de que não havia outra saída, de que o “mundo” tinha se conjurado contra o país. Nunca notei algo daquele ódio coletivo contra tudo e contra todos, que teria ocasionado alegados crimes e desastros. Era um povo pacato, o que lá encontrei, igual ao que aqui havia deixado. (TOEDTER, 2001, p. 83-84).

Então Toedter tem consciência dessa autoridade da testemunha e a toma para si a fim de construir seu texto e seu discurso que vai, também, confrontar os historiadores. O próprio uso da palavra “estoriadores” é importante pois, pode ser considerado como uma espécie insulto aos escritores de história no geral; mais direcionado aos historiadores acadêmicos possivelmente, uma vez que segundo o Dicionário Michaelis estórias seriam: “Narrativas de lendas, contos tradicionais de ficção; ‘causo’ [...]” (DICIONÁRIOS MICHAELIS, 1998, p. 889).

Outro aspecto importante é que Toedter também tem consciência e usa nos seus textos seu status de vítima, por exemplo de vítima dos bombardeios realizados pelos Aliados:

Também nós, no subúrbio de Tonndorf, sentimos o dantesco do que se passava. Como em tantas outras vezes, soado o alarme saltamos da cama, vestimos a roupa, sempre disposta ao alcance. Também tínhamos duas malas de emergência, sempre preparadas com o que havia de mais necessário e importante. Carreguei-as para um abrigo próprio, que eu cavara no quintal só para elas. Em seguida fomos nos abrigar na casa vizinha. Na Alemanha a maioria das casas possui um porão, uma espécie de adega, não propriamente para guardar vinho, mas toda sorte de suprimentos. Era um local temperado, protegido tanto dos rigores do inverno quanto das temperaturas mais elevadas do verão. Para a guerra estes porões foram fortificados com todo tipo de reforço, para que suportassem um eventual desabamento da casa, protegendo os que se tivessem refugiado nestes abrigos. Era mais um remendo, não uma solução. Nem nossa casa nem a dos meus tios, em frente, possuía tal subterrâneo. Assim todos nós éramos bem-vindos na casa vizinha. A solidariedade era algo inquestionável naqueles tempos. Mas, refugiados dentro destes cubículos em baixo [sic] das casas, na realidade a gente se sentia como se estivesse dentro duma ratoeira. Lá ouvíamos o ronco dos motores dos aviões, o sibilar das bombas que caíam - dizia-se que o perigo estava nas bombas cuja queda não se escutava, eram estas que acertavam a gente - e os estrondos de suas explosões. O solo, as paredes da clausura tremiam incessantemente. Apesar do temor, também desta vez eu aproveitei minha condição de *Luftschutzwart* para subir ao ar livre. A cena com que então me deparei foi apavorante. Densas nuvens de fumaça encobriam o céu, fartamente iluminadas pelo clarão do fogo que crepitava por toda parte. Na verdade não me sinto capaz de descrever tal experiência dantesca. (TOEDTER, 2001, p. 97-98).

Assim como neste momento, Toedter irá usar esses status – de vítima e de testemunha da história da Segunda Guerra Mundial para validar o seu discurso não somente como narrativa que pode se colocar dentro da disputa como a mais acurada acerca da II Guerra, mas também a que diz uma espécie de verdade quase absoluta sobre este acontecimento.

Deste modo, o autor vai ter seu discurso validado por uma série de fatores que vão conseguir colocá-lo em pé de igualdade (quando não talvez superioridade?) frente ao discurso da historiografia e outros. Porém, Toedter não tem a intenção em sua obra de, apenas, fazer com que sua experiência seja ouvida, mas ele quer também invalidar os demais discursos e se colocar como o “verdadeiro” entre os demais. Para atingir este objetivo o autor vai, por exemplo, construir um cenário semelhante a uma espécie de julgamento.

2.2 HÁ UMA “TESTEMUNHA JURÍDICA” NA OBRA DE TOEDTER?

Além desta construção do sentido e do papel de testemunha da história, a testemunha pode inserir-se enquanto tal em um outro cenário: nos tribunais (em alguns casos, ela pode ser testemunha nos tribunais e para a historiografia, geralmente em momentos diversos) e pode ser, tal qual Toedter, uma testemunha da história por ter vivenciado um determinado histórico e dar seu depoimento sobre esse acontecimento. Isto pode acarretar algumas diferenças essenciais na maneira como elas entendem o próprio ato de testemunhar para a historiografia (historiadores, escritores de história etc.), produzir um relato próprio, ou prestar um depoimento a um tribunal. Como já apontamos, Toedter faz o movimento de tentar apresentar sua narrativa com uma dinâmica que lembra um tribunal na obra *E a guerra continua...*, deste modo, o autor se coloca em uma posição tanto de testemunha da história, que de fato é, quanto uma testemunha jurídica, uma vez que busca prestar seu “humilde depoimento ao tribunal da história (TOEDTER, 2000, p.158)”, deste modo, procuraremos neste tópico analisar esta dualidade testemunha jurídica e testemunha da história.

Na primeira edição de “... *E a guerra continua*”, Toedter fez uma dedicatória, justamente, “ao tribunal da história” (TOEDTER, 2000, capa) e durante o texto o autor insinua que o que “estoradores (TOEDTER, 2000, p. 84)” ou “Spielbergs da vida (TOEDTER, 2000, p. 94)” produzem não teria credibilidade. Isso mostra que ele almejava elevar seu discurso como mais correto e mais autorizado dentre os que disputam as memórias sobre a Segunda Guerra Mundial, uma vez que geralmente em um julgamento, em um tribunal existe – quase sempre – um lado culpado e um lado inocente, ainda mais na questão da responsabilização de um crime, que é ao que poderíamos equiparar o conflito nesta construção apresentada por Toedter.

Este aspecto mostra ainda que a rememoração promovida por Toedter busca, pois, uma espécie de justiça quase reparadora nos termos que o autor considera adequados. Isto faz com que seja necessário pensarmos as diferenças entre a testemunha histórica e a testemunha jurídica. Assim, a testemunha jurídica teria como principais características diversos aspectos, segundo Stefi de Jong, em primeiro lugar, fornecer informações que não podem ser obtidas de outra forma, produzindo provas e permitindo que o agressor seja punido (DE JONG, 2018, p. 35). Tal como apontado, Toedter indica dentro de sua obra a denúncia de um respectivo crime, como podemos ver a seguir:

Esta ditadura da informação naturalmente tem seus objetivos e não é aqui o lugar para entrar nesta seara. Mas entre estes objetivos está um

alvo permanente: A degradação da imagem do povo alemão. Não o de hoje, suficientemente domesticado e que parece viver no 51º estado dos Estados Unidos da América, mas o dos pais e avôs deste de hoje. Difamação daquele povo, por exemplo, que viveu, ou morreu a exatos 64 anos atrás, quando do maior morticínio, maior que o de Hiroshima, praticado pelos anglo-americanos em apenas 24 horas. Refiro-me ao bombardeio aéreo de Dresden nos dias 13 e 14 de fevereiro de 1945, poucos dias antes do final da guerra e sem qualquer motivo estratégico, senão o de matar o maior número de civis de uma vez só. (TOEDTER, 2009, p. 161-162).

Além dos bombardeios e outros ataques realizados contra a população alemã, Toedter também denuncia o “crime” que ele considera ser o pior de todos: a difamação da imagem do povo alemão que vivera durante o governo nazista, o qual ele muito provavelmente viveu (ou sentiu que aconteceu, pelo menos). Porém, o autor vai citar também outros crimes ao longo de seus textos:

A expulsão de quinze milhões de alemães de suas terras foi um crime singular para o qual não existe paralelo na história europeia. Mas não se fala disto, nem mesmo na Alemanha, onde o governo não quer prejudicar as relações com a vizinha Polônia e com os tchecos. Entretanto, estes foram apenas os executores, os mandantes, os verdadeiros responsáveis devem ser procurados num escalão um pouco acima. (TOEDTER, 2010, p. 32).

Aqui precisamos fazer um adendo: Toedter não presenciou a expulsão dos alemães de suas terras da Europa Oriental durante a Guerra. Temos aqui um dos momentos em que ele ultrapassa o que poderíamos considerar como o limite do papel que a testemunha histórica poderia alcançar, e isso irá ser recorrente na obra dele. Este momento é sintomático de que ele não se comporta somente como uma testemunha histórica, mas também como uma testemunha jurídica, pois ele denuncia estes crimes que o autor indica no texto – sem citar fontes – para buscar justiça e responsabilização dos tais mandantes que Toedter diz estarem “num escalão um pouco acima”.

O autor também se enquadra no segundo aspecto da testemunha jurídica, como afirma De Jong, isto é, ter percebido o fenômeno, no caso de Toedter a Segunda Guerra Mundial. Porém, a autora aponta que, idealmente, a testemunha seria um recipiente neutro de informação que não teria participado ativamente do evento (DE JONG, 2018, p. 35): embora Toedter não tenha participado ativamente do conflito, não como soldado ou neste sentido - no entanto ele foi vítima dos bombardeios Aliados e participou de estruturas como a *Deutsches Jungvolk* – Toedter também emitiu juízos de valor sobre o que vivenciou, ouviu, viu ou mesmo não viu, poderíamos dizer que ele não seria a melhor das

testemunhas jurídicas, no quesito apresentado pela autora. No entanto, como dentro da narrativa de Toedter ele indica que só pode julgar história aquele que a viveu, expressado na citação de Goethe (TOEDTER, 2000, p. 5), este aspecto ao invés de um demérito torna-se uma virtude em sua obra.

Ainda quanto à percepção de que Toedter se comporta como uma testemunha jurídica e que, de certa forma, sua primeira obra – pelo menos – tem uma estrutura de quase uma defesa jurídica propriamente, temos uma das declarações do autor nos últimos capítulos de seu primeiro livro:

Tento prestar este humilde depoimento ao Tribunal da História. Não adianta mais procurar pelos culpados que desencadearam a 2ª. Guerra Mundial. Todos os personagens já desapareceram. Os mandatários de então: Roosevelt, Churchill, Daladier, Hitler, Mussolini, os magnatas do aço, do carvão, das indústrias de armamentos, dos conglomerados financeiros, estes não podem mais ser inquiridos. Mas imploro aos juízes de hoje: que cesse a discriminação de todo um povo; que sejam sempre lembrados todos os 40 ou 50 milhões de mortos e outro tanto de mutilados, órfãos, os enviuvados, todas as vítimas daquela insana carnificina e não apenas aquelas que pertenciam a determinado segmento religioso. (TOEDTER, 2001, p. 158).

Aqui o autor expressa claramente uma visão de que estaria em um tribunal – o “Tribunal da História” – em que ele clama para o que considera como povo pare de ser discriminado.

É claro que existem outras diversas questões envolvidas: os ataques que ele faz seja aos historiadores, seja a quem propaga a aquilo que ele denomina por “desinformação”, ou então a narrativa discurso conspiracionista que indica a responsabilização de outro inimigo (que teria envolvido a Alemanha na guerra e estaria até hoje buscando reviver a culpa dos alemães pelos crimes de guerra – o Holocausto sendo um deles) para tentar eximir o que Toedter considera genericamente como o “povo alemão”. Para tanto, Toedter aponta livros como “*None dare call it conspiracy*”, do já mencionado Gary Allen²⁹ (TOEDTER, 2009, p. 65) ou “*A verdadeira história do CLUBE DE BILDEBERG*” (TOEDTER, 2010, p. 154) escrito por Daniel Estulin, nos quais existe basicamente o discurso de que um grupo de pessoas muito influentes – uma boa parte judeus, mas não somente; algo que Toedter frisa (2009, p.66) – que teriam o plano de instaurar uma nova ordem mundial, um governo mundial³⁰ e devido ao interesse destes

²⁹ Ver Capítulo I, p. 47.

³⁰ Este assunto perpassa ou é retomado várias vezes nos livros de Toedter, em diferentes capítulos, existem momentos em que o autor vai discorrer sobre isso diretamente; sobre os livros e o que eles apresentam (TOEDTER, 2009 p. 64-68), ou ainda outras vezes que algum assunto relacionado à Segunda Guerra Mundial vai dialogar com estes livros; caso do termo “Plutocratas” usado por Hitler, por exemplo (TOEDTER, 2010, p.66-68). Além disso não podemos deixar de perceber a semelhança desta lógica com

grupos o “nacionalismo” alemão do III Reich seria um empecilho para a conclusão de seus planos. Além disso, as afirmações feitas pelo autor quanto a não acreditar que o Holocausto teria acontecido³¹ também são elementos em que o autor denuncia o “crime” e interpela por “justiça”. Tudo isso ajuda a construir esse discurso e essa aura de quase uma peça jurídica, em uma defesa dos alemães que tenta, ao mesmo tempo, culpabilizar e atacar os supostos “reais” culpados. Deste modo, o terceiro aspecto apontado por de Jong também estaria contemplado.

De Jong trará como quarto aspecto a ideia de que o testemunho jurídico é um ato de fala, mas também é um ato de ouvir, sendo unicamente possível através deste diálogo entre a testemunha e uma audiência (DE JONG, 2018, p. 35), esta audiência seria seu público que, sejam os leitores dos livros ou de seus blogs, eles cumprem a função de ouvir seu testemunho. No entanto, vale ressaltar que mesmo possuindo uma audiência, dentro do universo dos escritos de Toedter ele é advogado de defesa, promotor, juiz e júri; e por mais que em algum momento exista a afirmação de que ele não pode provar que o Holocausto não tenha acontecido (TOEDTER, 2010, p. 148) em toda a sua escrita ele se coloca contrário a isto, ora Toedter diz que não viu ou ouviu falar sobre o acontecimento, mesmo estando muito próximo (TOEDTER, 2001, p. 91): ora vai citar “provas” de que não seria possível o extermínio por gás (TOEDTER, 2009, p. 57) sendo assim, o “diálogo” se encontra, no mínimo, restringido.

Para além disso, Toedter acusa os Aliados não só por crimes que possam ter cometido (TOEDTER, 2000, p. 109-132) como também por omissão ou por não aceitarem acordos que Hitler teria proposto a eles (TOEDTER, 2000, p. 64-67). Por fim, Toedter faz defesa dos principais aspectos que poderiam ser indícios da crueldade do

àquela utilizada pela publicação; mentirosa; intitulada “*Os protocolos dos Sábios de Sião*”, principalmente no que tange à questão de dominação mundial e que fora usada também durante a Segunda Guerra como uma das justificativas dos nazistas para a perseguição de grupos judeus, por exemplo (VIEIRA, 2019).

³¹ Existem poucas passagens que Toedter nega, por conta própria, o Holocausto, tal qual a seguinte: “NÃO ACREDITO que os alemães tenham protagonizado a execução, o assassinato premeditado e programado de milhões de seres humanos. Não acredito que tenha acontecido tal bárbaro genocídio ao qual a propaganda deu o nome de Holocausto. (TOEDTER, 2000, p. 115)”. Depois deste momento, Toedter falará sempre que outros autores dizem algo sobre o Holocausto não ter acontecido – um autor citado, por exemplo, é Norman Finkelstein que escreveu o livro *A indústria do Holocausto* (TOEDTER, 2009, p.56). O próximo momento que Toedter irá reafirmar que não acredita que o Holocausto tenha acontecido é quando Toedter descobriu que fora citado em uma resenha feita pelo Instituto Stephen Roth da Universidade de Tel Aviv sobre a situação judaica no Brasil em 2008: Pois é, incluíram este modesto escriba entre os “antisemitas” e “racistas”. [...] Os acadêmicos de Tel Aviv dizem ali que eu sou um *Holocaust denial author* (um autor que nega o holocausto). Uma mentira muito leviana e irresponsável. (...) Nunca neguei coisa alguma. Esquecem os acadêmicos de Tel Aviv que para negar é preciso poder provar. Assim como para afirmar ou acusar é necessário poder provar. O que tenho dito - e aqui confirmo - é que NÃO ACREDITO no alegado genocídio. É um direito de opinião que todos nós temos [...] (TOEDTER, 2010, p. 148).

governo nazista. Nesses termos, Hitler era um produto de seu tempo (TOEDTER, 2000, p. 48-54), os judeus sempre foram perseguidos historicamente (TOEDTER, 2000, p. 129-132), os alemães sempre foram ingênuos (TOEDTER, 2000, p. 20). Em síntese, Toedter ataca os Aliados por que, de acordo com ele, no mínimo também teriam sido responsáveis por atrocidades (TOEDTER, 2000, p. 94-107).

O quinto aspecto está no fato de que para que o indivíduo fosse aceito como testemunha, ele deveria possuir a confiança de um determinado público (DE JONG, 2018, p. 35-36), Toedter tem essa confiança principalmente por ter vivido na Alemanha durante o período da guerra, por ser uma testemunha do conflito e, como anteriormente citado, o testemunho se torna, principalmente após à propaganda de Auschwitz, cada vez mais importante e central como representação da memória de um acontecimento, algo ainda mais intensificado por conta do status de vítima que a testemunha geralmente detém (HARTOG, 2011).

Dentro desta fórmula, a obra de Toedter articula e é imbricada destes diferentes papéis – testemunha e fazedor de história – buscando chegar ao discurso público como algo coerente e capaz de “disputar” o status de verdade frente às demais narrativas, sejam a produção da historiografia acadêmica, sejam obras de outras testemunhas ou até outras produções dos diferentes “fazedores de história” que existam. Toedter cria esta narrativa pautada em uma dupla dimensão de testemunha, tanto da história como jurídica – do que ele considera ser um tribunal e, igualmente, uma tese de defesa – apresentando justificativas históricas quanto à entrada da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, algo que, de acordo com ele, seria decorrência dos duros ataques feitos pelo Tratado de Versalhes à Alemanha (TOEDTER, 2001, p. 42-48). Igualmente, ele critica os demais participantes da guerra, ao apontar o poderio militar das demais potências envolvidas como prova de que estariam efetivamente se preparando para uma guerra (TOEDTER, 2001, p. 55-58) e não a Alemanha. Por fim, Toedter afirma que existiriam provas de que a URSS teria se preparado para dominar o mundo (TOEDTER, 2009, p. 45), por exemplo³².

Para construir este discurso o autor realizou um trabalho que se serviu de uma emulação discursiva de um texto histórico: usando uma parte do procedimento

³² Sobre as provas desta intenção de dominar o mundo, Toedter tem em seus livros alguns capítulos nos quais aponta indícios de que a URSS estaria buscando o “domínio mundial” (TOEDTER, 2010, p. 140-142) porém, não apresenta provas ou citações. No entanto, em certos momentos Toedter cita o livro *Eu fui secretário de Stalin*, de Bóris Baschanow e “vários livros” de Victor Sukov (TOEDTER, 2009, p. 34-35) sobre a intenção da URSS de atacar primeiro a Alemanha e dominar a Europa inteira.

historiográfico ele aponta fatos históricos ou “provas” que ele considera como essenciais para fundamentar seus argumentos. No entanto, o texto historiográfico se caracteriza de maneira muito diferente à de um tribunal, na verdade o historiador se porta em seu texto como um professor, o objetivo primeiro de seu texto é ensinar (PROST, 2008, p. 240). Ainda, o historiador não se outorga uma confiança incondicional em sua pessoa, ele delega a autoridade principalmente às provas e citações (PROST, 2008, p. 235) – presentes nas notas de rodapé, por exemplo; diferente do protagonismo que Toedter atribui a si por conta de seu papel de testemunha.

Entretanto, precisamos ressaltar que Toedter irá recorrer a várias fontes e outros textos, porém vários destes que já foram desconsiderados por historiadores como fontes sérias sobre o período: textos negacionistas ou publicados por editoras de extrema direita que tinham um posicionamento, no mínimo, apologético em relação ao governo nazista estão entre eles. Porém, estes são elementos a serem analisados no próximo capítulo.

Em síntese, o autor constrói, nos três livros que analisamos, um cenário em que se coloca como uma espécie de julgamento: ao mesmo tempo em que seu discurso se assemelha mais a uma tese de defesa da qual ele é uma testemunha no primeiro livro, nos outros dois livros estudados Toedter irá se centrar mais na acusação de culpas e responsabilidades imputadas por ele aos Aliados, ou em apontar o que ele considera como verdadeiros responsáveis – apoiado por teorias da conspiração nestes casos.

Embora estas características sejam importantes para compreendermos como a obra do autor se constrói buscando se apresentar em pé de “igualdade” (na verdade de superioridade), o ponto mais importante para esta análise das obras de Toedter é, sem dúvida, pensar as características da testemunha da história que estão presentes nos textos e em que medida ele se qualifica como tal – visto que o autor é uma testemunha viva da Segunda Guerra Mundial e isso em grande parte, senão no todo, é fundamental para sustentar toda a autoridade de sua narrativa. Para além do que apontamos anteriormente acerca da testemunha, podemos indicar também que diferente do caráter de produção de prova para um tribunal, a testemunha da história tem como principal função a educação (JONG, 2018, p. 37).

Ao analisarmos a obra de Toedter de acordo com esta definição, podemos facilmente concluir que o testemunho de Toedter, do ponto de vista histórico e no que diz respeito somente ao que ele testemunhou propriamente, serve e muito como ferramenta educativa, uma vez que mostra um lado não tão explorado da guerra, isto é, o dos alemães durante o fim da guerra e, pelo menos, como era o clima e alguns aspectos da vida de uma

parte das pessoas que viveram na Alemanha durante aquele período, visto que o autor estava inserido na sociedade e em um determinado recorte temporal daquela.

No entanto, como ressaltado, os textos produzidos por ele a respeito da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial não se restringem ao duplo papel de testemunha que expusemos acima. Isso é mais facilmente identificável na construção de seu primeiro livro. Por exemplo, no quarto capítulo, que se intitula “Primeiras Impressões” (TOEDTER, 2001, p. 27), o autor conta sobre como foi recebido ao chegar na Alemanha e onde foi morar logo ao chegar em Hamburgo. Já no quinto seguinte, “A Situação Bélica” (TOEDTER, 2001, p. 30), o relato testemunhal é deixado de lado, pois ele passa a explicar a quantas andava a guerra, mencionando inclusive o motivo pelo qual, de acordo com ele, a Alemanha teria invadido a Holanda e Bélgica:

A Alemanha tem sido muito criticada por ter iniciado a sua ofensiva contra a França invadindo países neutros, Holanda e Bélgica. O motivo principal deve ter sido o de evitar as perdas humanas e materiais que teriam ocorrido em caso de enfrentamento direto da Linha Maginot. Uma linha de defesa, altamente fortificada, que a França havia construído ao longo de sua fronteira com a Alemanha. Esta justificou sua atitude afirmando que os dois países haviam abdicado de sua neutralidade, permitindo o sobrevôo do seu território por aviões de combate ingleses. (TOEDTER, 2001, p. 30-31).

Assim, o autor realiza este movimento de utilizar um discurso que tenta criar uma narrativa que se assemelha à historiografia. Ao longo de seu texto, estes movimentos aconteceram cada vez mais e em assuntos que o autor considera como motivos pelos quais à Alemanha é criticada, ou considerada como culpada/responsável pela ocorrência da Segunda Guerra Mundial.

Outro aspecto importante é que, ao realizar este movimento, o autor silencia, em um primeiro momento, sobre questões como a violência das tropas alemãs, principalmente dos *Einsatzgruppen*, no front oriental da guerra, local mais sangrento do conflito. A única coisa que paira no texto de Toedter e que pode servir como uma espécie de justificativa para este comportamento, ou inexistência desta discussão, é a afirmação de que o que ele considera como o “alemão” seria um ser pacífico e ingênuo:

É inegável que o progresso que se verificou na Alemanha entre 33 e 39 - seis anos, pouco mais que um mandato dos governos atuais - busca similar na história. Entretanto, em matéria de ingenuidade, falta de senso político e de jogo de cintura, também cabe ao alemão um troféu especial. Foram os artistas da caricatura satírica que, já desde o século passado - até mesmo antes - representaram com percepção admirável as figuras que simbolizam o americano, o inglês, o francês e o alemão. *Uncle Sam*, o capitalista de fraque colorido e cartola; *John Bull*, um

encorpado e intrépido comerciante de tecidos; *Marianne*, que faz uso das armas femininas e, finalmente, o *Deutscher Michel*, Miguel Alemão, o simplório, o camponês, ingênuo, desajeitado. [...] Entretanto, a interpretação que mais se manteve foi mesmo a de um sujeito que não fala outras línguas (latim, grego e mais tarde francês ou espanhol), que não se interessa pelo que acontece além das fronteiras, inábil comercial - e politicamente. Em suma: um ingênuo. (TOEDTER, 2001, p. 20).

Isto, conjuntamente com um capítulo em no seu segundo livro, *O que é a verdade*, sobre o manual de conduta de guerra para o soldado alemão (TOEDTER, 2009, p. 35-36) vão construindo, em partes, uma moral deste “povo” que os torna vítimas quase que completas dentro de todo o conflito, uma vez que eram ingênuos ou que tinham um manual de conduta que apontava diversas virtudes necessárias ao soldado alemão. Porém, é no recurso à sua condição de testemunha que Toedter alega que não existiriam condições para que uma atrocidade tal qual o Holocausto acontecesse na Alemanha. Nisso se encontra, ao nosso ver, o maior argumento utilizado para colocar dentro da sua narrativa esse ar moral ao que ele considera como o tal conceito de “povo”:

Eu conheço a educação que os alemães dão aos seus filhos. Um dos seus princípios é o respeito aos direitos dos outros. A doutrina cristã tinha lugar de fundamental importância, seja nos lares de confissão protestante luterana, seja nos católicos. Mesmo que Hitler tivesse sido acometido de perturbação mental, ordenando a matança de milhões de seres humanos indefesos, seus auxiliares, a cúpula política, os chefes militares – até então sempre respeitados por sua correção no mundo inteiro – teriam que ter dado o seu apoio a tal absurdo projeto. E mais, haveria que se encontrar milhares de executores da idéia. E mais ainda, que todos mantivessem absoluto silêncio sobre o que faziam, ou sobre o que eram obrigados a assistir. Não podiam, num momento de remorso ou até de gabarolice, abrir a boca perante seus familiares, vizinhos ou amigos.

Simplesmente não posso acreditar que em tal contexto tenha sido possível mobilizar tamanho número de “carrascos”, capaz de eliminar, assassinar 6.000.000 - seis milhões - de judeus. É o que os marqueteiros do Holocausto insistem em dizer ao mundo e, principalmente, aos alemães, durante mais de cinquenta anos. (TOEDTER, 2001, p. 113 114).

Assim é o testemunho de Toedter tenta se posicionar como o discurso de uma testemunha-vítima, com toda a autoridade que se impõe como a própria garantia para, neste caso, desbancar quaisquer que sejam o que ele considera como acusações ou ataques da “indústria do Holocausto” ou dos “estoriadores” e seus demais “adversários”. Frente a este aspecto, o testemunho de Toedter é validador deste propósito: o de, em contrapartida ao que Toedter coloca como a campanha de difamação do “povo” alemão, eximir

completamente todo e qualquer um que faça parte desse “povo” de qualquer possível crime que seja e, por conseguinte, culpar os adversários da Alemanha.

Desta forma, a narrativa de Toedter usará seu próprio testemunho para um fim específico, o de criar uma narrativa coesa em si para tentar alçar-se como “a verdade” dos fatos acerca da Segunda Guerra Mundial, resultado dessa espécie de tese de defesa que Toedter construiu e que visa eximir completamente os alemães, inclusive os nazistas, pois estes eram seres humanos normais, como colocado pelo autor.

Analisaremos no capítulo seguinte as fragilidades deste discurso. Porém, cabe assinalar que Toedter morou em Hamburgo, segunda cidade mais populosa da Alemanha na época, e que em março de 1942, quando Toedter chega à Alemanha provavelmente, grande parte dos ciganos, judeus e demais grupos considerados “indesejados” por parte do Estado alemão sob Hitler já haviam sido expulsos da cidade e, pelo menos, enviados para guetos fora do “antigo Reich” (REES, 2018), da Alemanha, pelo menos. Isto já dificultaria que Toedter visse estes episódios de violência, ou perseguição de Judeus, por exemplo. Pelo contrário, como o próprio Toedter assevera, ele jamais pertenceu a tais grupos ou foi visto como alguém que a eles pertencesse durante o período em que viveu na Alemanha sob o domínio nazista:

Nunca é demais lembrar que eu convivi com soldados “nazistas” e com membros e até pequenos dirigentes (um tio meu era *Ortsgruppenleiter*, dirigente do departamento do bairro) do partido nacional-socialista e lembro que eram todos seres perfeitamente normais e humanos, como esperamos encontrar em qualquer sociedade civilizada. (TOEDTER, 2009, p. 153).

É perfeitamente normal pensarmos, frente às próprias afirmações de Toedter, que os soldados ou os grupos de extermínio nazistas não teriam motivo algum para demonstrar um comportamento agressivo ou entrar em confronto com Toedter e sua família. Vale lembrar também que a guerra era travada principalmente no front oriental em 1942, longe dali naquele momento. É, na verdade, completamente descabido acreditar que algum grupo no poder atacaria sem motivos sua própria base de apoio naquela época. É, ao mesmo tempo, muito difícil aceitar o argumento de que, como Toedter afirma, ele nunca tenha se deparado com absolutamente nenhum discurso de superioridade racial considerando-se a situação descrita por ele próprio, estando tão próximos a soldados e pequenos dirigentes do Partido Nazista. No entanto, não temos também qualquer prova definitiva de que ele tenha ouvido nada do gênero.

Retomando a questão do testemunho histórico, um outro aspecto que podemos apontar vem a ser a necessidade de presença física no evento sobre o qual se testemunha. Quer dizer, pode-se aceitar o boato no caso da testemunha jurídica, porém no caso da testemunha histórica a presença em determinado evento é crucial (JONG, 2018, p. 37)

Aqui encontramos outro aspecto importante para nossa pesquisa. Toedter viveu os bombardeios dos Aliados à Alemanha; a derrota na guerra; uma pequena parte da ocupação pelas forças aliadas. Não podemos exigir que ele entenda do contexto, e temos que levar em conta a sua posição de testemunha histórica para compreendermos seu posicionamento. Entretanto, cabe ressaltar que o autor não passa pelo processo de desnazificação experienciado pela população que permaneceu na Alemanha no pós-guerra³³. Igualmente, em suas obras ele discorre diversas vezes sobre fatos que lhe escapam da vivência como testemunha, assumindo, logo, um papel diferente do de testemunha, visto que são situações que o autor não vivenciou.

Portanto, Toedter não se limitou a reportar aos seus eventuais leitores acontecimentos por ele vividos. Com isso, suas obras extrapolam a autoridade que o relato testemunhal lhe confere para outras dimensões do passado. É preciso reconhecer que qualquer indivíduo pode escrever sobre o passado, e não apenas o historiador de formação. Contudo, é preciso que se faça uma crítica correta e séria acerca das obras do autor por conta não só de suas imprecisões.

Ainda com relação à testemunha na historiografia, uma característica a se ressaltar é a de que, apesar de considerarmos que a experiência do sujeito não pode ser completamente desconsiderada na escrita da História, ela também não pode ser tida como o único crivo para a construção da narrativa historiográfica.

No entanto, Toedter faz o movimento de desconsiderar testemunhas que apresentem versões contrárias às suas; a inexistência de falas acerca das testemunhas dos próprios campos de concentração e algumas alegações sustentadas por ele (como quando Toedter aponta o caso que sua mulher lhe contara acerca de um zelador que havia sido preso por pilhagem e depois teria recebido indenização por ter sido preso nestes campos (TOEDTER, 2000, p. 122) assinalam um mesmo tipo de procedimento por ele adotado. O relato produzido pela esposa dele é absolutamente inverificável, nos termos da obra dele. Para além disso, insinua-se que o suposto zelador teria proferido falso testemunho

³³ Ver acima, Capítulo 1, p. 32.

para obter vantagem financeira³⁴. Isso se soma a já citada posição de descrença a respeito do Holocausto, o que automaticamente colocava em xeque o testemunho de diversos presos, vítimas de maus tratos e crimes ocorridos nos campos de concentração.

Por isso que Toedter, em seu segundo livro, faz questão de apontar o caso de Enric Marco Battle, homem que afirmava ter sido testemunha dos campos de concentração nazistas e suas crueldades, chegando mesmo a receber várias honrarias na Europa por conta disso. Battle, porém, teve a sua mentira desmascarada pelo historiador Benito Bermejo (TOEDTER, 2008, p. 108-109). Assim, Toedter prefere apontar somente casos de falsidade de testemunhos contrários a sua narrativa, o que é problemático em uma obra que pretende apresentar uma “verdade histórica” – uma vez que, no máximo, o autor apresenta uma narrativa que se pauta somente naquilo que corrobora sua versão, o que se assemelharia muito mais a um depoimento testemunhal de um tribunal onde o depoente, geralmente, é convocado apenas para corroborar a tese de defesa ou de acusação.

Nestes termos, se analisamos a obra de Toedter pela ótica apresentada por Todorov, isto é, os quesitos “verdade-adequação” e “verdade de desvendamento” presentes nas narrativas históricas, temos que apontar que, no caso da verdade-adequação, que tem como resposta o tudo ou nada (TODOROV, 1992, p. 128), existe a necessidade de dividir em dois pontos nossa análise: na parte em que o autor pesquisado expõe sua lembrança pessoal acerca de sua trajetória de vida na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, não possuiríamos formas mais concretas de afirmar categoricamente que Toedter exprime a verdade em tudo o que afirma ou que mente, do ponto de vista estritamente factual. Por mais que possa haver verossimilhança, é possível identificar alguns pontos que soam contraditórios, caso da indicação de que o tio de Toedter que era um membro (mesmo que pouco importante) do Partido Nazista em Hamburgo e que, apesar disso, Toedter alega que não teria ouvido nenhum discurso que disseminasse a ideia de um povo de alguma forma “eleito” (TOEDTER, 2009, p. 142).

Além disso, pode-se elencar outras incoerências: a vivência de Toedter na *Deutsche Schule* em Curitiba nos anos 1930; a participação dele na *Deutsches Jungvolk*, organização acerca da qual o próprio Toedter reconhecia que possuía, de fato, “a ideologia da época”, que no caso era a ideologia nazista. Ainda, o fato de seu pai ter sido membro do Partido Nazista em Curitiba são outras questões que tornam muito difícil aceitar a afirmação do autor de que nada era parecido com o que os historiadores escreveram sobre

³⁴ “Era mais uma vítima do nazismo, com direito a indenizações e tratamento especial” (TOEDTER, 2000, p. 122).

o período (embora, no caso de seu pai, o garoto Toedter poderia, supostamente, não saber do envolvimento político-partidário de Charles Toedter com o partido). Em síntese, todos esses ocultamentos tornam problemático conferir estatuto de verdade(adequação) às afirmações que Toedter faz a respeito da inexistência de discursos ou atitudes de preconceito, ou de crença em uma superioridade, por parte de indivíduos e grupos sociais que viveram na Alemanha na primeira metade da década de 1940.

A análise se torna mais complexa quando a questão envolve a parte da obra de Toedter que não é caracterizada pelo testemunho pessoal. Nesse caso, no que tange à verdade-adequação, a obra do autor se mostra várias vezes falsa – caso, por exemplo, quando usa de teorias da conspiração para apontar os supostos “verdadeiros” culpados pela Segunda Guerra Mundial. Porém, Toedter atenta de modo muito sério contra a verdade(adequação) quando passa a atacar um acontecimento como o Holocausto. Mesmo que ele dissesse apenas que não acredita no fato, já seria problemático; no entanto, Toedter ainda reitera que nunca ouvira falar nada sobre, embora seu pai trabalhasse a poucos quilômetros de Auschwitz (TOEDTER, 2000, p. 124), proposição que ele emprega a fim de sustentar suas alegações, como se constituísse uma espécie de prova.

Ressaltamos que a nossa consideração de que a fala de Toedter sobre não acreditar que o Holocausto tenha acontecido faz relação com dois aspectos: como ressaltado no ponto 2.1 e 2.2, Toedter busca um papel de testemunha-vítima e seu discurso tem um grande peso – principalmente na opinião pública. Para além das nossas considerações, juristas brasileiros divergem sobre o fato de a negação do Holocausto ser ou não tipificado como crime³⁵. Porém, existe no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 4974/20 que tem como objetivo criminalizar a negação do Holocausto, em tramitação na Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados³⁶.

Passando para o aspecto da verdade de desvendamento – que teria como resposta o mais ou menos verdadeiro no sentido que aspira a desvendar a natureza de um fenômeno (TODOROV, 1992, p. 128) –, aqui duas questões também são implicadas. Toedter, em seu depoimento, nos mostra uma verdade de desvendamento muito verdadeira no sentido da experiência de alguém compreendido pelo regime nazista como membro do povo,

³⁵ É proibido se dizer nazista ou negar Holocausto no Brasil? O que dizem leis e especialistas 11/02/2022 – BBC NEWS BRASIL. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60338244>. Acessado pela última vez em: 16/11/2022.

³⁶ Projeto criminaliza a negação do holocausto judeu 25/02/2021 – Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/729427-projeto-criminaliza-a-negacao-do-holocausto-judeu>. Acessado pela última vez em: 16/11/2022.

apoiador do regime, no que tange ao que testemunhou e viveu na Alemanha. mas, mais uma vez, nos momentos em que sua obra extrapolou sua vivência torna-se muito aquém da verdade de desvendamento, chegando a certos momentos utilizar teorias da conspiração.

Toedter escolhe, assim, sua obra “...*E a guerra continua*” como a primeira forma de dar seu testemunho de maneira pública. Para tanto, fez do discurso algo pautado na estrutura de tribunal, uma vez que coloca sua dedicatória ao tribunal da história e constrói uma narrativa que ele diz ser de defesa ao povo alemão. Em seguida, o autor irá apresentar em seus blogs e nos livros seguintes este discurso que visa, cada vez menos citando suas experiências propriamente, eximir aquilo que ele considera o “povo” alemão, em um primeiro momento, e atacar posteriormente o que ele considera como os verdadeiros culpados pela Segunda Guerra Mundial. Desta forma, embora Toedter emule um tribunal em seu primeiro livro, seu depoimento não se deu frente a um julgamento de fato, o ar de tribunal que o autor tenta impingir em sua obra serve muito mais para reafirmar uma ideia no sentido de que aquilo Toedter considera o “povo alemão” foi condenado pelo “tribunal da história” e continuou recebendo o “castigo” de lembrar dos crimes cometidos durante o governo nazista.

Pudemos observar que Toedter procurou apresentar-se como uma testemunha histórica, e como ele se coloca neste cenário de tribunal com a intenção de dar um “depoimento para um júri”, não só inocentando o que ele considera genericamente como “povo alemão”, mas também a fim acusar os demais envolvidos no conflito armado como os verdadeiros criminosos e responsáveis pela guerra e por uma campanha de destruição deste mesmo “povo alemão” por ele citado. Porém, esta questão não é suficiente para compreendermos uma parte fundamental na obra do autor, que é o movimento efetuado para além do papel de testemunha que ele reivindica para si mesmo.

2.3 HÁ UM “ESCRITOR DE HISTÓRIA” NA OBRA DE TOEDTER?

Como antes salientado, a obra de Toedter contém vários trechos nos quais o autor busca falar sobre períodos e fatos históricos dos quais ele não viveu, isso ao nosso ver, porque ao concorrer com o que ele inicialmente chama de “estoriadores” ele tenta construir uma narrativa sobre a história da Segunda Guerra Mundial como um todo fazendo, neste momento, um movimento muito semelhante ao dos historiadores e da escrita historiográfica. Deste modo, mesmo sendo um fazedor de história, que produz seu

texto com base em suas experiências, Toedter extrapola esta função e passa a disputar seu discurso com os historiadores, inclusive fazendo uso de alguns aspectos da metodologia historiográfica, muito embora isso se faça de maneira deficitária, como indicaremos a seguir.

Para analisarmos tais questões, recorreremos principalmente ao texto de Antoine Prost sobre as diferenças entre um texto de historiografia e um texto jornalístico, focando nas características que o autor indica como próprias das narrativas produzidas pelos historiadores:

Não é o enredo que faz a diferença entre um texto histórico e um texto jornalístico. Em compensação, basta abrir o livro para desfazer qualquer dúvida: de fato, a história erudita manifesta-se por sinais exteriores muito mais evidentes e, em particular, por seu aparato crítico e pelas notas de rodapé. [...].

As notas na margem inferior da página são essenciais para a história: elas constituem o sinal tangível da argumentação. A prova só é aceitável se for verificável. A verdade no âmbito da história, conforme já afirmamos, é aquilo que é comprovado; no entanto, só é com provado aquilo que possa ser verificado. O texto histórico serve-se, em profusão, de notas porque ele não recorre ao argumento de autoridade. O historiador não solicita, de modo algum, que lhe seja depositada uma confiança incondicional: contenta-se que alguém aceite acompanhá-lo no enredo construído por ele. (PROST, 2008, p. 235).

Diante do exposto, pode-se destacar uma primeira dubiedade nas obras de Toedter: ele faz referência a outras obras que teria consultado, às vezes insere reproduções fotográficas de matérias de jornais diversos, bem como há fotos de documentos que o autor considera importantes e afins. O autor nos informa sobre outros autores os quais consulta, fontes e leituras, até cita alguns destes autores que ele usa para construir seu texto. No entanto, quase não existem notas de rodapé ou referências que realmente facilitem a busca e a possibilidade da comprovação do que Toedter coloca em seus escritos.

No entanto, no que tange a possíveis referências presentes no texto de Toedter, podemos nos deparar com diversos tipos de indicações da localização das fontes que o autor utiliza. Primeiramente, temos um exemplo em que o autor traz uma foto de um documento ou matéria de jornal que ele acredite ser importante:



Figura 3 Imagem do jornal Daily Express que Toedter usa em seu livro *O que é a verdade*” Pg. 28

Em quase todos os casos, quando o autor cita uma manchete de jornal, ele irá colocar no próprio texto as informações sobre o nome do jornal e a data da publicação da matéria:

Mas existe outra “Declaração de Guerra” anterior, nunca mencionada nos nossos livros de História. Seis anos antes, no dia 24 de março de 1933, portanto apenas seis semanas após Hitler ser empossado no cargo de 1º Ministro da Alemanha, o jornal “DAILY EXPRESS” londrino estampava em sua primeira página, com destaque, um artigo sob o título: “JUDEIA DECLARA GUERRA À ALEMANHA”. (TOEDTER, 2009, p. 28).

Em algumas passagens do texto, o autor não irá citar qualquer fonte, ele acabará apenas relatando os fatos que ele considera como a versão correta da história. Um bom exemplo é na passagem em que ele discorre sobre a situação da Segunda Guerra na época que Toedter chegara à Alemanha, como se vê na citação abaixo. Não sabemos se fora contado isto a ele, se ele acompanhara na época mesmo de algum modo, ou se Toedter consultou alguma obra de qualquer historiador sobre o conflito, porém, acreditamos que em decorrência do distanciamento temporal em que o autor se encontrava ao rememorar sua experiência, o mais provável seria o último caso:

A Alemanha tem sido muito criticada por ter iniciado a sua ofensiva contra a França invadindo países neutros, Holanda e Bélgica. O motivo principal deve ter sido o de evitar as perdas humanas e materiais que teriam ocorrido em caso de enfrentamento direto da Linha Maginot. Uma linha de defesa, altamente fortificada, que a França havia construído ao longo de sua fronteira com a Alemanha. Esta justificou sua atitude afirmando que os dois países haviam abdicado de sua neutralidade, permitindo o sobrevôo do seu território por aviões de combate ingleses. [...]

Ao norte, o governo da Dinamarca se colocara sob proteção alemã e permitiu a passagem de forças alemãs para a ocupação da Noruega. A Noruega tinha importância estratégica para todos os contendores. Era através dos portos setentrionais do país que se embarcava o minério de ferro que a Alemanha importava da Suécia. Em 30.11.39 a União Soviética tinha iniciado sua guerra contra a Finlândia, o que aproximava área de conflito da Escandinávia. Em 8.4.40 os ingleses minaram os acessos ao porto de Narvik para impedir os transportes daquela importante matéria prima para a Alemanha. Em 9.4.40 começou o desembarque alemão e cinco dias depois o desembarque britânico na Noruega. As forças norueguesas, que haviam tentado resistir aos alemães, capitularam na segunda quinzena de abril e, após encarniçadas batalhas, os ingleses deixaram seu último bastião Narvik, em 8.6.40 [...] Ao sul, além do Mediterrâneo, a “Raposa do Deserto”, o Marechal Rommel estava conseguindo expressiva vitória contra as forças inglesas que capitularam em 20.06.42 em Torbuk. [...]. Mas não estavam lá a fim de conquistas. Em fevereiro de 41 Rommel e seu Afrikakorps foram socorrer a aliada Itália, que em 1936 conquistara a Etiópia e em setembro de 1940, após ocupar as Somálias britânica e francesa, invadira a África do Norte através das fronteiras do Egito e Líbia mas estava sendo derrotada pela contra-ofensiva dos ingleses. [...] A sudeste a Alemanha tinha o domínio de toda a península balcânica, exceto a Turquia que não se envolvera no conflito. [...] Hungria, Romênia e Eslováquia já tinham ingressado no “Pacto do Eixo” em novembro de 1940. Em março de 41 a Bulgária também se alia. No mesmo mês seguiria a Iugoslávia, porém acontece um golpe militar contrário em Belgrado, provocando a intervenção e ocupação alemã. Antes disso, em 28.10.40, Mussolini, Duce da Itália, resolvera, sem prevenir seu amigo e aliado, invadir a Albânia e, através desta, atacar a Grécia. Apesar de serem os italianos rechaçados pelas forças gregas, a Inglaterra aproveita a oportunidade e, a título de apoio aos gregos, ocupa a ilha de Creta. Hitler vê nisso uma ameaça ao seu suprimento de petróleo da Romênia e parte para a guerra contra a Grécia. Sua ocupação é concluída em 1 de junho de 41. (TOEDTER, 2001, p. 30-32).

Duplamente explicativo este trecho pois, além de evidenciar claramente a ausência de fontes citadas por Toedter, demonstra também de que maneira o autor fundamentou narrativamente a sua conclusão acerca dos motivos pelos quais o exército alemão teria invadido dois países considerados neutros no conflito.

Existe também uma linha no tempo ao final de cada livro de Toedter, a qual não contém qualquer citação sobre qual obra teria sido consultada para construir tal sequência de fatores ou o porquê desta linha temporal ser a considerada correta pelo autor. No entanto, todas terminam com o fato de que não existiria até hoje um tratado de paz firmado com a Alemanha. Por exemplo, a partir do segundo livro se ressalta também que o país não possui constituição, como uma espécie de prova daquilo que ele considera um “ataque” constante lançado contra a Alemanha até os dias de hoje, como expressão de

hostilidade ao país e, principalmente, ao “povo” que Toedter considera existente até hoje. Podemos observar nas obras de Toedter uma concepção essencialista da identidade da população alemã, a qual pode ser definida por meio da aplicação, a um grupo cultural, de “[...] um conjunto de características físicas, psicológicas e sociais, o qual se manteria inalterável ao longo da história e formaria o “caráter coletivo” de um povo” (RAMALHO, 2015, p. 250). Desta forma, a ideia do povo que Toedter utiliza tem essa característica de algo estanque, imutável e que perduraria até hoje – justamente por conta disso é que se nota outra ideia correlata defendida pelo autor, a de que o “povo” alemão se sentiria humilhado por conta dos crimes cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, diferente de uma possível compreensão do que acontecera e de uma mudança frente ao entendimento da natureza e gravidade dos crimes cometidos durante o conflito.

É preciso reconhecer, porém, que Toedter dá pistas sobre quais são as referências bibliográficas que ele usa em seus textos. Nos capítulos 22 e 23 do livro *O que é verdade?* (TOEDTER, 2009) o autor cita uma lista com o nome de diversos autores. Alguns destes, todavia, correspondem a autores notoriamente negacionistas, e Toedter os apresenta ao lado de outros historiadores, como pesquisadores sérios que buscavam desvelar aquilo que seria a “grande farsa” da Segunda Guerra Mundial:

O que não se divulga é que, principalmente fora da Alemanha, existem estudiosos e historiadores que apresentam trabalhos sérios que abalam essa unanimidade. Não são poucos estes revisionistas no mundo inteiro que buscam fazer da História uma ciência honesta e justa (TOEDTER, 2009, p. 55).

Logo na sequência desta passagem, Toedter irá listar os autores, separando-os pelo respectivo país a partir de onde escrevem. Nesta lista, temos nomes como o do francês Maurice Bardèche, famoso fascista francês, que já em 1947 começou a defender o governo nazista e alegar que a solução final dos judeus seria apenas um plano para a transferência dos mesmos (LIPSTADT, 1994, p. 50). Menciona-se também o americano Harry Elmer Barnes, outro negacionista que argumentara em um artigo que somente o negacionismo poderia trazer a paz aos povos (LIPSTADT, 1994, p. 153). Igualmente, constam nomes como o de William Henry Chamberlin, também nascido nos EUA, que após a Segunda Guerra Mundial fora um dos historiadores a sustentar que a guerra apenas teria sido útil para que Stalin pudesse tomar grande parte da Europa. Vale registrar que Débora Lipstadt caracteriza tal ponto como um dos argumentos que antecederam a negação do Holocausto propriamente dita (LIPSTADT, 1994, p. 243). Além destes autores, são citados ainda jornalistas, assim como membros do exército dos países

apontados por Toedter, casos de Russel Grenfell, oficial inglês da Marinha que serviu durante a Primeira Guerra Mundial e que depois escreveu suas memórias³⁷, entre outros.

Um aspecto importante a se salientar diz respeito ao fato de que Toedter faz isso não só para conferir legitimidade a sua obra frente a seu público leitor; como visto no último capítulo; Toedter realiza este movimento de listar autores que realizaram estas “pesquisas sérias” e ao mesmo tempo acusa que historiadores e outros autores que contradigam a narrativa que Toedter defende, ou ainda trabalhos historiográficos mais respeitados na academia sobre a Segunda Guerra Mundial, não seriam pesquisas sérias.

Na passagem citada anteriormente, é necessário apontar, temos algo que é praticamente único nos escritos de Toedter: a citação de título, nome de autor, ano e página de um livro (TOEDTER, 2009, p. 55). Em outras passagens, ao fazer referência a um livro de caráter conspiracionista, ele cita, quando muito, autor e título do livro:

Fui perguntado, qual teria sido a intenção dos judeus ao apoiarem Hitler em sua trajetória. Efetivamente o banco dos Warburg financiou o partido nacional-socialista. Gary Allen em seu livro “*None dare call it Conspiracy*” confirma isto. E diz mais que a Casa dos Warburg pertence ao Império Rothschild e que ele não soube de Warburgs ou Rothschilds que tivessem freqüentado algum campo de concentração. (TOEDTER, 2009, p. 64-65).

Assim, o que pode nos parecer dificuldade para uma pesquisa ou uma checagem dos fatos em um primeiro momento, na prática se assemelha muito mais a uma lógica de contemplar os interesses e visões de mundo compartilhadas entre o autor e seu público em potencial: no caso de Toedter, o público visado não é o acadêmico e eles a se sentir muito mais tocados com o fato de Toedter ser uma testemunha da história do que se ele fosse “apenas” um estudioso com citações e referências.

No mais, como os comentários e textos feitos por Toedter têm geralmente um cunho de comentário a uma notícia, filme ou outra questão que trate da Segunda Guerra, ou até as questões conspiracionistas relacionadas ao evento, Toedter sempre coloca no texto o mesmo aspecto utilizado no jornal, nem sempre com uma foto da sua fonte, então podemos dizer que Toedter faz sim o movimento de uma escrita historiográfica, ele comenta notícias ou manchetes da época da guerra e às vezes de uma época próxima, ou mesmo cita os livros que apresentariam as visões mais aproximadas as deles. No entanto,

³⁷ Capt. Russell Grenfell RN (1892 - 1954) Disponível em: http://www.grenfellhistory.co.uk/biographies/russell_grenfell.php. Acessado pela última vez em: 13/11/2022

quando o autor vai falar sobre eventos como o Holocausto, como visto antes, ele coloca questões relativas às suas memórias para pôr em xeque tais fatos, como no trecho a seguir:

Polônia, teoricamente um território hostil aos alemães, ali Cracóvia, a poucos quilômetros de Auschwitz, segundo a promoção de Holocausto o maior centro do terror. Meu pai viveu e trabalhou durante anos em Cracóvia - até momentos antes da ocupação pelos soviéticos - e nunca falou de algo tenebroso que por lá estivesse acontecendo. E ele era um dos que escutavam as proibidas transmissões de rádio dos inimigos... (TOEDTER, 2001, p. 124).

Neste trecho, por exemplo, podemos observar que o testemunho de Toedter, do que seu pai teria ou não dito, se coloca frontalmente ao discurso histórico, além da existência também dos três pontos no texto indicando como uma sugestão de que haveria algo muito estranho aí – como assim nenhuma rádio inimiga teria informado sobre Auschwitz antes do fim da guerra? Como as inteligências não saberiam de algo tão grandioso assim? – claramente mais uma tentativa de desqualificar este fato histórico, de trazê-lo diretamente para o campo de uma farsa. As “provas” para tal afirmação, no entanto, não as teremos neste primeiro livro. Apenas estes raciocínios de Toedter frente a sua própria experiência é que aparecerão neste momento e o movimento – indicando uma tentativa de ser amparado por uma possível garantia de liberdade de expressão – de que o autor mesmo não acreditaria que o Holocausto teria ocorrido embora não negue que ele tenha ocorrido. Porém, essa questão terá que ser mais bem trabalhada em um próximo capítulo.

Toedter ainda coloca em alguns textos que manteve diálogos com historiadores de profissão e que se encontravam ainda em atividade. Entretanto, depois de certo tempo Toedter viria a escrever que um historiador que o entrevistou, o Prof. Dr. Dennisson de Oliveira, fez uma declaração explicando que os crimes nazistas teriam realmente acontecido e, após o fato, Toedter deixou de citá-lo em sua obra. Porém este trecho é indicativo de que Toedter teve contato pelo menos com um historiador brasileiro contemporâneo a ele e o utilizou em sua obra (isto é, até o momento em que o discurso do referido historiador questionou frontalmente aquilo que Toedter defendia):

Consultei o historiador Dr. Heiz Magenheimer, em Viena, considerado um perito em assuntos da guerra naval. Recebi a confirmação: “Sim, o governo alemão mandou o submarino U-507 operar na costa brasileira em represália à quebra de neutralidade por parte do Brasil.” Como? O Brasil, país pacato e pacífico, governado pelo germanófilo Getúlio Vargas, teria cometido algum ato que comprometesse sua imparcialidade? Em seguida o esclarecimento final. Este veio do historiador brasileiro Dr. Dennisson de Oliveira, professor de História da UFPR, de saber enciclopédico e sempre generoso em compartilhá-lo. Atendeu-me cordialmente e esclarece que desde 1940 os EUA

pressionavam o Brasil a permitir a instalação de bases militares no seu território nordestino. (TOEDTER, 2001, p. 49-50).

Na sequência, diz ainda Toedter que:

Em seguida fui convidado a participar de mais dois programas de rádio e houve o lançamento com tarde de autógrafos do meu segundo livro "O que é verdade?". Muito honrado constatei a gentil e simpática presença do professor acima citado. Mas quem imaginasse que o patrulhamento estivesse em férias enganou-se. Novamente entrou em ação a brigada antigermânica. O professor teve que dar novas entrevistas na televisão, mostrando-se agora francamente contrário à visão apresentada pelo autor daquele livro que ajudou a divulgar.

Dia 7 deste mês a GAZETA DO POVO dedicou duas páginas inteiras do seu primeiro caderno à eterna causa que alimenta a imprensa ocidental há mais de sessenta anos. E voltou a ser convocado o professor de História a participar da ação "desmascarando versões fantasiosas de fatos históricos" apresentando versão própria, esta sim merecedora de tal adjetivação. (TOEDTER, 2010, p. 52-53).

Aqui podemos analisar outras questões. Primeiramente, não podemos, de modo algum, afirmar que o professor Dennison de Oliveira tenha lido as obras do autor estudado e corroborado com tais teses. Parece provável, pelo contrário, que ele não tenha lido as obras de Toedter. Seja como for, não podemos ignorar o fato de que "ajudar a divulgar" o livro *O que é verdade?* é algo muito problemático, principalmente para um historiador, e até mesmo por isso que Toedter pode considerar estranho o historiador estar falando algo contrário ao que o livro que este ajudara a divulgar.

Porém, o principal elemento a ser apontado aqui é que Toedter consulta estes historiadores e parece ter um contato muito próximo com eles, não somente isso, ele teve uma noite de autógrafos e participou de programas de rádio, tal qual apontado antes, ele possui uma audiência e essa audiência tem algum poder isto indica que o público que consome textos como os de Toedter – um fazedor de história – tem uma receptividade e uma capacidade de mobilização dentro desse espectro da sociedade muito grande – comparável aos cientistas dentro da própria academia.

Assim, podemos afirmar que Toedter realiza um movimento semelhante (à superfície) ao da historiografia, completando as lacunas dos períodos que não viveu de modo a dar o sentido que ele acredita que tenha sido o verdadeiro "desenrolar" dos acontecimentos durante o conflito, mesmo não obedecendo a todas as questões técnicas de uma obra acadêmica, até mesmo ignorando-as, como nos casos em que ele elenca fatos históricos mais "conhecidos" e até mesmo no que este considera importante nas cronologias da Segunda Guerra. O autor realiza esse movimento de ir "para fora do texto"

com certos limites e, quando trabalha com questões relacionadas a textos negacionistas, o autor só informara aos leitores quais suas fontes quando perguntado por seus comentaristas – mas depois os comentários mesmos foram fechados em seu site (TOEDTER, 2010, p.48).

Mais importante ainda, a seleção dos textos que Toedter consultou, dada a característica de não se adequarem à verdade factual (nos termos apontados por Todorov), tem muito mais relação com o que guia a pesquisa de Toedter. Quer dizer, enquanto há a necessidade de que a historiografia se conforme às suas memórias sobre o período e problematize a existência ou não de fontes com um rigor maior, a partir de métodos mais ou menos compartilhados com seu público, Toedter não escreve para historiadores acadêmico/de formação, e a intenção de sua pesquisa é a de que seus textos se adequem à sua memória e à sua maneira de enxergar o mundo. Neste movimento, as narrativas de Toedter implicam aquilo que Hartog indica como o risco de uma identificação entre autenticidade e verdade ao invés de existir uma separação entre veracidade e confiabilidade, de um lado, e a verdade e a prova de outro (HARTOG, 2011, p. 227).

Os sentimentos de Toedter e o testemunho dele são autênticos e verdadeiros, mas no que diz respeito a assuntos que extrapolam sua experiência existe um problema tanto na veracidade quanto na confiabilidade tanto das fontes usadas pelo autor, aquelas que conseguimos identificar, quanto nas partes do texto do autor que extrapolam sua vivência. Assim, a veracidade de uma parte dos escritos de Toedter – quando fala sobre o que ele viveu – acaba imbuindo o resto de sua obra com uma “confiabilidade” atribuída historicamente a testemunhas-vítimas da própria Segunda Guerra. A verdade de uma parte do discurso se coloca como a própria prova do resto dele. Mas temos que nos atentar que Hartog escreve para pessoas que tenham a historiografia acadêmica em mente. A escrita de Toedter, em seu papel de “fazedor de história”, é completamente diferente e atinge um público diferente do que seria o leitor da historiografia acadêmica, independente de esta última se encontrar ou não em uma linguagem mais acessível.

Outro aspecto importante é a questão da tentativa de historiadores, ou estes produtores de história que se guiam por um rigor do “método” historiográfico, é não só a plenitude do texto, como a ideia de plenitude de temáticas possíveis de uma fonte analisadas; o texto historiográfico deve possuir coerência própria, sua estrutura deve constituir uma argumentação que indique as teses que ele pretende demonstrar, ele dá sempre justificativa ao que expõe e mesmo os limites desta obra; seus possíveis vazios e

lacunas; devem ser apontados ou justificados pelo autor do texto (PROST, 2008, p. 236-237).

Nota-se uma diferença crucial entre qualquer texto que vise analisar a história, qualquer que seja seu escritor, através de um método e de uma espécie do que iremos chamar de “academicismo” e os textos que Toedter produz; alguém que se propusesse a produzir um texto ou um trabalho ou análise, por exemplo, sobre teuto-brasileiros testemunhas da Segunda Guerra Mundial e pegasse o exemplo de Toedter deveria, como fiz, colocar o contexto e a limitação da experiência da guerra que vive Toedter, por não viver onde o conflito fora mais feroz e ceifara mais vidas, e todo o resto do contexto já apresentado anteriormente. Indo um pouco mais além, usemos nossa própria análise como exemplo – que trata só das obras de Toedter – no início do trabalho, deixamos claro que certos elementos como o próprio negacionismo ou a utilização de teorias da conspiração para a construção da obra, embora central para o entendimento de uma espécie de completude da obra de Toedter não seriam abarcados por, ou já terem sido analisadas ou então não serem a nossa principal inquietação frente às nossas fontes.

Porém, deixando de lado uma exigência tola de que Toedter faça uma análise muito acurada da complexidade das fontes. Uma vez que, como vimos antes, isto é muito útil para a construção de sentido de sua narrativa, o que queremos indicar é uma inexistência de qualquer ponderação do tipo que envolveria a possibilidade de ele ter conhecido um membro da SS à paisana e isso significar literalmente pouco ou nada sobre seu comportamento em combate ou mesmo em ações mais violentas quaisquer que fossem.

Assim, como Prost nos sugere, o texto de Toedter não vai analisar suas possíveis limitações, menos ainda problematizar qualquer coisa que não seja o que ele considera uma visão uniforme que se teria dos “alemães” sobre a Segunda Guerra Mundial. E embora ele fale de episódios históricos, faça comentários sobre notícias, filmes ou livros atuais ou mesmo da época da guerra citando algumas vezes fontes – não de maneira que facilite que estas sejam encontradas realmente, mas que sirvam como uma forma de prova de que o autor também realiza sua pesquisa e tem suas evidências – o assumir de que toda a fonte é o que ele considera por si – ou uma imensa verdade reveladora ou uma mentira descabida e um embuste – se dá graças apenas e tão somente ao raciocínio e conclusões de Toedter como, por exemplo no momento que ele discorre sobre os documentos conhecidos como os “Protocolos de Wannsee”:

A mais citada prova de que teria havido um programado assassinato em massa de judeus durante a 2ª Guerra, explicitamente ordenado pelo alto comando alemão, é um documento que acabou sendo denominado de “Protocolo de Wannsee”. Wannsee é um lago próximo a Berlim, a cuja margem está situada uma mansão, que hoje serve de memorial do Holocausto, abrigando exposições e seminários sobre o tema. Em 20 de janeiro de 1942 esta vila, então sede da Interpol, foi palco de uma reunião de altos representantes ministeriais e da SS, onde, segundo participantes sobreviventes, foi analisado um plano de evacuar judeus para o leste europeu. Na verdade não teria se chegado a uma decisão e, muito menos, a um protocolo da reunião que durara menos de duas horas. Entretanto, em 14 de abril de 1947 no processo contra o ex-ministro alemão de exterior, Ernst von Weizsäcker, a acusação, representada por Robert W. M. Kempner, apresentou um documento que seria a 16ª via, de um total de 30, e que constituiria a ata daquela reunião. Segundo a mesma os participantes, cumprindo ordem de Hitler, ali decidiram a criação de campos de extermínio na Europa Oriental para dar uma solução final ao problema judeu. Existem inúmeros motivos para acreditar que se trata de falsificação. Citarei alguns:

- Entre os documentos devolvidos pelos americanos depois de 1949 ao Ministério do Exterior alemão havia uma segunda “16ª via” do mesmo documento, com os mesmos dizeres, porém datilografado em outra máquina de escrever, com outros tipos.
- Tratava-se de Geheime Reichssache, de segredo de estado, por que tal proliferação de cópias? Trinta cópias para quinze participantes? A 16ª em duplicata? [...]
- As repartições e órgãos oficiais da Alemanha têm normas definidas que devem ser observadas na elaboração de documentos que nestes não o foram.
- O texto usa expressões incomuns no idioma alemão, como se nós disséssemos “profissões livres” no lugar de autônomos ou profissionais liberais. [...]

Para uma boa avaliação da questão existe uma nota de arquivo registrada por Franz Schlegelberger em março de 1942, dois meses depois da reunião citada, enviada a lideranças do estado e com o seguinte teor:

“O senhor Ministro do Reich Lammers (era chefe da chancelaria) me comunicou que, por repetidas vezes, o Führer lhe declarou que deseja que seja postergada para após o final da guerra a solução da questão judaica. Consequentemente o que se discute atualmente, segundo o senhor Ministro, só tem valor teórico. De qualquer forma ele cuidará para que de outra parte não seja tomada qualquer decisão fundamental surpreendente.”

Na página anterior está reproduzida a primeira página da 16ª cópia do tal “Protocolo de Wannsee”. A esquerda a versão de 1947 e à direita a que apareceu depois de 1949. (TOEDTER, 2009, p. 76-78).

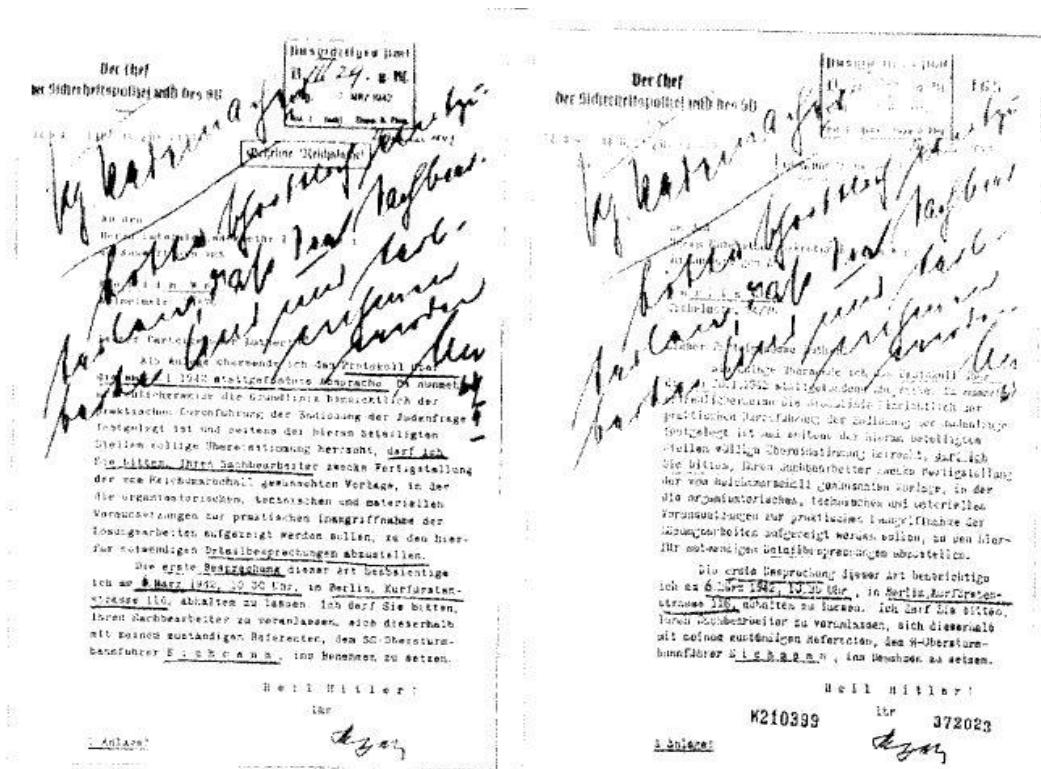


Figura 4 Fotos dos protocolos de Wannsee que Toedter insere em sua obra “O que é a verdade?” Pg. 78

No texto do livro *O que é verdade*, citado anteriormente, a análise que Toedter realiza da documentação não apresenta nenhuma citação de qualquer fonte ou mesmo referencial teórico no qual ele se embasa para chegar a tais conclusões. Além disso, os próprios documentos apresentados, possivelmente como provas, não parecem ter muita utilidade para qualquer análise – mesmo na parte em que o autor diz que o texto cita termos que não seriam comuns em alemão, ele não explicita exemplos destes termos ou qualquer coisa relacionada a isso.

Mais uma vez devemos apontar que isso serve para conferir certa legitimidade não para historiadores que viessem analisar suas obras – nem acreditamos que ele deseje isso de alguma forma –, mas sim para o público para o qual Toedter escreve. Isso posto, frente os apontamentos de Prost temos diversas características que faltam no que se refere a um texto de um escritor de história e, principalmente no que se refere ao ato de “justificar tudo o que afirma em seu texto” (PROST, 2008, p. 237), Toedter não justifica a seus leitores como ou porque chegou a tais conclusões sobre os protocolos: seus apontamentos sobre o documento não são exemplificados ou justificados de qualquer outra forma. Não há uma espécie de informação sobre, caso as conclusões acerca dos documentos sejam de outra pessoa, onde encontrá-las e a própria imagem do documento utilizada como forma de provar tem pouco ou nada de legível.

Assim, podemos afirmar que isso exerceria uma função muito semelhante a esta de mostrar que o texto, tal qual como o texto daqueles que buscam escrever história, “possui sua coerência própria, sua estrutura, que constitui, por si só, uma argumentação e indica as teses que pretende demonstrar” (PROST, 2008, p. 236) para um público que estaria procurando um tipo de verdade que não é a mesma dos historiadores, uma vez que para eles – tal qual para Toedter – isso representa a realidade, não as versões fantasiosas da história ou mesmo o fruto de trabalhos desonestos, como ele vai afirmar ao longo de seu texto. Todas essas colocações vão ao encontro do que o próprio Prost nos explica que a produção da historiografia; a complexidade do aparato crítico utilizado em uma obra, não vem tanto a ser uma diferença entre profissionais e amadores, mas geralmente uma diferença relativa à dois mercados de edição e o público consumidor (PROST, 2008, p. 236).

Por fim, com relação a esta questão é muito interessante notar que Toedter se debruçou sobre os chamados “Protocolos de Wannsee”. Se trata, nos dizeres de Mark Roseman, da “mais emblemática e programática declaração da maneira nazista de praticar o genocídio” (ROSEMAN, 2003, p. 8). O referido documento se situa até hoje na “imaginação popular” como uma espécie de prova suprema de que o genocídio nazista teria ocorrido (ROSEMAN, 2003, p. 8). Atacar este documento rotulando-o como “uma falsificação”, portanto, configura uma tentativa supostamente bem fundamentada de causar um forte impacto na argumentação dos estudos acadêmicos dedicados à Segunda Guerra Mundial – em que pese o fato de, independentemente do “Protocolo de Wannsee”, o Holocausto ter sido o genocídio mais bem documentado em toda a história da humanidade, existindo apenas dúvidas acerca dos motivos e dos mecanismos em que o processo de genocídio se deu propriamente (ROSEMAN, 2003, p. 9-10). Vale registrar, pois, que a ausência da dúvida sobre a concretude do genocídio dos considerados “indesejados” pelo regime nazista se alicerça, inclusive, no fato de que o massacre e assassinato em massa destes povos já ocorria havia, pelo menos, meio ano antes da reunião em Wannsee (ROSEMAN, 2003, p. 8). Ou seja, tal encontro é entendido atualmente pelos historiadores como o ato final do processo de transformação do assassinato em massa em um genocídio propriamente dito (ROSEMAN, 2003, p. 12).

Sendo assim, Toedter busca analisar este documento que é, de certo modo, um marco na memória do Holocausto na tentativa de criar uma dúvida sobre o acontecimento mas, como observamos, este documento não é, nem de longe, a única prova deste uma vez que existem inúmeros testemunhos, documentos, ou estudos sobre os diversos atos

das SS, por exemplo, que nos confirmam o que afirma Roseman: o assassinato em massa já ocorria em diversos locais e os protocolos vieram somente como um ato final que tornara aquilo como uma política oficializada do Governo Nazista.

Além disso, outro aspecto das obras de Toedter que vai de encontro ao que Prost elenca como usado por “escritores de história”, acadêmica ou não, é o da obra se encerrar em uma cronologia determinada, mesmo o historiador sabendo e considerando estes limites como problemáticos, sua obra irá justificar o porquê da escolha destes respectivos limites (PROST, 2008, p. 237). Embora a obra de Toedter pareça estar acabada, visto que ele escreveu um texto de “despedida” no dia 25 de julho de 2022 em seu blog³⁸, e, se existisse um recorte da obra de Toedter ele se iniciaria nos anos da Primeira Guerra Mundial, visto que é o assunto mais ao passado sobre o qual o autor se debruça³⁹ e se estendeu até os dias atuais. No entanto, este recorte temporal de Toedter, além de muito extenso, não é considerado como um possível recorte dentro de vários, pois a obra do autor em praticamente nenhum momento parece vislumbrar ou citar que um ou outro aspecto deste recorte possa existir.

Outro fator vem a ser que, em passagem alguma existe qualquer apontamento de que outras análises são possíveis, no interior das cronologias da Segunda Guerra Mundial apresentadas por Toedter nas páginas finais de todos os seus livros, ou quando ele escreve sobre uma espécie de historiografia acerca do próprio conflito (episódios de invasões que a Alemanha realiza ou da União Soviética ou ainda dos Estados Unidos) se nos limitarmos apenas ao texto do autor:

Ao norte, o governo da Dinamarca se colocara sob proteção alemã e permitiu a passagem de forças alemãs para a ocupação da Noruega. A Noruega tinha importância estratégica para todos os contendores. Era através dos portos setentrionais do país que se embarcava o minério de ferro que a Alemanha importava da Suécia. Em 30.11.39 a União Soviética tinha iniciado sua guerra contra a Finlândia, o que aproximava área de conflito da Escandinávia. Em 8.4.40 os ingleses minaram os acessos ao porto de Narvik para impedir os transportes daquela importante matéria prima para a Alemanha. Em 9.4.40 começou o desembarque alemão e cinco dias depois o desembarque britânico na Noruega. As forças norueguesas, que haviam tentado resistir aos alemães, capitularam na segunda quinzena de abril e, após encarniçadas batalhas, os ingleses deixaram seu último bastião Narvik, em 8.6.40. Ao sul, além do Mediterrâneo, a “Raposa do Deserto”, o Marechal Rommel estava conseguindo expressiva vitória contra as forças inglesas que capitularam em 20.06.42 em Torbuk. [...]. Mas não estavam lá a

³⁸ PUTIN FAZ PERGUNTAS IMPORTANTES – Blog do Toedter. Disponível em: <https://www.toedter.com.br/2022/07/prezados-amigos-e-acompanhantes-deste.html>. Acessado pela última vez em: 13/11/2022.

³⁹ Capítulo 7 – 1914/18 (TOEDTER, 2000, p. 42-47).

fim de conquistas. Em fevereiro de 41 Rommel e seu Afrikakorps foram socorrer a aliada Itália, que em 1936 conquistara a Etiópia e em setembro de 1940, após ocupar as Somálias britânica e francesa, invadira a África do Norte através das fronteiras do Egito e Líbia mas estava sendo derrotada pela contra-ofensiva dos ingleses. (TOEDTER, 2001, p. 36).

Isso nos mostra que Toedter, ao menos, procurava informar aos seus leitores a versão que ele considera como a verdadeira (e de certo modo a única) da história. Não existindo outros recortes e balizas possíveis para a análise do tempo que aquelas que os textos do autor “compreendem” e até mesmo pelo motivo de, vale lembrar, quando não for a versão que ele apresenta será a versão que os “estoriadores” ou os veiculadores de desinformação apresentam.

No entanto, o que consideramos a principal questão de Toedter exercer ou não o papel de “escritor de história” é uma questão dual que dialoga com a própria questão anterior da delimitação de um recorte temporal em um tema, em um texto e/ou em uma pesquisa reside em somente uma das possibilidades e as possibilidades mesmas de entender o conceito de “história” como “ciência”. Para compreender melhor essa afirmação, buscaremos o auxílio de Jeanne Marie Gagnebin:

Em suas célebres teses “Sobre o conceito da história”, escritas em 1940, Walter Benjamin declara: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo”. Essa afirmação é uma recusa clara ao ideal da ciência histórica que Benjamin, pejorativamente, qualifica de historicista e burguesa, ciência esta que pretende fornecer uma descrição, a mais exata e exaustiva possível, do passado. Essa recusa de Benjamin fundamenta-se em razões de ordem epistemológica e, inseparavelmente, ético-política. Ele denuncia primeiro a impossibilidade epistemológica de tal correspondência entre discurso científico e “fatos” históricos, já que estes últimos adquirem seu status de “fatos” apenas por meio de um discurso que os constitui enquanto tais, nomeando-os, discernindo-os, distinguindo-os nesse magma bruto e não lingüístico “que, na falta de algo melhor, chamamos de real”, como diz Pierre Vidal-Naquet. Nós articulamos o passado, diz Benjamin, nós não o descrevemos, como se pode tentar descrever um objeto físico”. (GAGNEBIN, 2006, p. 40).

Assim, Toedter tem essa visão do que teria sido a realidade do passado – embasada ela mesma pela própria experiência que ele viveu e testemunha em seus livros – e, ao nosso ver, denota que o conceito de história para o autor teria muito mais relação com o que Gagnebin nos indica no texto como sendo a versão “historicista e burguesa” que buscaria estabelecer “fatos” científicos; no entanto, cabe ressaltar que os fatos estabelecidos por Toedter são, quase exclusivamente, confirmados por sua própria memória. Deste modo,

Toedter pode dizer que nunca ouviu falar sobre os campos de concentração enquanto esteve na Alemanha, mesmo seu pai tendo trabalhado na Cracóvia, como uma prova de sua afirmação sobre as supostas razões a sustentar a perspectiva de que teria sido impossível que um acontecimento como o Holocausto pudesse ter ocorrido:

Diz o ditado que, para guardar segredo entre dois, só matando um. Eu vi inúmeros combatentes voltando do front para os curtos períodos de licença a que tinham direito. Se houvesse uma ação de extermínio de civis em desenvolvimento, um ou outro teria que ter tomado conhecimento, de uma forma ou outra. Mesmo que houvesse a mais severa imposição de sigilo, não é admissível, não seria próprio do ser humano, que alguém não confidenciasse alguma coisa para a esposa, a noiva, a namorada, a um amigo, num dos tantos momentos em que o represado tende a romper as mais resistentes barreiras. E o rumor teria se espalhado qual erva daninha. Não existe ambiente mais propício para o boato do que a guerra, quando todos estão ávidos por notícias. - Entretanto só veio a se falar em extermínio de judeus depois que tudo terminou.

Polônia, teoricamente um território hostil aos alemães. Ali Cracóvia, a poucos quilômetros de Auschwitz, segundo a promoção de Holocausto o maior centro do terror. Meu pai viveu e trabalhou durante anos em Cracóvia - até momentos antes da ocupação pelos soviéticos - e nunca falou de algo tenebroso que por lá estivesse acontecendo. E ele era um dos que escutavam as proibidas transmissões de rádio dos inimigos... (TOEDTER, 2001, p. 124).

Além disso, cabe ressaltar, embora Gagnebin diga em seu texto que a escolha de Benjamin seria uma escolha política a outra opção – cientificista e burguesa – também o seria e, no caso de Toedter essa escolha de que só existiria uma história que reconta o passado tal como foi é uma saída e tanto para ampará-lo na elaboração da defesa – que ele considera – do povo alemão; ora, se existe uma verdade dos fatos só pode ser àquela que Toedter viveu.

Agora, se pensarmos diretamente na forma de história que o pensamento de Benjamin nos apresenta – “apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo” – tanto as memórias de Toedter quanto dos ciganos, judeus, inclusive os judeus alemães, e outros grupos que sofreram as agruras da Guerra deveriam ser valorizadas o que seria um problema muito grande para Toedter construir uma narrativa que eximisse os nazistas da responsabilidade de seus crimes como o Holocausto e as execuções de Eslavos e outros grupos considerados “sub-raças” por eles. Então, de certa forma, podemos indicar que Toedter se comporta como um “escritor de história” escolhendo a forma de história que acredita poder reconstruir o passado tal como foi – principalmente pelo público ao qual se dedica a escrever e que o consome e concorda

com seus escritos. Diante do exposto, se pode afirmar que, como escritor, ele se comporta como um “fazedor de história”, mas que esgarçava o seu papel de testemunha.

Finalmente, em face disso tudo, resta ainda discutir o que consideramos como o aspecto principal da implicação social das obras de Toedter, e até mesmo das obras historiográficas em geral, que vem a ser o que Fernando Nicolazzi e Caroline Bauer caracterizam como “os usos públicos do passado”, isto é, as implicações dos argumentos e posições expressados por Toedter em suas obras e no que esses movimentos podem impactar o contexto social e político tanto em um nível geral, quanto em um nível mais específico (no caso dos historiadores). Será isto o que exporemos no terceiro capítulo.

3 OS USOS DO PASSADO E A OBRA DE NORBERTO TOEDTER

Como pudemos observar ao longo deste trabalho, vários aspectos das obras de Toedter estabelecem um discurso que busca concorrer, em nível de autoridade, com os historiadores e demais produtores da história (outras testemunhas, principalmente). Assim, neste capítulo analisaremos como Toedter apropria-se de seu testemunho e de outras obras históricas – e também daquelas que tentam se colocar como tais, mesmo não sendo, de fato, obras historiográficas. Isto ocorre, ao nosso ver, como uma tentativa de criar uma narrativa que rivalize com os usos do passado empreendidos por outros “fazedores de história” e, em particular, com as narrativas produzidas por historiadores acadêmicos. Deste modo, os usos que Toedter faz do passado integram um conjunto de discursos muito comuns à extrema direita e que visam a reabilitação de movimentos políticos deste espectro, como o exemplo da tentativa de reabilitação do nazismo através do falseamento da História e da negação do Holocausto.

Para iniciarmos tal discussão, nos debruçaremos sobre um aspecto muito importante na construção do conhecimento da historiografia e igualmente significativo para Toedter, tanto que até compõe o título de seu segundo livro: a “verdade”.

3.1 A “VERDADE” DE ACORDO COM TOEDTER

Em primeiro lugar, situaremos o leitor dentro de um aspecto bastante requisitado por Toedter em seus textos. Por diversas vezes, em seus textos ele requer que seja dita “a verdade”: por exemplo, uma das epígrafes em seu primeiro livro, *E a guerra continua...*, é extraída de (ou atribuída ao) literato alemão Johann Goethe, na qual se lê que “Ninguém pode fazer julgamento da História, senão quem experimentou História em si mesmo” (TOEDTER, 2000, p. 5). Supomos aqui que o “julgamento” da história seria acerca de sua veracidade ou não, visto que questões estilísticas ou quaisquer outras que fossem não teriam tanto interesse para o autor. Isto é, não existiria nada para além deste aspecto da veracidade ou não da história, aquilo que possuiria o aspecto mais interessante a ser julgado em um texto voltado para o passado histórico.

Além disso, Toedter busca ao longo de seu primeiro livro demonstrar como seu testemunho apresenta “divergências” com aquilo que seria o contraponto de seu trabalho,

ou seja, as obras de historiadores, professores de história, testemunhos ou ainda outros fazedores de história. Assim, seus textos reivindicam em várias passagens “a verdade”:

Então o que temos é uma tese sobre o papel da Alemanha no conflito bélico, denominado 2a. Guerra Mundial. Tese espalhada pelo mundo afora e amplamente aceita, até pelo próprio povo alemão de hoje, graças à sua constante e persistente propagação. Hoje não há livro de escola que não a endosse: A grande culpada pela matança havida foi a Alemanha.

Mas **a verdade pode ter sido outra**. É normal, e sempre foi assim, que após uma guerra prevaleça a verdade do vencedor, mas quando o vencedor se preocupa tanto e por tanto tempo em divulgar a “sua” verdade é lícito suspeitar de suas intenções e da própria. (TOEDTER, 2000, p. 58, grifos nossos).

Neste trecho, podemos notar como Toedter salienta que existiria outra verdade, baseando sua argumentação nos motivos expostos ao longo de todo seu primeiro livro. Como destacamos na página anterior, ele viria ainda a nomear sua segunda obra, de 2009, como *O que é verdade? – O outro lado da história*. Colocando como epígrafe o que ele alega ser um ditado húngaro, segundo o qual “A verdade às vezes submerge, mas jamais morre afogada” (TOEDTER, 2009, p. 5). Desta forma, mesmo que em um primeiro momento o título possa de algum modo parecer uma tentativa de diálogo com a historiografia e as “discordâncias” de Toedter sobre os escritos acerca da Segunda Guerra Mundial, já nas primeiras páginas fica clara esta ideia de que a “verdade” fora ocultada, por alguém ou por algum grupo e que ele tenta revelá-la para todos.

Toedter busca, assim, usar esta espécie de “insinuação” em seu texto para, ao mesmo tempo, colocar em dúvida a historiografia e colocar-se como a voz com “autoridade” para legitimar qual discurso é o correto – e esta autoridade lhe é “conferida” quase totalmente por seu papel de testemunha do conflito. Os textos de Toedter sugerem que a “tese dos vencedores” seria amplamente propagada e aceita pelo mundo todo, quase como uma repetição pura e simples. Porém, sabemos que o processo de construção da narrativa historiográfica não possui uma verdade “totalizante”: a historiografia incorpora em seu processo de construção várias verdades parciais e estas verdades não criam uma verdade absoluta. Ou seja, a construção da verdade objetiva histórica é um processo muito diversificado que passa por reinterpretações e que nunca se encontra “acabada” (SCHAFF, 1995, p. 277).

Deste modo, a princípio, nada impediria que a experiência testemunhada por Toedter fosse englobada por este grupo de verdades parciais da história. Porém, como aquilo que o autor relata em suas narrativas testemunhais não são o cerne de seus escritos,

esta característica é mais explorada por ele a fim de conferir autoridade a si mesmo e serem também as provas do contraditório apresentado por Toedter. Assim, a crítica da produção de Toedter não recai simplesmente sobre o testemunho do autor, visto que a parte mais importante da produção de Toedter visa negar processos como o Holocausto, reabilitar a imagem das SS e outros aspectos da história da Segunda Guerra Mundial ou, ainda, deslegitimar o conhecimento histórico construído. Vale destacar que, muitas vezes isso ocorre sem provas para além da própria autoridade do autor, ou com fontes extremamente questionáveis, principalmente a partir de seu segundo livro em que estas fontes são nomeadas nos textos⁴⁰.

É necessário também percebermos que existe uma noção de verdade que precisa que as outras vozes de testemunhas ou historiadores sejam consideradas como falsas, pois seu discurso vai claramente de encontro ao que falam os historiadores em diversos aspectos – não por acaso ele (n)os confronta tanto. Mas, cabe perguntar, qual o uso para esta noção de verdade que Toedter tenta construir e por que ela depende desse caráter excludente?

Para entendermos esta pergunta, temos que resgatar o fato de que Toedter recorre a muitos textos negacionistas, sem revelar os nomes de suas “fontes” no primeiro livro, por exemplo (embora seu texto já sustente argumentos comuns ao negacionismo histórico⁴¹). Nas obras seguintes, ele passou a, pelo menos, informar os nomes dos autores negacionistas por ele consultados.

Toedter os trata como pessoas que trariam a verdade à tona, mas, como afirma Vidal-Naquet, o que os negacionistas realizam deve ser considerado como “mentira-total” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 85). Não que Toedter realize exatamente o mesmo processo em seu texto, ou que tudo que tenha sido escrito por ele possa ser classificado como

⁴⁰ Existem várias passagens nas quais Toedter vai usar suas “fontes” para se contrapor ao conhecimento histórico. Exemplo disso se nota na passagem em que Toedter afirma, que segundo Victor Sukov, ex-oficial do serviço secreto soviético, Stalin estaria pronto para dominar toda a Europa e a Alemanha teria feito, na realidade, um grande sacrifício para livrar a Europa do jugo comunista (TOEDTER, 2009, p. 34). Vale mencionar também o capítulo no qual Toedter discorre sobre como membros da ordem dos “Iluminados” – os quais, diz ele, em boa parte eram banqueiros judeus – teriam financiado tanto Hitler, ainda que sabendo de seu ódio a pessoas de religião judaica, quanto Stalin (TOEDTER, 2009, p. 64-66).

⁴¹ Logo antes de Toedter escrever abertamente, em seu primeiro livro, que não acredita que o Holocausto teria ocorrido, ele declara: “Com o passar do tempo, a propaganda antialemã insistente e persistente não só atuava como lavagem cerebral, pretendida pelos seus autores, como também contribuiu para a geração de dúvidas quanto à consistência das acusações. Principalmente entre aqueles que preservaram em sua memória muito da realidade daqueles tempos. Surgiram os “Revisionistas”, querendo que esta parte da História fosse revisada e reescrita. Entre eles há autores e pesquisadores de diversas nacionalidades. Até mesmo judeus já publicaram sua opinião, de que a História não vem sendo bem contada [...]” (TOEDTER, 2000, p. 115).

“mentira”. No entanto, ao apoiar suas argumentações mais contundentes nestas obras negacionistas, a análise deve também se deslocar, focando não exatamente sobre literatura produzida no tocante à Segunda Guerra Mundial, mas antes sobre as mentalidades contemporâneas (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 34-35), uma vez que a empreitada de Toedter se dá muito mais como uma espécie de combate às narrativas e à historiografia sobre a Segunda Guerra Mundial do que como uma autobiografia em sentido estrito.

Deste modo, a primeira questão que nos surge neste momento é: se, como afirma a epígrafe do primeiro livro de Toedter, só poderia julgar a história quem “viveu história em si mesmo”, como seria possível Toedter não acreditar nas testemunhas que presenciaram os campos de concentração, o extermínio em Auschwitz, entre tantos outros fatos históricos?

A resposta, acreditamos, pode ser encontrada no próprio texto de Toedter. Ele procura reivindicar para seus textos uma espécie de busca por justiça, como apontado anteriormente. Mas isso só poderia ser possível através da exposição do que ele mesmo considera como “a verdade”. No entanto, tal condição, não é desprovida de contradições, como se nota a seguir:

Acabei de ser entrevistado [...]. Quando o assunto chegou à Segunda Guerra e seus desdobramentos, a certo ponto ela se mostrou perplexa: Mas o senhor não acredita que tenha acontecido do tal genocídio? À minha negativa, completou: Como não? Todos os historiadores confirmam... Pois é, eu disse a ela e digo agora aqui: **todos os historiadores que você conhece e que ACREDITAM que tenha acontecido.** Porém os que você conhece não são todos. Há outro tanto de opinião contrária, até baseados em pesquisas científicas, fato que os primeiros não podem apresentar. Só que estes outros não tem acesso a editoras, a livrarias, a(sic.) cátedras, à toda poderosa mídia. São até perseguidos por leis! Na República Federal da Alemanha houve em 2007 um total de 14.407 processos penais contra cidadãos que expressaram livremente sua opinião. Os livros com o relatório das pesquisas do engenheiro químico Germar Rudolf foram confiscados e ele está na cadeia. **ACREDITAR é uma coisa, SABER - que resulta de experiência própria, de pesquisas próprias, sejam elas históricas, químicas ou de outra natureza científica - é outra.**

Não se aleguem as conclusões do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg. Não foi militar nem internacional e muito menos um tribunal isento. É como se num processo litigioso de divórcio um dos litigantes fosse o juiz, ou, como se diz, como se a raposa cuidasse do galinheiro. **Há também os “testemunhos pessoais” que continuam proliferando,** isto porque as contestações não são divulgadas.

Efetivamente não se pode ter a pretensão de estar mudando opiniões simplesmente pelo que se escreve num blog. Mas, apesar do esforço de criar um rebanho de alienados humanos que se está fazendo através da TV, quero poder continuar contando com a CAPACIDADE DE

PENSAR do indivíduo, levantando dúvidas e sugerindo perguntas. (TOEDTER, 2010, p. 108-109, grifos nossos).

Aqui nos deparamos com uma afirmação muito reveladora sobre o pensamento de Toedter. Ele declara que suas pesquisas – e daqueles que corroboram com sua narrativa – são científicas, diferente daquelas que contradizem à “versão” em que ele acredita. Para efeitos de ilustração, Germar Rudolf⁴², químico ao qual Toedter faz apelo e defesa, escreveu um relatório no qual afirmava a impossibilidade da existência das câmaras de gás através de uma “análise” de química forense. Cabe ressaltar ainda que a afirmação de Toedter, ao tentar desqualificar os historiadores ao dizer que estes apenas “acreditam” que o Holocausto tenha acontecido, acabaria por desqualificar os trechos nos quais ele mesmo aponta que não acreditaria que o Holocausto tenha ocorrido se essa “lógica” argumentativa fosse aplicada (ao mesmo tempo, caberia perguntar a um autor como ele se os relatos de judeus que foram presos e testemunharam as execuções nos campos de extermínio não deveriam ser levados ao pé da letra, tendo em vista as bases do argumento por ele formulado).

Voltando a Germar Rudolf, ele era realmente químico a época da publicação de seu relatório (diferente do primeiro proponente de um relatório a tentar “desbançar” a existência das câmaras de gás e que confessou em juízo não ter nenhuma formação na área)⁴³. Porém, o próprio Rudolf escreve posteriormente que suas evidências não eram o

⁴² Vale ressaltar que Germar Rudolf publicara seu “Relatório sobre a formação e verificabilidade de compostos cianeto nas câmaras de gás de Auschwitz” em 1990 e por conta do uso não autorizado do nome do Instituto Max Planck de Stuttgart, para a retirada das amostras usadas para seu relatório, ele fora expulso do mesmo, onde trabalhara. Em 1994, Rudolf foi condenado à prisão na Alemanha por negação do Holocausto. Diante disso, fugiu para a Espanha, e depois para os Estados Unidos ainda no mesmo ano, e de lá continuou suas produções negacionistas. Disponível em: <https://antisemitism.org.il/germar-rudolf/>. Ainda em 1994, Rudolf publicou um texto intitulado “A controvérsia sobre o extermínio de judeus: uma introdução”, junto a uma coletânea de textos chamada “Fundamentos da História Contemporânea: um manual sobre questões controversas do século XX”, a qual ele mesmo organizara sob o pseudônimo de Ernst Gauss (MORAES, 2011, p. 11). Existem passagens em que Rudolf falsifica citações, entre outros artifícios, a fim de transmitir a ideia de que a narrativa negacionista do Holocausto seria considerada válida no meio acadêmico e também para, é claro, descredibilizar um acontecimento como o Holocausto. Rudolf somente veio a ser preso em 2004, depois de outras produções negacionistas além do “relatório” que envolviam até estes falseamentos citados por Moraes (2011, p. 11), algo que Toedter ou não sabe, ou engloba no termo “pesquisas”.

⁴³ Segundo Deborah Lipstadt, Fred A. Leuchter fora apresentado pelos negadores do Holocausto como um engenheiro responsável por construir e instalar aparatos de execução por gás em penitenciárias dos EUA. Leuchter fez uma “análise” através de amostras de cimento coletadas por ele mesmo nos campos de concentração de Auschwitz e Majdanek. Ele concluiu então que não haveria possibilidade de execução, com base em seu conhecimento de “expert”, de 6 milhões de judeus nas câmaras de gás. Mas, como lembra Lipstadt, nenhum historiador afirma que foram mortos 6 milhões de pessoas em câmaras de gás. As milhões de mortes decorreram da ação dos *Einsatzgruppen* e se deram em outros campos de extermínio, para além dos já citados. Posteriormente, soube-se que Leuchter nem mesmo era engenheiro químico, mas técnico e fabricante dos equipamentos de execução, sem formação em engenharia (LIPSTADT, 1994, p. 162-163).

suficiente para afirmar que o Holocausto não teria acontecido (GREEN, MCCARTHY, 1999). Não nos importa debruçar-se sobre tal relatório. Vale destacar, porém, que tal texto é mais um exercício retórico do que propriamente uma análise que comprove a inexistência do extermínio por gás (ele diz, por exemplo, serem impossíveis 6 milhões de judeus terem sido mortos em Auschwitz, algo há muito sabido a partir de muitos estudos. De fato, em Auschwitz perderam a vida algo em torno de um milhão de pessoas, sendo as demais mortas em outras localidades e não só pelo extermínio por gás, mas principalmente pela ação das SS) (GREEN, 1998).

Entretanto, mesmo o relatório tendo sido refutado, muitos negacionistas utilizam as afirmações nele contidas como se fossem uma prova válida da “inexistência das câmaras de gás”. Isto acontece porque os negacionistas realizam este empreendimento sem dialogar com os fatos em busca de uma “verdade”, mas sim com a intenção de agir e adquirir reconhecimento midiático, ou em seus círculos sociais, advogando em favor de uma versão alternativa a respeito do passado. Este discurso busca subverter fatos estabelecidos – como a existência do Holocausto – para apresentá-los como mentira e tornar seu discurso como a única verdade possível. Trabalharemos melhor esta questão na próxima seção deste capítulo.

Além disso, a própria afirmação de Toedter sobre a construção do conhecimento científico contradiz seu próprio discurso. Ora, existem muito mais pesquisas, trabalhos, testemunhos, provas documentais e análises contrárias (para não mencionar as análises das contradições dos textos que ele apresenta como evidências a sustentar suas afirmações, tal qual o espúrio relatório de Germar Rudolf ou a documentação sobre o julgamento de David Irving)⁴⁴. Acaso Toedter se debruçasse sobre o julgamento, as provas e a indicação das incoerências e até mesmo das claras mentiras proferidas Irving em sua “documentação”, a narrativa de Toedter seria insustentável. Iremos nos debruçar mais sobre estes aspectos na sequência do capítulo. Por enquanto, é preciso deixar claro que o movimento negacionista, ao contrário do que aparenta o texto de Toedter, não procura o diálogo com a ciência história, mas antes busca disputar a opinião pública e a memória a respeito da Segunda Guerra Mundial (VIDAL-NAQUET, 1988).

⁴⁴ Sobre o julgamento de David Irving, o livro “*The Case for Auschwitz*” de Robert Jan van Pelt detalha várias partes do processo analisando, e lembrando, diversas das provas que desbancaram as acusações de Irving de que Deborah Lipstadt estaria o “difamando” ao afirmar que ele seria um falsificador da história. Além desta obra, existem livros de autoria da própria Lipstadt que abordam o caso, bem como um filme de 2016, “*Denial*” (no Brasil, veiculado como “*Negação*”), que trata especificamente sobre esse julgamento.

Toedter, então, parece selecionar as provas de acordo com, ao que tudo indica, a concordância que estas teriam com suas memórias (ou, mais precisamente, com a narrativa produzida por ele que derivaria de suas próprias memórias). Não nos são apresentados quesitos a partir dos quais ele considera algo como “científico”. Isso é problemático ainda pelo fato de que sua experiência representa um aspecto muito limitado dentro de todo o contexto da Segunda Guerra Mundial que por si só envolveu diversos acontecimentos e batalhas que ocorreram por grande parte da Europa – lembremos que Toedter só passou a viver na Alemanha depois de 1942 e a ascensão dos nazistas ao poder havia se dado em 1933. Além disso, o texto de Toedter é muito ancorado na autoridade de testemunha que Toedter explora e arroga para si em seus livros. Ora, a testemunha tem como principal característica o uso da memória como balizador para suas afirmações, o que tem diversas implicações, como veremos a seguir.

Desta forma, devemos ressaltar o que diferencia a produção historiográfica do empreendimento que Toedter realiza fundamentalmente quanto à essa questão da verdade. O texto historiográfico é, como afirma Enzo Traverso, um relato que sempre estará ligado às regras de um ofício, de uma ciência que transforma a memória em um de seus objetos, colocando o passado “à distância”. Isto é, ela inclui a memória a sua análise, mas nunca se furtando dos arquivos ou de outros documentos como provas (TRAVERSO, 2012, p. 21-22). A verdade da memória teria caráter extremamente subjetivo, ficando ancorada aos fatos que assistimos, ou dos quais fomos atores, e às impressões que tivemos em relação a eles. Concomitante, a história, ao utilizar-se da memória como um objeto de estudo, se coloca a uma certa distância. A história não pode se submeter pura e simplesmente à memória; antes, deve respeitá-la, explorá-la e entendê-la, sem transformá-la em uma espécie de norma que delimita a escrita da história.

Enquanto a memória pode, para a testemunha, se tornar um aspecto central de um acontecimento (pois a remete a lembranças, sensações e experiências que são tão importantes e singulares que podem significar o ponto crucial de uma vida), o historiador deve ver essa memória como uma etapa do processo: ele deve ser capaz de inscrevê-la num contexto histórico global, tentar esclarecer suas causas, as condições, as estruturas e a dinâmica de conjunto. Ao mesmo tempo, não pode se eximir a apontar as suas contradições e armadilhas⁴⁵. Assim, o historiador deve aprender com a memória através

⁴⁵ Interessante apontar aqui a revelação do falsário Enric Marco que se dizia testemunha dos campos de concentração e fora desmascarado pelo historiador Benito Bermejo. Se trata de algo que Toedter, inclusive, utiliza em seus textos como uma das “provas” da perseguição alemã por ele defendida, já que “A única

desta análise factual, documental e objetiva para que o procedimento histórico possa ajudar a memória a tornar-se mais nítida e, pois, trazer luz sobre aquilo que na lembrança não pode ser reduzido aos fatos (TRAVERSO, 2012).

No entanto, o que Toedter executa em seu texto é, como já visto, um procedimento que se assemelha à escrita (acadêmica) da história, mas que se difere em um aspecto importante: Toedter usa seus textos, validados pela autoridade de testemunha, para desqualificar outras memórias e tentar tornar suas “hipóteses” em verdades absolutas. Muito importante aqui é observarmos que Toedter não quer (explicitamente) dialogar com os historiadores; afinal, seus textos visam dialogar com um público que o autor tem em mente, bem como reafirmar as ideias das quais faz uso, dentre elas, principalmente, a negação da existência do Holocausto. Daí que ele afirme que as “pesquisas” por ele consultadas disporiam de caráter científico, ao contrário dos “outros” historiadores, que meramente “acreditam” em versões. Finalmente, a título de exemplo, seria muito reprovável a um historiador querer desqualificar Toedter como testemunha naquilo que ele relata como tendo vivido, uma vez que existem os registros e as provas de que sua vivência na Alemanha a partir de 1942 tenha acontecido.

Assim, entramos aqui em duas questões principais: a primeira vem a ser o negacionismo que se nota nas obras nas quais Toedter se apoia para construir seu texto – e que são em muito o cerne de sua argumentação. A segunda seriam os usos do passado que se verificam tanto nestes textos negacionistas quanto, principalmente, os usos políticos do passado da própria narrativa construída por Toedter.

3.2 O NEGACIONISMO E AS REFERÊNCIAS DE TOEDTER

Desde a publicação de seu primeiro livro, Toedter diz “não acreditar” que o Holocausto tenha acontecido – uma afirmação que soa muito similar ao que afirmam os negacionistas do Holocausto. Por conta disso, não surpreende que muito do texto de Toedter recorra a argumentos que se assemelham às afirmações dos negacionistas. Toedter faz referência ao que ele chama de “revisionistas⁴⁶” em seu primeiro livro, mas não revela seus nomes. É apenas no segundo livro que ele passou a elencar os nomes de

pena que [Marco] sofreu por espalhar suas mentiras foi a perda dos cargos honoríficos. Já um alemão que questiona o holocausto vai para a cadeia. (TOEDTER, 2010, p. 109). No entanto, ressaltamos que o falso testemunho de Marco em nada implica em uma prova da inexistência do Holocausto, mas sim do processo de análise e de “ajustamento” a verdade dos fatos históricos.

⁴⁶ Ver páginas 43 e 44.

seus referenciais e então podemos ver que parte deles são negacionistas, de fato (casos, por exemplo, dos já citados Maurice Bardéche e Harry Elmer Barnes) (TOEDTER, 2009)⁴⁷. Além disso, também em seu segundo livro o autor cita pela primeira vez Leuchter (o primeiro a apresentar um relatório que afirmava que as câmaras de gás não teriam existido) (TOEDTER, 2009, p. 57) e seu, “sucessor”, o já mencionado Rudolf (TOEDTER, 2009, p. 56)⁴⁸.

Por fim, vale destacar que Irving surge em seu terceiro livro algumas vezes (TOEDTER, 2009, p. 137). Como o único dos principais negacionistas a quem Toedter cita que ainda não foi minimamente descrito neste texto, me debruçarei um pouco sobre a figura de Irving, visto que ele é também um dos nomes que mais levaram o negacionismo ao debate público. Irving é inglês e pode ser considerado um dos mais perigosos negacionistas do Holocausto, pois tinha algum conhecimento dos mecanismos históricos e, devido a isso, sabia muito bem como distorcer indícios, manipular documentos e alterar dados na tentativa de sustentar a mentira de que o Holocausto não teria ocorrido (LIPSTADT, 1994, p. 192)⁴⁹. Irving foi considerado por algum tempo um especialista na história da Segunda Guerra Mundial. No entanto, após ler o relatório de Leuchter, entrou definitivamente na empreitada negacionista: em 1977, escreveu um livro no qual dizia, entre outros, que Hitler não sabia e se soubesse não aceitaria o genocídio judeu. A partir de então, foi cada vez mais desacreditado pelos estudos acadêmicos até o derradeiro processo por ele movido contra Lipstadt e a decorrente derrota sofrida por ele no tribunal em 2000⁵⁰.

A partir disso, convém nos debruçarmos brevemente sobre este movimento que nega a existência do Holocausto para entendermos melhor de que modo as afirmações de Toedter se alinham com os discursos negacionistas, bem como analisar seus propósitos

⁴⁷ Ver página 86.

⁴⁸ Ver página 102.

⁴⁹ Como afirma Paulo Knauss, é necessário termos sempre em mente que existe uma ética que guia nossa produção historiográfica e que esta ética se localiza no próprio distanciamento que devemos estabelecer entre o objeto histórico e nós, sujeitos pesquisadores (KNAUSS, 2008, p. 146). Deste modo, o conhecimento histórico se constrói nesta relação entre os usos da história e a ética deste fazer historiográfico (KNAUSS, 2008, p. 146) – tanto é que, ao longo da História, podemos observar diferentes “relações”, análises e abordagens da historiografia com seus objetos de estudo. Assim, uma das características principais da ética de nosso ofício é a de que não podemos deixar de levar em conta os vestígios e fontes acerca do nosso objeto de estudo, muito menos negligenciá-los, adulterá-los ou falseá-los a fim de corroborar nossas hipóteses, procedimentos que alguém como Irving jamais observou em seus estudos. Por fim, podemos concluir que aquilo que afirmamos como conhecimento histórico é um fato, também, moral, e que esse é um dos motivos pelos quais a historiografia é constantemente reescrita a partir dos mesmos fatos e vestígios.

⁵⁰ Para tanto, consultar <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/holocaust-denial-key-dates>.

nesta construção para, finalmente, entender os usos políticos que a narrativa de Toedter faz do passado e suas implicações disso.

O negacionismo surgiu após a Segunda Guerra Mundial, inicialmente com Maurice Bardèche e Paul Rassinier e se “profissionaliza” a partir de 1978, com a fundação do *Institute for Historical Review*, nos Estados Unidos (CASTRO, 2015, p. 7). Os negacionistas agem oferecendo a seu público, basicamente, duas coisas: um pseudo-passado que apresenta informações falsas em que, durante o período do Terceiro Reich, não teria ocorrido nenhuma espécie de programa de exclusão e extermínio de indesejáveis, ou o assassinato industrial, ou mesmo os campos de extermínio (MORAES, 2011, p. 2). Os negacionistas procuram sempre tratar esta narrativa como um tipo de “interpretação” da história realizada nos moldes da produção historiográfica (MORAES, 2011, p. 3).

Os negacionistas ainda buscam para si a imagem de que seriam os legítimos interlocutores no campo das ciências sociais que se voltam para o nacional-socialismo, o Terceiro Reich e suas práticas (MORAES, 2011, p. 3), ou seja, acima de pesquisadores e cientistas que dedicam toda uma trajetória acadêmica em relação à temática. Movimento semelhante fica bem ilustrado na citação analisada anteriormente do texto na qual Toedter elenca quem seriam aqueles que sabem sobre história e aqueles que acreditam em algo⁵¹. Além disso, como afirma Luís Edmundo Moraes, o negacionismo seria:

uma variante propriamente intelectual dos movimentos de extrema direita do pós-Segunda Guerra Mundial que busca, por meio de uma literatura produzida para este fim, com aparência historiográfica, principalmente: defender e reabilitar o nacional-socialismo, o III Reich e seus líderes; provar a ausência de culpa da Alemanha pela deflagração da II Guerra Mundial e negar a existência dos campos de extermínio e do Holocausto nazista (MORAES, 2011, p. 3)

Este movimento pode ser notado ao longo da exposição do primeiro livro de Toedter – e em vários outros momentos também⁵². Sintomática é a passagem em que o autor tenta

⁵¹ Ver página 101.

⁵² Sobre esta questão, podemos indicar passagens no segundo livro de Toedter nas quais ele fala sobre a “intenção” de Stalin em atacar a Europa e como, de acordo com um autor citado por Toedter, a Alemanha conseguiu evitar que toda a Europa fosse dominada pelo comunismo (TOEDTER, 2009, p. 45-46). Também se enumera o capítulo em que Toedter versa sobre o *Mein Kampf* de Hitler – diante da possibilidade de ser, à época, passível de retornar a ser publicado – afirmando que, apesar do conteúdo do livro, Hitler mudara de posições e pensamentos para ascender ao poder (TOEDTER, 2009, p.73-75). Ou ainda, como exposto anteriormente, quando ele faz uma análise do “Protocolo de Wannsee” – documento a conter, pela primeira vez, instruções operacionais claras para o extermínio em campos de concentração –, questionando vários pontos a fim de fomentar a ideia de que o documento, conforme exaustivamente analisado, poderia ser falso (TOEDTER, 2009, p. 73-75). Já no terceiro livro, Toedter aponta que a utilização do termo negacionista ao que ele considera como revisionistas da história seria uma tentativa de “manter uma versão que não se

qualificar Hitler como um “produto de seu tempo” (TOEDTER, 2000, p. 48). Isso também se verifica na tentativa de Toedter em qualificar extremamente bem seu amigo que pertenceu às SS⁵³, ou a narrativa que responsabiliza o Tratado de Versalhes⁵⁴ pela Segunda Guerra Mundial, entre tantos outros.

Logo, o movimento negacionista visa, com seus discursos e afirmações extremamente contundentes, dar publicidade a estes discursos através de um mecanismo que se assemelha em partes a uma espécie de sensacionalismo que tenta emular uma discussão universitária: alguém apresenta uma hipótese monstruosa, como a não existência do Holocausto, e, pelos fatos deporem contra esta hipótese, o defensor dela usa como argumentos apenas o ataque à veracidade dos fatos históricos, tudo isso com o tom moral mais elevado possível, porém envolto em ares de um “trabalho científico”, a partir de institutos (como o *Institute for Historical Review*), eventos e publicações próprias (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 21). É interessante apontar aqui que um diferencial que se nota nos textos de Toedter envolve o fato de seus argumentos, por improcedentes que sejam (e para além da desmoralização das fontes históricas⁵⁵), se conjugarem com a posição dele enquanto testemunha do passado, o que adiciona autoridade à sua fala.

Nesses termos, o discurso apregoado por Toedter se alinha aos procedimentos comumente observados entre negacionistas. Quer dizer, há o objetivo, através de uma emulação do processo de construção de conhecimento da disciplina da História, de negar que o Holocausto tenha acontecido, e outros aspectos da política nazista também, numa tentativa de afirmar “que a imagem negativa do nazismo teria decorrido “exclusivamente de uma conspiração orquestrada pelo supostamente existente judaísmo internacional” (MORAES, 2013, p. 15-16). Aqui precisamos salientar que Toedter nunca deixa explícito que essa conspiração teria sido exclusivamente do judaísmo; porém, os judeus estão sempre presentes nas vezes em que seu texto faz referência a conspirações. Apesar disso, existe um momento já citado neste trabalho no qual Toedter deixa a entender que os banqueiros judeus – teriam inclusive financiado Hitler, mesmo sabendo de seu ódio e preconceito contra diferentes grupos da sociedade, inclusive aquele dos quais eles faziam parte⁵⁶.

sustenta” (TOEDTER, 2010, p. 26-28). Diz ele ainda o capítulo que a Alemanha não teria praticado uma “odienta discriminação racial” e nem teriam “os alemães se considerado uma ‘raça superior’ e que isso tudo seria uma “mentira deslavada” (TOEDTER, 2010, p. 45-47).

⁵³ Ver página 21.

⁵⁴ Ver página 13.

⁵⁵ Ver página 102.

⁵⁶ Ver página 45.

Sendo assim, o negacionismo então encontrou muito espaço e adesão. Como afirma Ricardo Figueiredo de Castro, a partir dos anos 1980 isso se deu por causa de diversos fatores: primeiramente, o enfraquecimento econômico da classe operária e dos sindicatos nos Estados Unidos e em parte da Europa, devido a uma crise do industrialismo que precarizaram as condições de existência desta classe. A cultura operária acabou também sendo bastante afetada pela indústria do entretenimento que crescia durante esta mesma época. Concomitantemente, as classes médias ficaram cada vez mais amedrontadas com as perspectivas de futuro e de não acesso às benesses do capitalismo o que os deixou mais suscetíveis a discursos alarmistas, xenófobos e autoritários. Ao que se soma o fim do “socialismo real”, que criou um vácuo político que foi preenchido pela direita neoliberal e que ataca o Estado de bem-estar social e fortaleceu estes processos (CASTRO, 2015, p. 7-8).

Vale destacar também que, nos anos 1980, diferentes partidos de extrema direita surgiram em diversos países e começaram a tomar espaços em diversos campos, principalmente adequando seus discursos e conseguindo se conectar com jovens, por exemplo, na música e no futebol (CASTRO, 2015, p. 8). Por fim, a internet e o surgimento do ciberativismo faz com que estes membros da extrema direita possam formar comunidades e se comunicar entre si em vários locais do mundo, bem como cooptar jovens e outras pessoas nas diversas comunidades da *web* (CASTRO, 2015, p. 8).

Existe ainda um último aspecto, o de que as teorias conspiratórias, no final do século XX, ganharam uma repercussão mundial. Esta cultura conspiracionista demanda uma maior quantidade destas abordagens “mistificadoras” da história, que frequentemente estão a serviço de uma ideologia, geralmente da extrema direita (CASTRO, 2015, p. 8-9).

Muitos desses pontos convergem com a narrativa de Toedter, em especial o recorrente uso das teorias conspiratórias, a presença dele na internet⁵⁷, entre outros já apontados. Nota-se, então, que Toedter realizou movimentos semelhantes aos dos negacionistas. No entanto, ele inova em seu primeiro livro ao dar o seu relato como principal estrutura que tenta desmontar os fatos históricos. Se trata de algo que não deixa de ser uma espécie de argumento moral, mas tem uma roupagem nova que pode ser muito

⁵⁷ Como apontado anteriormente, Toedter dispunha de alguma relação com outros sites, visto que ele concedeu entrevistas e permitiu que republicassem seus textos. Além disso, nos primeiros meses Toedter interagiu com leitores nos comentários de seus *posts*. Porém, ele proibiu os comentários devido a algum desentendimento – não fica claro o que teria ocorrido (TOEDTER, 2009, p. 49).

mais sedutora do que o simples confronto com os fatos históricos e os estudiosos da área da História.

Além disso, percebe-se que, em vários momentos da narrativa Toedter reclama um status de vítimas aos alemães – que teriam sido alvo de uma campanha difamatória⁵⁸, seja como vítimas de diversos reveses decorrentes da guerra, de desterramentos (TOEDTER, 2010, p. 14), de bombardeios (TOEDTER, 2000, p. 109), da violência, da fome, e outras formas de privação (TOEDTER, 2000, p. 110) etc. Porém, não existe nenhum motivo aparente para que este acontecimento não seja lembrado tal qual deveria, assim como a lembrança do Holocausto também o deve ser. No entanto, na escrita de Toedter o acontecimento do Holocausto parece ter que ser representado como uma mentira. Ou seja, isto sinaliza que não é necessariamente às vítimas dos bombardeios e da guerra que Toedter presta serviço quando escreve com um viés negacionista.

Na realidade, convém lembrar, este aspecto não diz respeito unicamente à historiografia em si, que tem diversos trabalhos analisando os mais diferentes documentos, testemunhos e fontes acerca da Segunda Guerra Mundial, mas também e principalmente, da questão relativa à memória e às políticas de memória de determinada sociedade, isto é, de como e do que a sociedade coloca para si própria. Isso envolve

o uso desse passado na construção de um futuro. Esse horizonte do devir projetado pela sombra do passado, reinterpretado, reinventado, é inerente aos processos de buscas memoriais e sua expressão política, o patrimônio, pensando aqui na memória como o processo de compartilhamento de representações sociais [...] (FERREIRA, 2011, p. 103-104).

Sobre esta questão, Andreas Huyssen aponta que as políticas de memória e as políticas de esquecimento levaram vários anos para a transformação do significado atribuído ao Holocausto, e de Auschwitz, como crime contra a humanidade no decorrer da história da própria Alemanha, e para que não fosse apenas visto como uma “aberração” criminosa. Esta memória pôde então, após essa mudança, fazer parte de um senso de responsabilidade da sociedade alemã e tomou forma em políticas que buscavam uma “educação para a democracia” dentro da sociedade (HUYSEN, 2014, p. 166). Nesse percurso, houve inclusive uma disputa entre a memória dos alemães como vítimas da invasão Aliada e dos bombardeios às cidades alemãs (defendido principalmente pela direita) e a memória de responsabilização do Holocausto. Huyssen afirma que está última

⁵⁸ Ver página 46.

posição se sobressaiu, pois cultivava reivindicações politicamente legítimas no sentido da construção de uma sociedade democrática (HUYSSSEN, 2014, p. 170).

Mesmo assim, a partir de 2002, com a publicação do livro *Der Brand* (O incêndio), de Jörg Friedrich, sobre os bombardeios nas cidades alemãs no decurso do conflito, esta discussão foi reacendida. Em épocas mais recentes, como ressalta o autor, a questão desta memória não era mais um tabu tão grande – podemos considerar que o “momento mais crítico” para uma disputa entre essas memórias já passou. Em suma, embora ainda houvesse alguma disputa sobre a memória deste passado, ela não tinha mais a mesma carga que no pós-guerra. No fim das contas, como ressalta Huyssen, o tempo dirá como essa memória irá repercutir, mas é inegável que existem questões espinhosas a serem tratadas dentro destas rememorações (HUYSSSEN, 2014, p. 171).

Aqui, a ausência da “desnazificação” educacional para Toedter parece se fazer notar nas obras dele pois, para além de simplesmente uma disputa sobre qual memória seria mais importante, o autor sempre dialoga no sentido de tratar o Holocausto como falsificação da história e não como uma disputa acerca da “importância” dentre estas memórias traumáticas para o povo alemão. Existe a possibilidade de que a ausência desse processo na vida de Toedter tenha contribuído para esta crença da falsidade da história e que o autor visse nestas teorias conspiratórias uma explicação. Ou, pelo contrário, Toedter seria um empreendedor consciente desta falsificação da História. Infelizmente, não temos elementos suficientes para afirmar com certeza qualquer uma das duas afirmações. Porém, é inegável que o posicionamento e a escrita de Toedter suscitam interpretações e denotam determinados usos do passado (e, principalmente, do pseudo-passado) que podem ser muito perigosos.

Com isso, nos dirigimos para a questão final deste trabalho. Apesar de já sabermos que o negacionismo é em si um movimento de extrema direita e que sua intenção seria de reabilitar o nazismo, por outro lado temos esta discussão da necessidade de lembrar eventos traumáticos da Guerra também por parte daqueles alemães que foram vitimados. Pensando nisso, convém interrogar sobre quais seriam os usos do passado que Toedter tenta promover e qual a implicação disto e das narrativas construídas por ele para a historiografia e para a sociedade em geral.

3.3 TOEDTER E O PASSADO: MODOS DE USAR

O passado tem sido usado desde sempre, seja por historiadores ou quaisquer outras pessoas. Porém, como afirma Pierre Nora, nas sociedades contemporâneas o passado tem sido mantido também nos *lugares de memória* (NORA, 1993). Estes lugares de memória distinguem-se das sociedades tradicionais que apenas “vivem” esta memória e justificam várias de suas atitudes através de seus mitos e da lembrança dos seus antepassados (NORA, 1993). Os *lugares de memória* tratam de localizar o passado em museus, bibliotecas, arquivos, catálogos, datas, festas e comemorações (NORA, 1993). Porém, eles inauguram, também, uma *topolatria* e uma grande obsessão comemorativa. Estes lugares, portanto, acabam por tentar sacralizar a memória (TRAVERSO, 2012, p. 10).

Vemos assim que os usos do passado ocorrem no presente e através dos tempos, pois é no presente que o passado se define, seja “vivendo” através desta “justificativa” da memória ou mesmo selecionando quais serão os *lugares de memória* de determinada sociedade. O passado não é dado, mas sim construção atualizada do presente (KNAUSS, 2010, p. 10).

Assim, estes usos do passado não são estáticos, mas sim algo mais “fluido” e estão sempre em disputa para dar significados e entendimentos ao presente. Através dessa disputa, acabam se produzindo as imagens sociais do passado:

Os modos de produção e, particularmente, os meios de produção de uma imagem social sobre o passado, dos textuais aos iconográficos, são eficazes na medida em que são socialmente reconhecidos como passado, ou seja, como narrativas verdadeiras sobre um tempo passado, e são apropriados socialmente. Sendo assim, a memória socialmente legítima não pode em momento nenhum ser divorciada de seus processos de construção sociais e culturais e das condições simbólicas que permitem que uma narrativa sobre o passado seja reconhecida como verdadeira e outra não (NICOLAZZI; BAUER, 2016, p. 3).

Estas construções vão ser disputadas e seus diferentes usos implicam nas maneiras e nas políticas que ajudam a interpretar a nossa realidade e o nosso dia a dia.

A relação entre os usos do passado e a construção da narrativa historiográfica pode ser levada em conta, também, uma relação de conflito – mas também de convergência, de tal modo que, apesar de muitos historiadores considerarem esta relação como uma oposição pura e sem a capacidade de uma aproximação entre elas (GALLERANO, 2007, p. 87), uma vez que muitos destes *lugares de memória* se amparam, obviamente, na memória, e a história e a memória têm suas diferenças e um dos principais mecanismos da história é realizar a análise crítica da memória.

História e memória nascem de uma mesma preocupação, qual seja, a elaboração do passado. No entanto, Traverso sustenta que existe uma “hierarquia” entre elas: a história seria um relato do passado escrito de acordo com as regras e métodos de um ofício. A história liberta-se, portanto, da memória ao se distanciar dela e tratá-la como um passado em si – a história tenta assim, responder às questões suscitadas pela memória. Diferente da memória que reifica e justifica atitudes, políticas e pensamentos no presente, a história nasce da memória, mas, ao adotar uma postura autorreflexiva, transforma a memória em um de seus *objetos* (TRAVERSO, 2012, p. 21-22).

Este constante diálogo, e tensão, entre história e memória serve, para o historiador, como lembrete de sua função, como ressalta Traverso:

Se pode haver uma singularidade absoluta da memória, a da história sempre será *relativa*. Para um judeu polaco, Auschwitz significa qualquer coisa de terrivelmente único: o desaparecimento do universo humano, social e cultural onde nasceu. Um historiador que não consiga compreender isso jamais conseguirá escrever um bom livro sobre a Shoah, mas o resultado da sua pesquisa também não seria melhor se concluísse – tal como fez, por exemplo, o historiador norte-americano Steven Katz – que o genocídio judaico foi o único da história (TRAVERSO, 2012, p. 28, grifo do autor).

Assim, estas tensões deságuam nos usos que se fazem do passado e o encontro entre a memória e a história gera uma terceira instância: a *consciência histórica*. Este aspecto, ou a falta dele, fica explícito, por exemplo, nas análises que os chamados historiadores alemães da geração da *Hitlerjugend*, que nasceram entre os anos de 1925 e 1930 (Martin Broszat, Hans Mommsen, Andreas Hillgruber, Ernst Nolte, Hans-Ulrich Wehler etc.) propuseram ao escreverem a história da vida cotidiana sob o nazismo (*Altsgeschichte*), em que as vítimas do nazismo desaparecem (TRAVERSO, 2012, p. 42). Desta forma, ao invés de uma história que compreenda o período e que construa esta consciência sobre o contexto histórico, esta historiografia se torna portadora de uma narrativa histórica que não problematiza a memória e torna-se quase apologética desta. Como destaca Traverso sobre narrativas dos historiadores da geração da *Hitlerjugend*, a afirmação de que os soldados alemães que resistiram ao avanço das tropas soviéticas o fizeram por temer pelas suas vidas e pelo receio da vingança dos soviéticos contra a população alemã, sem levar em conta que esta mesma resistência fora também um fator fundamental para que os campos de concentração e as deportações pudessem continuar a acontecer durante os períodos finais da guerra, causava uma limitação a uma percepção mais global do

contexto histórico e da própria complexidade da realidade da Segunda Guerra Mundial (TRAVERSO, 2012, p. 43).

Diante de um cenário como este, precisamos perceber que, dado que o historiador não trabalha isolado (longe do mundo e dos sentimentos e ideologias de sua época), não é também desejável que ele negue suas paixões e a sua própria memória e nem é possível que ele se desligue dos aspectos ligados à sua própria criação e à estrutura na qual foi ensinado. É desejável, portanto, que ele saiba pôr à distância esta memória e estas questões e as inscreva em um contexto mais vasto do que apenas aquele derivado de sua experiência. É assim que o historiador deve agir neste trabalho de *transferência* da memória à história, através desta consciência do trabalho de escolha, da abordagem e do tratamento do seu objeto de pesquisa (TRAVERSO, 2012, p. 40-41). Este deveria ser, então, o modo de uso do passado por parte do historiador no exercício de tal função.

A memória, por outro lado, é qualitativa, singular, e não necessita se preocupar com comparações, com contextualização ou com generalizações. Quem transporta a memória não precisa apresentar provas. Uma testemunha quando presta seu relato será sempre considerada como verdadeira – desde que este relato não seja uma mentira consciente. Ou seja, uma vez que seu caráter é subjetivo, a memória nunca é cristalizada e está sempre em contínua operação. A memória é, assim, esta construção, sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente e por novas experiências que se sobrepõem às anteriores e influenciam neste ato de recordar (TRAVERSO, 2012, p. 23).

Assim, história e memória atuam sempre neste campo de tensão, mas não são, necessariamente, opostas entre si. Apesar de o historiador ser devedor da memória, é pelo fato de ele operar a memória a partir de uma visão “ampliada” que ele pode auxiliar na formação de uma consciência histórica e uma *memória coletiva* (que seja plural e conflituosa, e que englobe vários diversos grupos pertencentes a dada sociedade) (TRAVERSO, 2012, p. 51). Diferente assim da relação e o uso que a memória faz do passado, que por ser subjetiva pode resvalar no perigo de ser apologética e cristalizar determinado aspecto do passado como intocável ou incapacitar um certo passado à crítica.

Tendo estes aspectos sido apontados, precisamos entender que ambos os usos do passado – seja por parte da memória ou da história – têm suas implicações políticas e que uma memória que se torna política pode ter diversos problemas na sua apropriação. Igualmente, em sua historicização há sempre diversas questões atuais em qualquer que seja o caso. Sobre esta questão, é interessante ver o uso político da memória do Holocausto nas lembranças de seus sessenta anos nas quais

O Holocausto funda assim uma espécie de teodiceia secular que consiste em rememorar o mal absoluto para nos convencer que o nosso sistema encarna o bem absoluto. Nos dias seguintes, durante uma emissão de rádio, num programa de manhã de domingo, com uma grande audiência, um politólogo francês repetiu várias vezes que «Auschwitz não é Guantánamo». Auschwitz não é Guantánamo: a insistência em sublinhar tal facto, evidente e incontestável, levanta uma interrogação. Fica-se com a impressão que para alguns a comemoração da libertação dos campos de Auschwitz seria uma boa ocasião para demonstrar que, no fundo, Guantánamo não é assim tão grave. Ora, não se trata de estabelecer uma homologia entre Auschwitz e Guantánamo, mas sim de questionar se depois de Auschwitz podemos tolerar Guantánamo ou Abu-Ghraib, se não existe algo de indecente no facto de serem precisamente os responsáveis por Guantánamo e Abu-Ghraib que nos representam durante uma cerimónia consagrada às vítimas do nazismo. (TRAVERSO, 2012, p. 111).

Para que se entenda, em nenhum momento, neste exemplo citado, à memória do Holocausto é posta à prova (diferente dos textos do autor por nós analisado), no entanto seu uso político é, digamos, reprovável para nós, no sentido de não promover um real debate sobre a realidade, mas sim tentar promover uma falsa homogeneização da sociedade, que impossibilita a problematização e o questionamento destes aspectos que buscam criar uma política de, neste caso, minimização de questões sociais importantes.

Vemos neste exemplo um uso político do passado, senão dois, o uso do discurso que busca homogeneizar a imagem dos diversos líderes do mundo que se mostram como diferentes da barbárie nazista e, com a análise de Traverso, o questionamento de se em um mundo em que o nazismo fora derrotado ainda é possível a existência de prisões como Guantánamo e Abu-Ghraib, onde prisioneiros foram abusados e humilhados.

Estes dois usos deste mesmo passado nos mostram que, todo uso possível do passado é sempre imbricado de uma noção de história própria aos seus respectivos utilizadores, tal qual afirmam Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi estes dois usos implicam uma noção e um entendimento de história próprios. Desta forma, pensar os usos que Toedter faz do passado implica também em um entendimento da história que nos permite entender melhor este uso, como veremos.

Partindo da premissa já apontada de que o negacionismo não é um discurso sobre o passado, mas sim um pseudo-passado – um falseamento da história –, cabe discorrer sobre qual seria este entendimento de história e qual o uso do passado que Toedter busca fazer de acordo com o que expusemos até aqui.

Logo, ao explicar os usos do passado feitos por Toedter, temos também uma visão e um entendimento de história por parte dele, tal qual pudemos notar na citação em que

ele explica, no entender dele, a diferença entre saber e acreditar⁵⁹. O autor nutre uma visão da história que é completamente excludente, no sentido de não haver outras versões possíveis – ou pelo menos é este tipo de história que ele teria de usar para que as partes negacionistas de sua narrativa fossem aceitas. Desta maneira, longe de Toedter almejam, ao expor sua história, fazer parte da narrativa historiográfica como mais um adendo dela (dentro da pluralidade e da complexidade que é necessária à história, para tentar criar um relato sobre o real vivido que não ignore os vestígios contidos nas mais variadas fontes), ele pretende transformar a história em uma versão de um viés único, ao sustentar o velho clichê de que a história da Segunda Guerra teria sido escrita somente pelos vencedores. Assim, ele alega que subverteria esta suposta lógica que ele diz permanecer em vigor ao construir uma outra narrativa baseada apenas em discursos que corroborem sua narrativa acerca da Segunda Guerra Mundial.

Quando nos debruçamos sobre a obra de Toedter, podemos verificar que existe um aspecto duplo nela no que diz respeito aos usos do passado. Primeiramente, Toedter cria uma narrativa – para além de seu testemunho – que emula um texto historiográfico em alguns aspectos. Como visto no capítulo anterior, se trata de um artifício que, principalmente em seu primeiro livro, evidencia um uso específico do passado e busca, através de uma representação do imaginário social relativo aos imigrantes alemães, mostrar uma espécie de “germanidade” estática, como se houvesse uma unívoca ideia de identidade do “povo” alemão, algo essencialista. Isto pode ser percebido, por exemplo, quando Toedter fala sobre a figura do camponês *Deutscher Michel* (TOEDTER, 2000, p. 20-21) e que tal encarnaria a representação do povo alemão: “a interpretação que mais se manteve foi mesmo a de um sujeito que não fala outras línguas (latim, grego e mais tarde francês ou espanhol), que não se interessa pelo que acontece além das fronteiras, inábil comercial – e politicamente. Em suma: um ingênuo” (TOEDTER, 2000, p. 20).

O autor vai se ancorar neste estereótipo para além de empregá-lo como um recurso retórico. Se os alemães eram “simples, inábeis politicamente e ingênuos”, jamais poderiam ter perpetrado algo tão terrível quanto os massacres da Segunda Guerra Mundial. Portanto, Toedter o utiliza como recurso de identificação com seu público-alvo (ou leitor presumido). Ao recorrer a esta forma de representação, estabelece-se certa coerência à narrativa, o que talvez estimulasse uma maior identificação, por parte dos leitores, em relação às ideias defendidas por ele. Toedter é filho de imigrantes alemães;

⁵⁹ Ver página 101.

os imigrantes alemães que viviam no Brasil eram também trabalhadores, camponeses, simples e assim por diante. Logo, não seria justo acusá-los de nazistas (embora a narrativa de Toedter em nenhum momento pareça indicar os reais culpados pelo conflito armado, exceto quando se baseia em teorias conspiratórias e chega em grupos de grandes poderosos que, impreterivelmente, são compostos por judeus – mas não totalmente –, como Toedter sempre assinala).

Sendo assim, Toedter lidou com elementos comuns a determinado imaginário social. O conceito de “imaginário social” diz respeito a um conjunto de representações através das quais uma coletividade elabora dada imagem de si, estabelecendo a distribuição de papéis sociais e até mesmo construindo certos códigos de “bom comportamento”. Através destas representações, pode-se produzir uma representação totalizante da sociedade como uma espécie de “ordem” na qual cada elemento encontraria seu determinado “lugar” e sua razão de ser (BACZKO, 1985, p. 309). A representação seria, então, o meio pelo qual os elementos que pertencem ao imaginário de uma sociedade seriam transportados do universo simbólico para o mundo social, de forma que este “conjunto de classificações, divisões e hierarquizações [...] definem a compreensão do mundo social a partir de orientações dos grupos ou classes sociais, ou suas frações, variáveis de acordo com a posição de cada um em determinados espaços da sociedade” (MAGALHÃES, 2016, p. 94).

Tendo isso em vista, pode-se afirmar que Toedter usa as representações como um elemento classificador que também serve como ferramenta para o reconhecimento de seu público: “não era o *Deutscher Michel*, o Miguel Alemão, conhecido por algumas virtudes, como competência, honestidade, operosidade” (TOEDTER, 2000, p. 156). Para além da própria nacionalidade como um elemento comum, somam-se a característica testemunhal de Toedter, que como vimos ganhara muita evidência socialmente a partir de 1970 (a chamada era da testemunha). Ainda, uma análise extremamente apologética do governo e da política nazista: a invasão de diferentes territórios europeus por parte do exército alemão se dera, segundo Toedter, devido a população daquela localidade ser, em parte pelo menos, etnicamente alemã (ao mesmo tempo em que o autor rememora a ideia de recuperação econômica produzida pelo Partido Nazista na Alemanha à época). A justificativa de que Hitler nada mais era, afirma o autor, do que um produto de seu tempo (o ódio aos judeus que já existia anteriormente, o ódio às condições impostas à Alemanha que existia antes da chegada ao poder por parte do Partido Nazista, situação que inclusive pode ter influenciado na vinda de vários imigrantes alemães para o Brasil). Estas questões

todas podem configurar elementos para o reconhecimento do público e podem atuar como representações do imaginário social. Além disso, a ideia de que os judeus foram perseguidos historicamente não sendo uma exclusividade do nazismo, ou que o nacionalismo estava em voga inclusive no Brasil (TOEDTER, 2000). Todos estes elementos criam um discurso no qual o nazismo aparenta não ter nada de muito diferente daquilo que já acontecia à época em outros lugares do mundo.

Podemos somar a isso, ainda no primeiro livro, um certo ar de sensacionalismo⁶⁰ – por exemplo quando Toedter discorre sobre a injustiça que os alemães sofreriam por conta da constante lembrança da memória do Holocausto:

Complementando este raciocínio, é interessante lembrar que nunca antes se tentou responsabilizar um povo inteiro pelos desatinos de seus governantes ou representantes. Acabo de escrever esta frase e me recordo que não é consistente. Houve um caso sim: Os judeus foram responsabilizados pela morte de Jesus (TOEDTER, 2000, p. 122).

Por fim, Toedter promove estes usos do passado, através destas representações sociais (que não dizem respeito à realidade do passado na amplitude que a historiografia busca estudar, mas que ressoam mais facilmente em grupos que partilhem de representações semelhantes com àquelas que Toedter constrói em seu texto) e o faz de uma forma a fortalecer uma certa narrativa que é comprovada por ele através de seu próprio testemunho. Ainda vale ressaltar que Toedter repetidamente utiliza alguns aspectos reais do passado de forma a abrandar qualquer característica que possa ser considerada “problemática” do regime nazista – como apontar que o Brasil também era “nacionalista” à época da Segunda Guerra Mundial (TOEDTER, 2000, p. 17).

Na sequência, seus dois próximos livros assumem uma característica de crônicas esparsas sobre assuntos aparentemente mais diversos, mas que versam quase sempre sobre denúncias de crimes dos Aliados, conspiração, elogios ao exército alemão e denúncias contra a ausência de liberdade de expressão, ou a ameaça desta, em relação aos negacionistas, o que pode indicar que, a partir do momento que Toedter já estabelecera seu público, ele viria apenas a reforçar sua narrativa através de uma espécie de complementação ao que ele consideraria serem as provas presentes em seu primeiro livro.

Frente a isso, devemos levar em conta que outro aspecto: uma eventual apropriação, por parte de negacionistas, da maneira como escritores como Toedter se

⁶⁰ Este ar de sensacionalismo parece ser decorrente ao ar de denúncia/acusação que Toedter tenta apresentar em seus textos.

utilizam do passado histórico⁶¹: conforme já assinalado, na condição de testemunha que vivenciou parte do conflito residindo na Alemanha em guerra, Toedter arroga para si alguma autoridade para discorrer sobre esse passado, sobre processo histórico em específico. Mas o faz de forma a colocar-se completamente em oposição ao conhecimento histórico construído, inclusive acerca daquilo que não vivenciou pessoalmente, ao que parece, durante a época da guerra (caso da negação da ocorrência do Holocausto). Toedter parece ser uma figura um tanto quanto distinta no grupo negacionista, pois detém uma autoridade de testemunha e procura construir para si uma imagem de isenção, mesmo imparcialidade, como alguém que afirma não ter mantido relação com o Partido Nazista, para além da instituição a qual obrigatoriamente foi vinculado em sua adolescência em solo alemão⁶².

Como afirma Moraes, o fato de um negacionista conseguir não ser identificado inicialmente como um militante de tal movimento pode ser considerado o bem mais valioso para que ele pudesse ganhar certa relevância pública (MORAES, 2013, p. 11-12). Assim, o fato de Toedter não ser rotulado como um militante negacionista, mas antes como uma testemunha da história, tornou possível que ele divulgasse junto ao público posições negacionistas e, pois, estimulasse alguma aceitação do público leitor em relação à sua obra.

Refletir sobre esta intencionalidade ou não de Toedter como um ativista do negacionismo parece-nos importante, uma vez que envolve o questionamento a respeito da própria construção narrativa de Toedter. Quer dizer, se tratava de algo que resultava de uma tentativa deliberada de angariar mais adeptos a este discurso, que em última instância incentiva o ódio aos judeus e uma apologia ao nazismo e seus métodos, ou é fruto do discurso de uma pessoa que realmente acredita em toda esta narrativa de complô, culpabilização e vitimização do dito “povo alemão” e que, portanto, almeja uma espécie de “justiça para a memória” e para aqueles que Toedter define como “vítimas”, isto é, os “alemães” em sentido o mais genérico possível. Afirmar categoricamente qualquer coisa, frente às provas e vestígios que temos, nos parece perigoso.

⁶¹ Vale ressaltar, porém, que não conseguimos identificar a presença da narrativa de Toedter em outros livros que se proponham a debater em um nível público, com exceção de alguns blogs de extrema direita presentes na internet, do modo como os livros negacionistas faziam ao tentar se colocar como uma narrativa mais autorizada no debate público e disputar a narrativa em um cenário diferente e que possa atingir um número muito maior de pessoas, como o livro de Rassiner, *A mentira de Ulisses*, entre outros exemplos.

⁶² Não há como afirmar se, em algum momento, Toedter soube que seu pai havia tomado parte no Partido Nazista no Paraná. As informações sobre Carlos Toedter nos arquivos do DOPS nada dizem além de ele ter sido fichado por “atividades nazistas”. É somente no dossiê “Atividades Nazistas no sul do Brasil e Alfred Andersen” que encontramos descrição de qual teria sido a participação do pai de Toedter no partido.

No entanto, uma possível ferramenta para analisarmos esta questão da intencionalidade por trás dos discursos negacionistas reside no trabalho do psicólogo Israel Charny, que elenca uma série de pontos para a análise de discursos de negação de genocídios, por exemplo. Os promotores desses discursos seriam “negadores inocentes” e, tal qual ressalta Charny, deveriam ser responsabilizados de uma forma mais branda no caso da veiculação dessas ideias ou, antes, seriam agentes que negariam propositalmente essas ações genocidas com fins políticos? Nesse último grupo, também se encontraria uma subcategoria de “negadores” apoiadores da extrema direita e daqueles que desejassem por um ponto final em uma possível rusga, ressentimento ou divisão na sociedade, relativas à rememoração de determinados acontecimentos e à responsabilização “excessiva” dos algozes (CHARNY, 2000).

Quanto às categorias analisadas por Charny, primeiramente iremos focar naquela por ele classificada como *Negação inocente” dos fatos de um Genocídio* (CHARNY, 2000, p. 22). Aqui, encontramos práticas com as quais Toedter parece se alinhar à primeira vista, como no caso da falta de conhecimento acerca de fatos básicos do evento genocida. Por exemplo, Toedter alega que o vizinho de sua esposa havia se dirigido ao campo de concentração, mas voltara (TOEDTER, 2000, p. 122), aparentando não saber que nem todos os campos de concentração eram de extermínio ou a insistência de que aquele “povo alemão” seria bom e, logo, incapaz de tal ato genocida.

Mas, ao mesmo tempo, Toedter pode ser pensado dentro da categoria de “negação por interesse próprio”: no caso, para isentar o povo alemão, do qual ele diz fazer parte, que sofreria perseguição no entender dele. O mesmo pode ser dito sobre a insistência em negar que casos de assassinatos em massa não configuram verdadeiramente um genocídio⁶³, mais uma das categorias de Charny, uma vez que Toedter “não acredita” que o Holocausto tenha acontecido, mas que excessos às vezes poderiam ter ocorrido. Ainda, é necessário analisar se Toedter adere ou não à linha de um partido ou grupo preconceituoso: Toedter se alinha aos discursos e inclusive cita autores abertamente pertencentes a grupos negacionistas que se colocam como “pesquisadores”, tais como Germar Rudolf, David Irving, Maurice Bardéche, Paul Rassinier, entre outros, muito

⁶³ Caso ilustrado por afirmações genéricas, tais como: “é claro que pessoas morreram, eram tempos de guerra, e existiram algumas atrocidades, mas não um genocídio” (CHARNY, 2000, p. 22). O exemplo trazido por Charny se assemelha muito a algumas das frases escritas por Toedter, como a afirmação de que existiriam “psicopatas” em qualquer nacionalidade, mas não a ponto de recrutarem carrascos para matar 6 milhões de pessoas (TOEDTER, 2000, p. 112-115).

utilizados por negacionistas e que aderiam à linhas de extrema direita de diferentes partidos.

Finalmente, resta-nos pensar se o ato/afirmação de “não negar” o Holocausto, mas sim “não acreditar” que ele tenha acontecido, ao lado da publicação de livros impressos e de um blog, podem ou não ser considerados “propaganda explícita do negacionismo”. Aqui devemos notar que, mesmo se se tratar de uma “negação inocente” (nos termos de Charny), Toedter não só fez propaganda no primeiro livro como seguiu dessa forma nos demais livros, ampliando inclusive seu campo de atuação com a internet, em um esforço para divulgar suas ideias negacionistas, configurando mais uma das categorias já mencionadas. Outro aspecto que pode sinalizar a consciência da negação de Toedter, ao contrário do que poderíamos chamar de uma “dúvida genuína”, é a pertinência do mecanismo que Toedter utiliza para não dizer explicitamente que ele nega que o Holocausto tenha acontecido e a proximidade temporal que o uso deste mecanismo tem com a condenação de um autor como Castan.

Assim, se aplicada a escala de Charny, Toedter marcaria pelo menos cinco em um total possível de sete pontos, em que um ponto seria um nível muito grande de provável inocência na negação, enquanto os sete pontos correspondem a uma negação consciente acerca da falsidade da narrativa negacionista formulada. E, com bases nestas categorias elencadas por Charny, poderíamos ter uma ideia se, de fato, a intenção de Toedter é ou não “inocente” ao negar o Holocausto: ao atingir cinco pontos na escala, Toedter teria grandes chances, dentro do escopo criado por Charny, de disseminar uma negação consciente (CHARNY, 2000).

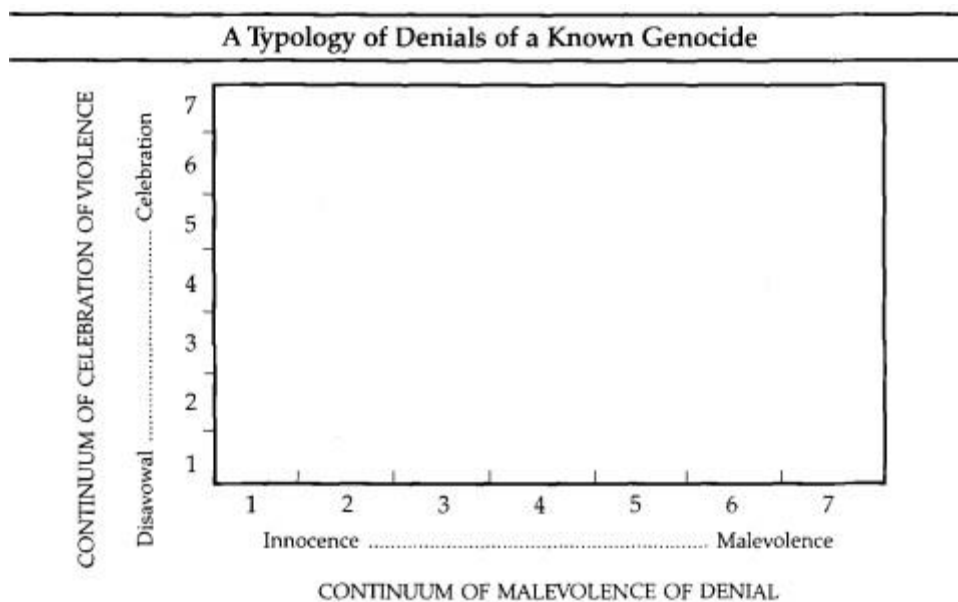


Figura 5: Tabela ilustrativa dos conceitos de Israel Charny (CHARNY, 2000, p. 26)

A categoria seguinte na qualificação feita por Charny abarca o que o autor chama de “*Repúdios inocentes da violência a celebrações da violência*” (CHARNY, 2000, p. 23). Dentro deste grupo existiriam, por exemplo, àqueles que dizem ser contra qualquer tipo de violência, algo que não aparece nos escritos de Toedter – inclusive, ele destaca muito como era necessário combater os comunistas e Stalin (TOEDTER, 2009, p. 31-33)⁶⁴. Uma das categorias em que Toedter poderia ser enquadrado é aquela que Charny define como *uma perspectiva histórica para clamar por perdão e paz agora* (CHARNY, 2000, p. 23) no exato sentido que Toedter faz ao clamar para

que cesse a discriminação de todo um povo; que sejam sempre lembrados todos os 40 ou 50 milhões de mortos e outro tanto de mutilados, os orfãos, os enviduados, todas as vítimas daquela insana carnificina e não apenas aquelas que pertenciam a determinado segmento religioso (TOEDTER, 2000, p. 158).

Além deste ponto, também existe dúvida se Toedter se enquadraria ou não no quesito do “*Preconceito, intolerância e justificativas para o destino mortal das pessoas vitimadas envolto em uma aparente filosofia democrática*” (CHARNY, 2000, p. 23). Toedter não parece fazer isso deliberadamente, até porque em sua narrativa ele diz não acreditar que o Holocausto tenha ocorrido. Portanto, a negação da existência de um “destino mortal” em relação aos processos históricos relativos à Segunda Guerra Mundial não permitiria

⁶⁴ A citação é só um dos possíveis exemplos. Vários trechos das obras de Toedter, quando se referem ao comunismo ou a Stalin, são frontalmente agressivas.

enquadrá-lo nesse ponto. Porém, é possível perceber a presença de certas justificativas em seus textos. Por exemplo, no primeiro livro Toedter lista toda a perseguição que os povos judeus sofreram ao longo da história. Mas não fica clara a motivação desta exposição, pois é um capítulo dedicado a “atrocidades” (inclusive é o título dele) que teriam ocorrido ao longo da História com diversos povos. Ao discorrer sobre genocídios, ele diz que,

Entre todas, uma das mais provadas pelo destino parece ser aquela comunidade que conhecemos por judeus. Tribos nômades na antigüidade, depois unificadas sob um só credo, não só se digladiaram entre si, como sofreram sérias provações sob o jugo de assírios, babilônios, persas e romanos. Sobreveio-lhes a diáspora, o desterro. Espalharam-se pelo mundo. Onde quer que se fixassem voltaram a ser perseguidos. Quando recentemente voltaram a ter um estado próprio, apenas uma parte para lá voltou. Mesmo assim, o pequenino Estado de Israel conseguiu defender-se brava e vitoriosamente contra os ataques beligerantes dos países árabes que o cercavam e pretendiam lhe negar o direito de se assentar em seu território.

A outras culturas não foi reservada a mesma sorte. Astecas, Maias, Incas, índios norte-americanos, índios da América do Sul, para falar só desta parte do mundo, foram perseguidos, massacrados e extintos.

Os judeus sobreviveram a tudo, cada vez mais fortes. Seriam eles o “povo eleito”? A entidade divina deles seria melhor - ou mais forte - que a dos outros? (TOEDTER, 2000, p. 129).

Depois desta exposição, o texto segue com uma cronologia dos mais diversos ataques e perseguições que os judeus teriam sofrido no decorrer da história humana, desde 722 a.C. quando teriam sido subjugados pelos assírios (TOEDTER, 2000, p. 130), passando por 1945, quando vários judeus teriam sido confinados em campos de concentração (TOEDTER, 2000, p. 132), culminando com a criação do Estado de Israel em 1948 (TOEDTER, 2000, p. 132) – além de se iniciar todo esse trecho com a afirmação de que os judeus seriam uma “unidade social-religiosa, portanto não biológica” (TOEDTER, 2000, p. 129).

Parece-nos que estas passagens atendem a dois objetivos. Em primeiro lugar, uma espécie de justificativa do que aconteceu na Alemanha nazista no sentido de eles terem sido sempre perseguidos. Ou seja, o mencionado “confinamento em campos de concentração” (sem que envolvesse, pois, genocídio) seria apenas mais uma das muitas perseguições sofridas pelos judeus – perspectiva que se conclui com uma imprudente insinuação de que de que seria “estranho” um povo ser tantas vezes perseguido e acabar ficando cada vez “mais forte”. Esta hipótese de apenas justificar não implicaria grandes mudanças com relação ao que entendemos como o “resultado” frente ao trabalho de

Charny. Porém, o próprio Charny ressalta que devemos tentar descobrir casos em que os negadores fingem não saber, e tentam “utilizar uma pretensa inocência para infiltrar suas negações em comunidades de intelectuais e universidades que não tolerariam negações descaradas, mas seriam respeitosos com dissensões ou controvérsias aparentemente legítimas” (CHARNY, 2000, p. 25).

Em suma, analisando os textos de Toedter à luz das categorias elencadas por Charny, teríamos a categorização de Toedter como algo próximo de um “negador consciente que não aprova a violência”. Isto é, o autor entraria na categoria das negações que acreditam que isso seria necessário para a “paz” entre os povos, no sentido de superar o passado o ignorando e relegando ao esquecimento o que aconteceu (CHARNY, 2000, p. 23).

Porém, caso haja um segundo objetivo nessa cronologia das perseguições dos judeus, provavelmente seria o de insinuar que se tratava de um plano dos judeus para a criação do Estado de Israel. A alegação de que os judeus “se fortaleceram” mesmo depois de tantas perseguições configura um indício quanto à intencionalidade negacionista de Toedter, uma vez que ele fomenta uma narrativa incriminatória em relação aos judeus e, conseqüentemente, abonadora dos nazistas. Neste último caso, Toedter seria não só um negador intencional como incentivador da perseguição aos judeus, uma vez que eles estariam, caso essa linha seja a verdadeira, usando de várias pretensas perseguições para arraigar cada vez uma posição de maior importância global. Se esta for a hipótese abarcada, o negacionismo em Toedter (para além da tentativa de “pacificação” a partir do esquecimento do passado) visava também transmitir um discurso de ódio específico contra um determinado grupo (judeus, mais especificamente).

Estes elementos citados, juntamente com a própria questão deste imaginário social compartilhado, contribuem para que Toedter tivesse a possibilidade de atuar dentro destes círculos sociais – chegando a vender mil livros na primeira tiragem de ... *E a guerra continua*. No artigo de Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi sobre os usos públicos do passado (2016), que em muito inspirou esta análise, nos é apresentada a figura do catalão Enric Marco Battle, que durante muito tempo se passou por sobrevivente dos campos de concentração nazistas. Isto é, Marco era um falsário. Diferente dele, porém, Toedter é uma testemunha verdadeira, no sentido de que (sobre)viveu à Segunda Guerra Mundial, mas não deixa de falsear o passado em relação àquilo que não viveu. E a conjunção de papéis (o de testemunha somado à emulação do trabalho historiográfico) é o que produz em seu personagem um caráter que se propõe mais “autorizador” de uma versão oficial

do que o próprio discurso historiográfico. Se pensarmos em uma relação com o aumento da importância das narrativas testemunhais isso até pôde tornar a narrativa de Toedter mais atrativa do que a dos historiadores – a ponto de tornar-se uma voz que ajuda a divulgar um discurso político de extrema direita.

Ao mesmo tempo, cabe refletir sobre as relações entre a *função social do historiador* e a *função social da história*, nos termos propostos por Bauer e Nicolazzi (2016). Os historiadores acadêmicos, frente à função social a qual devem cumprir, precisam fazer a crítica das fontes, a exemplo dos textos de Toedter, primando pela verdade (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 819) a partir dos vestígios pelos quais conhecemos algo da realidade passada. Já ao se falar de uma função social da história, estas questões não estariam diretamente implicadas, visto que a história é usada por vários indivíduos ou grupos de indivíduos que nem sempre se reconhecem como historiadores (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 819). As questões problemáticas frente a estas funções sociais (da história e do historiador) quando nos referimos à narrativa de Toedter são duas, uma função social da história, mesmo que partilhada por diferentes indivíduos, não se supõe ser excludente a outros grupos e suas respectivas histórias e quando Toedter traz sua narrativa ele não só negligencia a história de outros mas também as coloca como falsa tendo como crivo a princípio apenas sua condição de testemunha; mesmo que outras testemunhas digam o contrário elas são desconsideradas ou mentirosas.

Quanto à *função social da história*, vale destacar que Toedter não a ignora, porém a menospreza: dentro do universo dos textos de Toedter a historiografia é apresentada como farsa que tem como uma das funções apoiar um golpe que visa manter o “povo alemão” sob o jugo de uma mentira que lhes retirou o direito de se orgulharem por serem alemães. Assim, a narrativa de Toedter tenta muito mais reificar a si própria do que para comprovar-se real⁶⁵.

Não podemos nos iludir e acreditarmos que nunca existirão falsários ou mentirosos ou ainda pessoas completamente equivocadas, mas fervorosas na defesa de um uso específico do passado – ou de um pseudo-passado. Mas, como apontam Bauer e Nicolazzi, “não há como pensar a prática da história ou uma função social para ela sem

⁶⁵ Podemos verificar este caso se observarmos o episódio em que Toedter havia sido vítima de preconceito (TOEDTER, 2000, p. 28): Toedter é filho de alemães, sendo alemão por direito; seu tio era um membro de alguma importância no partido a ponto de ser um dirigente de bairro na segunda cidade alemã mais populosa à época (TOEDTER, 2009, p. 153). Apesar disso, ele foi alvo preconceito. Entretanto, este exemplo não indica a Toedter que outras pessoas (ainda mais judeus, considerados como inimigos pelo nazismo, pra dizer o mínimo) pudessem sofrer preconceitos ainda piores.

levar em consideração o sujeito que a pratica e a própria função social por ele desempenhada” (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 820). No caso envolvendo a produção impressa de Toedter, o “senso de história” dela decorrente e sua compreensão sobre o conhecimento e sobre o processo histórico (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 831), emerge também uma dimensão política de tal forma que refutar os escritos dele provavelmente não faria com que Toedter mudasse de ideia e revisse suas afirmações. Se ele for classificado, nos termos da escala de Charny, como um “negador consciente” acerca do Holocausto, soa provável que uma acusação mais enfática fizesse com que ele conferisse a si mesmo a pecha de perseguido ou censurado.

Finalmente, vale destacar que o entendimento de Toedter sobre a função social da história, e o uso do passado, realiza-se claramente em um sentido semelhante ao uso do passado feito pelas políticas públicas de memória dos países em que regimes como o nazismo existiram:

ao invés de reparações que visem a coletividade, prefere-se cultuar a vítima a partir de seu sofrimento, e não apurar as responsabilidades e os posicionamentos políticos do Estado: a discussão centra-se nos benefícios, e não nos sentidos da reparação (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 827).

Toedter tenta construir-se, e ao povo alemão, como vítima buscando agora, ao invés da política atual de memória que visa uma reparação aos judeus, conseguir que este “culto a vítima” ainda se mantenha ao invés de uma discussão responsabilizadora. Longe de trazer “justiça” para, se podemos chamar assim, o “povo” ele parece querer que se mantenha a ideia de vítimas e vitimados, apenas com a inversão dos papéis entre os nazistas vilões e os judeus vitimados.

Concluindo, Toedter não deseja, como afirma Moraes (2013, p. 15), falsear seu “lugar-de-fala” e [...] suas credenciais profissionais”. Pelo contrário, ele usa seu “lugar-de-fala” como se fosse o mais adequado para tecer a verdade histórica sobre a Segunda Guerra Mundial, se comparada com a produção historiográfica realizada pelos historiadores de profissão, a ponto de desvalorizar o conhecimento estabelecido por estes. Assim sendo, ele veiculou narrativas sobre um pseudo-passado através de um mecanismo muito semelhante aos já utilizados pelas políticas públicas de memória que, por desconsiderarem a responsabilização e os posicionamentos políticos do Estado e que não buscavam uma reparação real, acabaram por esvaziar, por exemplo, o elemento de crítica que nos é tão caro para construirmos um discurso coerente com as evidências, e que não apenas foque no sofrimento das vítimas. Como apontam Bauer e Nicolazzi em seu

trabalho (2016), existe uma confusão na ideia da história como ciência e a *função social do historiador* com relação à *função social da história* – que é exercida por todos os indivíduos; a exemplo das memórias de Toedter. Tal confusão é importante para compreendermos os discursos de Toedter presentes em suas obras impressas, pois ele os veicula como uma versão até mais autorizada que a dos historiadores e que busca relatar “a verdade”, balizada pela sua condição de testemunha.

Igualmente, a confusão entre a história/ciência e a história como relato acerca do passado atende a um ativismo negacionista, seja essa ou não a intenção do autor. Toedter concebe a si mesmo como mais autorizado do que os historiadores de profissão, o que pode dar vazão para que a narrativa negacionista do autor encontre adesão por parte de determinados círculos sociais. Isto, juntamente com os demais elementos abordados neste trabalho, nos ajuda a compreender de que maneiras o discurso de Toedter poderia ressoar socialmente, pelo menos em um nível local: vale lembrar que alguns aspectos do discurso de Toedter, de caráter mais abertamente negacionista, encontraram adesão em alguns sites de extrema direita⁶⁶. Estes aspectos todos fomentam um cenário no qual o uso que Toedter faz de seu próprio passado possa ser colocado, de alguma forma, como concorrente ou até mais válido do que o discurso historiográfico na sociedade.

⁶⁶ Ressaltamos aqui o exemplo do site <https://inacreditavel.com.br/wp/?s=norberto+toedter> que republicou alguns textos de Toedter, ou ainda o blog “O nacionalista”, que aparentemente foi desativado, mas que também repostava textos do Toedter, dos quais temos registro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toedter, a partir do ano de 2000, surgiu como uma voz testemunhal que propunha uma narrativa destoante da historiografia apresentada até então em nosso país. No entanto, uma análise um pouco mais atenta permite afirmar que grande parte do discurso do autor que escapa à sua condição de testemunha servia para reafirmar posições e discursos negacionistas já analisados extensamente pela comunidade dos historiadores, no Brasil e no exterior. Os aspectos mais interessantes da narrativa de Toedter, entretanto, versam sobre sua característica testemunhal e como tal condição parece ser, para Toedter e seu público, legitimadora no sentido de se colocá-la como superior ao discurso historiográfico. Dentre as possíveis motivações para isso, podemos mencionar o início da chamada “era da testemunha” e, igualmente, um surgimento cada vez maior do que convencionamos denominar por “fazedores de história” a partir de fins do século XX. Estes aspectos ainda se serviram de uma certa estrutura *on-line* que a comunidade, relativamente pequena à época, de extrema direita já possuía e que, no Brasil, havia se construído ainda durante os anos 2000, após um aumento no número de blogs e similares tipos de mídia, associados à expansão do acesso à internet no país.

É neste cenário que a figura de Toedter surge não como algo inteiramente novo, mas um tanto quanto peculiar, pois que ele apresenta em sua primeira obra uma estrutura narrativa provocativa, um tom acusatório e que busca denunciar ao fim uma espécie de complô que existiria para que certo grupo de pessoas tomasse o poder (algo que, paradoxalmente tais grupos já teriam, se considerarmos os termos do discurso dele, de que se tratava dos ricos e poderosos “Iluminados”. Seja como for, é algo que escapa à nossa discussão). A construção retórica a promover os textos como uma espécie de tribunal, os ataques e defesas que ele realiza ao lado de sua característica testemunhal causam uma inquietação em nós, historiadores, e talvez até uma certa identificação em pessoas que se considerem semelhantes a Toedter.

A análise das obras de Toedter nos faz encontrar, para além de enganos naturais pela própria condição do relato testemunhal, um discurso negacionista e conspiratório que se alinha em grande medida com discursos antissemitas de extrema direita e que nos fazem, algumas vezes, colocar em dúvida a intencionalidade de Toedter ao escrever seus textos. O ataque à ciência histórica e a alguns consensos já estabelecidos, apesar de infelizmente nos soar muito atual, foi promovido por Toedter já desde os anos 2000, uma

vez que seus livros sempre reservaram um tratamento, no mínimo, desdenhoso aos historiadores de profissão e alardeavam a sua “não crença” no Holocausto. No entanto, ao contrário de uma vanguarda nas tendências de extrema direita vindouras ao cenário nacional, Toedter recuperava muitos elementos que negacionistas já rechaçados, como David Irving, havia trazido anteriormente ao debate público.

Porém, Toedter se apresenta como a testemunha que é e constrói um artifício de ir além deste papel e “disputar” como o discurso mais “correto”, “verdadeiro”, acerca do passado através de seus livros e blogs – mesmo considerando a perda do domínio de um de seus blogs por violação das normas da plataforma UOL ou da inclusão dele como autor negacionista por um instituto de pesquisa israelense que estuda o racismo e o antissemitismo na atualidade. E, apesar de Toedter não ser vanguarda em suas “afirmações” negacionistas, ele é contemporâneo de uma tendência e popularização das narrativas dos ditos “fazedores de história”. Por conta disso tudo, além de representações sociais compartilhadas com seu público, ele pôde dispor de algum reconhecimento e relevância, mesmo que a nível local, e disseminar ideias negacionistas e antissemitas, à sua maneira (de sustentar a “descrença” em processos como o Holocausto judeu), além de disseminar um discurso que projetava o nazismo em luzes mais favoráveis.

Conclusões milagrosas que prometeriam acabar com o negacionismo seriam, no mínimo, muito ingênuas. Concordamos com Vidal-Naquet quanto ao fato de que debater com negacionistas é dar-lhes a atenção que eles buscam – mesmo no caso de eventual uma negação inocente, uma atenção a nível do debate público só pioraria as coisas ao considerá-la como, de alguma forma, dignas de debate. No entanto, fazer-se ler e ouvir acerca dos usos públicos do passado pode contribuir para que afirmações como as de Toedter não possam circular sem qualquer resistência, a fim de dificultar uma adesão popular destes discursos negacionistas. Se analisarmos, nos termos de Bauer e Nicolazzi (2016), que as *funções sociais da história e do historiador* se confundem e assim estes discursos podem ser mais facilmente vistos como concorrentes e possuidores de um mesmo estatuto de “verdade”, o uso de um crivo e análise crítica de historiadores à memória e aos usos do passado que os Estados fazem pode ser benéfico para que, sabendo que não serão extintos os negacionismos, estes encontrem mais dificuldade de penetrarem na sociedade.

Portanto, se levarmos em conta que as representações feitas pela memória por parte dos Estados Nacionais são certamente a forma com a qual o público, em geral, mais toma contato com a História, o cenário da educação pública com reformas e outros

processos em curso atualmente tendem a diminuir nosso campo de ação e que os povos têm direito a usar suas próprias memórias à sua vontade (não temos direito de censurar o uso do passado), talvez devamos lutar para que o Estado seja mais engajado no uso da memória de uma forma mais historiográfica a fim de nos protegermos como sociedade de estruturas discursivas apologéticas que acabem por facilitar a adesão a discursos negacionistas (não menos apologéticos).

REFERÊNCIAS

Documentais

Dossiês pessoais da delegacia de ordem política e social: **Carlos Toedter** – Arquivo Público do Estado do Paraná. Dossiê: 691, Top. 312.

Dossiês temáticos da delegacia de ordem política e social: **atividades nazistas no sul do Brasil e Alfred Andersen** – Arquivo Público do Estado do Paraná. Dossiê: 125, Top. 15.

Memórias Paraná 2016 - **Depoimento de Norberto Gastão Toedter**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZZYn9I5nSEM&t=3610s&ab_channel=Mem%C3%B3riasParan%C3%A1. Acesso em: 08/10/2022

TOEDTER, Norberto. **A paz que não houve**. Curitiba: Editora do Chain, 2010.

TOEDTER, Norberto. **E a guerra continua...** Curitiba: Editora do Autor, 2000.

TOEDTER, Norberto. **E a guerra continua...** Curitiba: Editora do Autor, 2ª ed, 2001.

TOEDTER, Norberto. **O que é verdade?** Curitiba: Editora do Chain, 2009.

Bibliográficas

ALMEIDA, Bruna A. Martins. **A construção histórica do populismo nacionalista estadunidense e o papel das redes sociais na campanha de Donald Trump à presidência**. 2020. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2020. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/514/1/A%20CONSTRUÇÃO%20HISTÓRICA%20DO%20POPULISMO%20NACIONAL_BRUNA%20ALVES%20MARTINS.pdf. Acesso em: 16 mai 2023.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2010. 370 p.

ATHAIDES, Rafael. **Zu Studienzwecken in Paraná: a ação do círculo paranaense do partido nazista (1933-1942)**. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 183-191.

BRAGANÇA, Anibal. Sobre o editor: notas para sua história. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/119>. Acesso em: 12 jun 2023.

BRANDT, Cleri Aparecida. **Regime nazista**: as teorias ideológicas e educacionais moldando a formação do indivíduo nazi. 2011. 206 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/118393>. Acesso em: 23 abr 2023.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O negacionismo do Holocausto na internet: o caso da “Metapédia – a enciclopedia alternativa”. **Faces da História**, Assis, v. 3, n. 1, p. 5-23, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/303>. Acesso em: 23 abr 2023.

CARVALHO, Samara dos Santos. **O movimento bandeirante e as relações de gênero no contexto social brasileiro do século XX**. 2014, 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. O negacionismo do Holocausto: pseudo-história e história pública. **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 22, n. 2, p. 5-12, jul./dez. 2015. DOI: 10.20396/resgate.v22i28.8645773. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645773>. Acesso em: 23 abr 2023.

CHARNY, Israel W. Innocent denials of known genocides: a further contribution to a psychology of denial of genocide. **Human Rights Review**, v. 1, n. 3, p. 15-39, abr. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12142-000-1019-6>. Acesso em: 13 jun 2023.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002. 150p.

CRUZ, Natália dos Reis. **Negando a História**: A Editora Revisão e o Neonazismo. 1997. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

CRUZ, Robson N da. História e historiografia da ciência: considerações para pesquisa histórica em análise do comportamento. **Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva**, v. 8, n. 2, p. 161-178, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v8n2/v8n2a05.pdf>. Acesso em 18 nov 2022.

DE JONG, Steffi. **The witness as object**: video testimonies in Memorial Museums. New York: Berghahn Books, 2018. 271 p.

DI LUCCIO, Flavia. **As múltiplas faces dos blogs**: um estudo sobre as relações entre escritores, leitores e textos. 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DIETRICH, Ana M. Narrativas orais da juventude hitlerista e neonazista no Brasil: breve análise comparativa. **XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em:

https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300553634_ARQUIVO_2dietrichanpuh2011.pdf. Acesso em: 20 mar 2023.

EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no poder**. São Paulo: Crítica, 3ª ed. 2016. *E-book*.

FERREIRA, M. L. M. . Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora**. São Paulo, n. 10, p. 102-118, jan. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4500>. Acesso em 18 nov 2022.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: Michel Foucault. **Ditos e Escritos, vol. III: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FROTSCHER, Méri. De “alemães no exterior” a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949). **Revista História Unisinos**, v. 17, n. 2, p. 81-96, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2013.172.02/1974>. Acesso em 18 nov 2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006. 224 p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 192 p.

GALINDO, Bruno. Justiça de transição em sua gênese: a Alemanha pós-nazismo. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 14, n. 1, fev. 2017 p. 377-401. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/viewFile/4473/pdf>. Acesso em: 23 abr 2023.

GALLERANO, Nicola. Historia y uso público de la historia. **Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo**. 2007, n. 24, p. 87-97 Disponível em: <https://roderic.uv.es/handle/10550/46215>. Acesso em: 16 mai 2023.

GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. 976 p.

GREEN, Richard J. “**The chemistry of Auschwitz**”. The Holocaust History Project. 1998. Arquivado do original em 4 de Junho de 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080607061938/http://www.holocaust-history.org/auschwitz/chemistry/>. Recuperado e acessado em: 22 abr 2023.

GREEN, Richard J; MCCARTHY, Jamie. “**Chemistry is Not the Science: Rudolf, Rhetoric, and Reduction**”. The Holocaust History Project. 1999. Arquivado do original em 4 de Junho de 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080604152626/http://www.holocaust-history.org/auschwitz/chemistry/not-the-science/>. Recuperado e acessado em: 23 abr 2023.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 288 p.

HERING, Rainer. Operation Gomorrha - Hamburg remembers the Second World War. **German History**, v. 13, n. 1, jan. 1995, p. 91. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/942ccb79015b93e985bbbe892e8eed1c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1819272>. Acesso em: 18 nov 2022.

HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 632 p.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. 216 p.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 248 p.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007. 966 p.

KERSHAW, Ian. **O fim do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015. 616 p.

KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: a historiografia como fato moral. **História Unisinos**, v. 12, n. 2, mai./ago. 2008. p. 140-147. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5424>. Acesso em: 15 mai 2023

KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS (UFU)**, v. 1, n. 40 . 2010. p. 9-16. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7326>. Acesso em: 15 mai 2023.

KOCH, H. W. **A juventude hitlerista: mocidade traída**. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1973. 156 p.

KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997. 168 p.

LIPSTADT, Deborah E., **Denying the Holocaust: the growing assault on truth and memory – Nova Iorque: Penguin Books, 1994. 278 p.**

LOPES, Jackson Francisco, CAVAZZANI André Luiz Moscaleski. A suástica no Moreira Garcez: consulado da Alemanha **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 10, n. 26, 2021. p. 166-180. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1924>. Acesso em: 20 mar 2023.

LOUREIRO, Robson. Educar, elaborar o passado, desnazificar: memória histórica e neonazifascismo no início do século XXI . **Educação e Filosofia**, v. 33, n. 69, set./dez. 2021. 1541–1582. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v33n69a2019-49010> Acesso em 20 abr. 2023

MACIEL, Carolina P. R. Literatura de testemunho: leituras comparadas de Primo Levi, Anne Frank, Immaculée Ilibagiza e Michel Laub. **Revista OPINIÃES?**, v. 01, n. 09, dez. 2016. p. 74-80. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/124618/121143>. Acesso em: 18 nov 2022.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. **Albuquerque: Revista De História**, V. 8, n. 16, dez. 2016. p. 92-110. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/2164>. Acesso em: 05 jun 2023

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27-50, mai. 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>. Acesso em: 18 nov 2022.

MENESES, Sônia. Os historiadores e os “fazedores de História”: lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência midiática. **Revista OPSIS**. v. 7, n. 9, p. 187-198, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/9337>. Acesso em: 13 jun 2023

MICHAUD, Eric. Soldados de uma ideia: os jovens sob o Terceiro Reich. *In*: LEVI, Giovanni; SCHMIDT, Jean-Claude. (Org.). **História dos jovens 2: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 291-317.

MORAES, Luís Edmundo Souza. Negacionismo: a extrema direita e a negação da política de extermínio nazista. **Boletim Tempo Presente**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 1-22, ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4217>. Acesso em: 23 abr 2023.

MORAES, Luís Edmundo Souza. O Negacionismo e as Disputas de Memória: Reflexões sobre intelectuais de extrema direita e a negação do Holocausto. *In*: Encontro Regional de História – 13., 2008, Seropédica. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212957377_ARQUIVO_Artigo-ANPUH-2008.pdf. Acesso em: 23 abr 2023.

MORAES, Luís Edmundo Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. *In*: Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf. Acesso em: 23 abr 2023.

NICOLAZZI, Fernando; BAUER, Caroline da S. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Revista Varia Historia**, v. 32, n. 60, p. 807-835, set./dez. 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149296>. Acesso em: 18 nov 2022.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, nº 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 18 mai 2023.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PEREIRA, Márcio José. **Politizando o cotidiano**: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2009. 288p

RAMALHO, Walderez S. C. Uma crítica ao essencialismo identitário: a historiografia da mineiridade na primeira metade do século XX. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 8, n. 18, 248-265, set. 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/841>. Acesso em: 18 nov 2022.

REES, Laurence. **O Holocausto**: uma nova história. São Paulo: Vestígio, 2018. 600p.

RINKE, Stefan. Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): nova emigração e mudança de identidades. **Revista Espaço Plural**, [S. l.], v. 9, n. 19, p. p. 39–48, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1926>. Acesso em: 18 nov 2022.

SACRAMENTO, Igor. A era da testemunha: uma história do presente. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 7, n. 1, p. 125-140, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/7177/4282>. Acesso em: 18 nov 2022.

SANTOS, Elza Helena Lourenço Gomes dos. Negacionismo no Brasil: as obras de S.E. Castan: reflexões sobre intelectuais de extrema direita e a negação do Holocausto. In: Encontro Regional de História – 13., 2008, Seropédica. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212961859_ARQUIV_O_NEGACIONISMONOBRASIL-TextoparaartigonaAnpuh.pdf. Acessado em: 23 abril 2023.

SBROCCO, Fernando Moreira. **A Alemanha no período entre-guerras**: um estudo sobre a hiperinflação e a ascensão do nazismo. 2011. 67 f. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/121089>. Acesso em: 20 mar 2023.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 6 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995. 320p.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira . 70 anos depois: o Holocausto e a sua atualidade nas relações internacionais. **Esboços (UFSC)**, v. 21, p. 41-64, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n32p41>. Acesso em: 21/08/2023

SOUSA SOBRINHO, Felipe A.; FERNANDES, Maria E. F. Uma análise do leitor presumido em rótulos de embalagens de produtos capilares. **Revista Leitura**, n. 66, p. 130-145, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/revistaleitura/article/view/10501/7906>. Acesso em: 18 nov 2022.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng de. **A Estrada do Poente**: Escola Alemã/Colégio Progresso (Curitiba 1930 – 1942). 2002. 152 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/8017>. Acessado em: 23 abr 2023.

TATSCH, Marcelo. **Biopolítica na era Vargas**: a nacionalização dos imigrantes alemães por meio da educação. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2037?mode=simple>. Acesso em: 13 jun 2023.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. 327p.

TENENBAUM, Joseph. The Einsatzgruppen. **Jewish social studies**, v. 17, n. 1, p. 43-64, 1955. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4465300>. Acesso em: 18 nov 2022.

TODOROV, Tzvetan. **As morais da história**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992. 112p.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. 2. ed. Lisboa, Edições Unipop, 2012. 384p.

VICENTE, Gabriele Alves; WITT, Marcos Antônio. A educação na Alemanha durante o Terceiro Reich e seu papel na doutrinação das crianças e jovens. **Revista Conhecimento Online**, v. 1, p. 71–87, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rco.v1i0.1179>. Acesso em: 18 nov 2022.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988. 215p.

VIEIRA, Fábio A. O antissemitismo em uma breve perspectiva histórica: de Roma ao nazismo. **Arquivo Maaravi: Revista digital de estudos judaicos**, v. 13, n. 25, p. 54–68. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/23872/19305>. Acesso em: 18 nov 2022.